



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOSÉ IVAN DE SANTANA

**Migrantes maranhenses no contexto da colheita mecanizada do
setor sucroalcooleiro em Guariba – SP**

Salvador
2025

JOSÉ IVAN DE SANTANA

**Migrantes maranhenses no contexto da colheita mecanizada do
setor sucroalcooleiro em Guariba – SP**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito obrigatório à apresentação final da Dissertação de mestrado e a, conseqüente, obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Vargas.

Coorientadora: Profa. Dra. Lídia Maria Pires Soares Cardel.

Salvador
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaías Alves (BUIA/FFCH)

Santana, José Ivan de
S232 Migrantes maranhenses no contexto da colheita mecanizada do setor sucroalcooleiro em
Guariba – SP / José Ivan de Santana, 2025.
128 f.: il.

Orientador: Prof. Dr Felipe Vargas
Coorientadora: Profª Dª Lídia Maria Pires Soares Cardel
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

1. Trabalhadores – Cana de açúcar - Coroatá (MA). 2. Emigração e migração – Maranhão.
3. Agroindústria canavieira. I. Vargas, Felipe. II. Cardel, Lídia Maria Pires Soares.
III. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. IV. Título.

C DD: 331.76

José Ivan de Santana

**Migrantes maranhenses no contexto da colheita mecanizada do setor
sucroalcooleiro em Guariba – SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, e aprovada em trinta de junho de dois mil e vinte e cinco, pela Comissão formada pelos professores:



Prof. Dr. Felipe Vargas (UFBA)

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Prof. Dr. Janilson Alves Magalhães (NUCLEAR-UFBA)

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia



Profa. Dra. Lídia Maria Pires Soares Cardel (UFBA)

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo

Dedico este trabalho a todos os meus familiares, amigos, aos migrantes cortadores de cana-de-açúcar deste país, principalmente aos maranhenses, sujeitos desta pesquisa, e a todos aqueles que, de fato, estão engajados na transformação da realidade social de pessoas exploradas pela lógica assimétrica do sistema capitalista.

Agradecimentos

A Deus, pelo dom da vida e por tudo que a vida me proporcionou. Sejam vitórias ou fracassos, já que considero que toda vivência gera experiência, e aquele que experimenta pode transformar o passado vivido em degraus para subir cada vez mais alto.

Aos meus pais, que me geraram, e na tenra idade e adolescência sempre cuidaram de mim. Agradeço a eles pelos valores culturais transmitidos, bem como por terem me proporcionado o ingresso na escola.

Aos meus primeiros mestres, que me alfabetizaram e me fizeram perceber a magia das primeiras letras.

À Joelma, minha esposa, e Laura, minha filha, pela abnegação em suportar a distância física no período em que cursei as disciplinas presenciais.

Ao meu estimado irmão Marcos Roberto, que me estimulou a fazer o vestibular, acreditou no meu potencial em realizar a pós-graduação e sempre esteve disponível a ler esta Dissertação, e ponderar sobre alguns pontos em que o sentido esteve obscuro.

Aos seus filhos Isabele, João Pedro e Vaner Paulo, pois não se furtaram em dividir comigo o espaço do apartamento em que moram, quando reingressei no mestrado. Sobretudo a João Pedro, porque conversávamos longas horas sobre o tema da pesquisa e assuntos interessantes de toda ordem.

A Janilson, meu companheiro de estudo na graduação e amigo fraterno para toda a vida, agradeço pelas inestimáveis contribuições, sugestões de leituras, ajuda imprescindível em questões burocráticas e apoio espiritual para que eu “chegasse lá.”

Ao amigo Rogério, que conheci nas dependências da Residência Universitária desta Universidade. Agradeço-o e o parabeno pelo dom da amizade sincera, pois, em “tempos de individualismo exacerbado”, abriu as portas da sua casa para mim e outros amigos em momentos de dificuldade econômica.

À professora Dra. Lídia Cardel, por tudo o que me ensinou, e também por ter depositado uma enorme confiança em minha capacidade de pensar sociologicamente. Além de evidenciar a importância do pensamento autônomo, ela mostrou um extremo senso de humanidade e desprendimento de qualquer vaidade intelectual, o que possibilita avançar além da relação de coorientadora e orientando, prática que humaniza a hierarquia, substituindo o temor pelo respeito e a distância pela proximidade amistosa.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Felipe Vargas, por ter posto ao meu dispor sua pertinência e sagacidade intelectual, as quais foram de suma importância para o esclarecimento

de questões metodológicas e teóricas. Nele ressalto sobretudo a fala acolhedora e a sua “mão amiga”, estendida para compartilhar empatia e conhecimento sociológico.

À Pastoral dos Migrantes de Guariba, especialmente às Irmãs Inês Facioli e Teresinha, as quais me trataram com toda cordialidade, conversando comigo sobre as discrepâncias entre o lucro exorbitante dos usineiros e os parcos ganhos dos cortadores de cana. Também agradeço a elas por terem me apresentado aos primeiros migrantes que entrevistei.

Sou grato ao querido Gê, a sua esposa “Preta” e aos seus três filhos, Fabrício, Filipe e Fran, que, a despeito de me conhecerem muito pouco, me hospedaram em sua casa, tratando-me com todo carinho e desprendimento material. Atualmente, somos bons amigos e, quando podemos, conversamos e rimos sobre assuntos diversos.

Ao amigo Eduardo Alves e sua querida esposa, os quais me apresentaram a muitos cortadores de cana citados neste trabalho, e, principalmente, por me receberem sem reservas no seu seio familiar.

Aos demais colegas de estudos, que contribuíram para o meu crescimento intelectual e por terem feito do curso algo divertido e prazeroso.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), nas pessoas de Seu Alberto, Chauana e Dôra, que sempre se mostraram prestativos para com todas e todos os estudantes, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudo em 2012/2014, o que viabilizou maior tempo para dedicar-me à pesquisa.

A meu filho João Lucas, o qual nasceu na reta final desta pesquisa, trazendo-me novo ânimo para continuar a caminhada.

Agradeço aos integrantes da banca de qualificação, Lídia Cardel, Antônio Câmara, Felipe Vargas e Janilson Magalhães, por sugestões e ponderações tão valiosas aos rumos desta pesquisa. Eles, generosamente, colocaram ao meu dispor a perspicácia do olhar sociológico que possibilita analisar mais acuradamente a realidade dos fatos sociais.

Agradeço, sobretudo, aos milhares de migrantes cortadores de cana, que saem de suas residências para lutar pelo direito à vida. Também sou grato aos seus familiares, que ficam aguardando a volta destas pessoas. Ainda agradeço a eles pela lição de coragem, pois não temem o trabalho, admitem a fatalidade da vida, todavia mantendo acesa a chama da esperança em dias melhores.

A todos eles, aos que entrevistei e aos que nem conheci, sou eternamente grato, porquanto sem eles não haveria Dissertação e muito menos a vivência crítica, que me outorga a distinção de Mestre em Ciências Sociais. Por tudo isso, passaram a fazer parte da minha vida.

“Desejo morar na minha terra, conseguir umas coisinhas aqui e morar lá de novo. Sempre trabalhei na roça. Essa é a história da minha vida.”
(Raimundo Nonato, 29 anos, 2014)

RESUMO

A presente dissertação é resultado de um estudo realizado em 2014, apoiado em dados das safras dos anos anteriores e posteriores, até o encerramento do ciclo 2023/2024. Nela, buscou-se analisar quais os impactos sobre os migrantes, cortadores de cana-de-açúcar na Usina Bonfim – Raízen – Guariba – SP, oriundos de Coroatá – MA, ao se depararem com relações de trabalho e de produção modificadas pela intensificação da mecanização no setor canavieiro. Na condução da análise, as ferramentas metodológicas utilizadas foram estas: pesquisa qualitativa, diário de campo e entrevistas. Neste bojo, foram considerados os desdobramentos históricos que culminaram com as transformações tecnológicas do setor durante a década de 1960 e intensificadas com o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) em 1975/1985, que alteraram substancialmente a forma e o ritmo do trabalho. Decorre deste legado o limiar da era da mecanização quase absoluta e da “hiper-produtividade” nos canaviais paulistas, o qual foi intensificado pela Lei 11.241/02. É mediante este cenário de convivência e ruptura, com a colheita manual e o uso do fogo na despalha da cana, que colheitadeiras modernas, interesses empresariais e de estado amalgamam as diferenças sociopolíticas dos atores sociais envolvidos. Neste arranjo, a objetividade do contexto se “impõe” à subjetividade dos migrantes que precisam repensar suas estratégias de sobrevivência no município de Guariba e de como continuar suprindo as necessidades do seu núcleo familiar em Coroatá. Por fim, constatou-se que a colheita mecanizada – inserida na reestruturação produtiva do setor – impactou nas relações trabalhistas, gerando instabilidade contratual, diminuição da renda mensal, apesar da exigência de maior quantidade e qualidade na produção, baixa autoestima, e, finalmente, desemprego.

Palavras-chave: Impactos sobre os cortadores de cana de Coroatá. Mecanização no setor canavieiro de Guariba. Lei 11.241/02.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a study carried out in 2014, using data from the harvests of previous and subsequent years, until the end of the 2023/2024 cycle. The aim was to analyse the impacts on migrants, sugarcane cutters at the Bonfim – Raízen – Guariba – SP mill, who come from Coroatá – MA, when they encounter work and production relations changed by the intensification of mechanization in the sugarcane sector. The methodological tools used to conduct the analysis were qualitative research, field diaries and interviews. In this context, we considered the historical developments that culminated in the technological transformations in the sector during the 1960s and intensified with the National Alcohol Program (Proálcool) in 1975/1985, which substantially altered the form and pace of work. From this legacy comes the threshold of the era of almost absolute mechanization and “hyper-productivity” in São Paulo's sugarcane fields, which was intensified by Law 11.241/02. It is against this backdrop of coexistence and rupture, with manual harvesting and the use of fire to strip the cane, that modern harvesters, business interests and the state amalgamate the socio-political differences of the social actors involved. In this arrangement, the objectivity of the context “imposes itself” on the subjectivity of the migrants who have to rethink their survival strategies in the municipality of Guariba and their family nucleus in Coroatá. Finally, it was found that mechanized harvesting - as part of the sector's productive restructuring - had an impact on labor relations, generating contractual instability, a decrease in monthly income despite the demand for greater quantity and quality in production, low self-esteem and, finally, unemployment.

Keywords: Impacts on sugarcane cutters in Coroatá. Mechanization in the Guariba sugarcane sector. Law 11.241/02.

Lista de figuras

Figura 1 – Ônibus destinados ao transporte dos trabalhadores para os canaviais	25
Figura 2 – Trajeto entre Ribeirão Preto e Guariba repleto de canaviais	39
Figura 3 – Vista parcial da rua São João em Guariba	41
Figura 4 – Sistema Setorial de Inovação da cana-de-açúcar do Brasil	65
Figura 5 – Residência alugada por cortadores de cana de Coroatá em Guariba	103
Figura 6 – Quartinho alugado por cortadores de cana em Guariba	104

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Produção, Consumo e Exportação de Açúcar (mil toneladas)	80
Gráfico 2 – Remuneração média real mensal das atividades agropecuárias, por Unidade da Federação, em 2023 (R\$)	82

Lista de mapas

Mapa 1 – Mapa do Estado do Maranhão	37
Mapa 2 – Mapa da Região Administrativa de Ribeirão Preto	38
Mapa 3 – Aquífero Guarani em SP	72
Mapa 4 – Percentual de área total de cana-de-açúcar por unidade da federação	81

Lista de quadro

Quadro 1 – Cronograma de Erradicação da Queima da Palha da Cana-de-açúcar, Estado de São Paulo	60
--	----

Lista de tabelas

Tabela 1 –	Cana-de-açúcar – Produção obtida (t) Safra	59
Tabela 2 –	Exportações do agronegócio por grupo de produtos, estado de São Paulo, janeiro a setembro de 2023 e 2024	79
Tabela 3 –	Trabalhadores entrevistados	95

Lista de siglas

ALEPO	Assembleia Legislativa do Tocantins
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
BA	Bahia
BM	Banco Mundial
CAI	Complexo Agroindustrial
CANASOL	Associação dos Fornecedores de Cana de Araraquara
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CNPEN	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais
DER	Departamento de Estradas e Rodagens
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
ESALQ/USP	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
EUA	Estados Unidos da América
FEPLANA	Federação dos Plantadores de Cana do Brasil
GEEs	Gases de Efeito Estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Economia Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRC	Insuficiência Renal Crônica
LNBio	Laboratório Nacional de Biociências
LNBR	Laboratório Nacional de Biorrenováveis
LNLS	Laboratório Nacional de Luz Síncrotron
LNNano	Laboratório Nacional de Nanotecnologia
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MA	Maranhão
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
MME	Ministério de Minas e Energia
MPT	Ministério Público do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PL	Projeto de Lei
PL	Partido Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SP	São Paulo
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SSI	Sistema Setorial de Inovação
UDOP	União dos Produtores de Bioenergia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNICA	União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia

SUMÁRIO

	MEMÓRIA DO PROJETO E DA PESQUISA	18
	INTRODUÇÃO	27
1	DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	35
2	IDENTIDADE CAMPONESA E PROCESSO MIGRATÓRIO	44
3	MECANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA: TECNOLOGIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TRABALHO SOB OS INTERESSES DIFUSOS DA LEI 11.241/02	55
4	USINEIROS E CORTADORES DE CANA: PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO, CONSUMO E DÉFICIT DE TRABALHO DECENTE NO SETOR SUCROALCOOLEIRO PAULISTA	74
5	ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA VIVÊNCIA DOS MIGRANTES NOS ESPAÇOS DE TRABALHO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA	93
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	113
	APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM OS MIGRANTES MARANHENSES EM GUARIBA	126

MEMÓRIA DO PROJETO E DA PESQUISA

A construção de uma memória de pesquisa implica em um exercício reflexivo de “volta ao passado”, de retorno às lembranças, circunstâncias e motivações que fizeram com que o pesquisador optasse por desenvolver um estudo abordando tal temática. Desse modo, a busca por encadeá-la logicamente abre um leque retrospectivo que tem o poder de conduzir-nos às mais remotas vivências da nossa infância e juventude.

Assim, acredito não ser um despropósito contar que meus ascendentes familiares têm suas origens no povoado Angico, Ribeira do Amparo – BA. Nesta localidade, meu pai, José Neto, possui uma roça – uma parte dela foi herdada, após a morte de meu avô Febrônio, e outras partes foram adquiridas, via compra, junto aos seus cinco irmãos.

Essa propriedade, até hoje, é dividida em duas partes: uma que fica em cima, tendo como marco limítrofe a estrada asfaltada que liga Cipó – BA a Ribeira do Amparo, e a parte de baixo, tendo como marco fronteiro um pequeno riacho, conhecido por rio Quente, o qual deságua no rio Itapicuru.

Meus pais tiveram cinco filhos, dos quais dois nasceram no Angico e os outros três em Cipó (minha terra natal). Na década de 1970, a população nativa de Angico sofreu grande baixa devido à migração de pessoas mais jovens para São Paulo. Este fato aumentou as dificuldades das pessoas que lá permaneceram, pois além da distância do povoado em relação às cidades com melhor infraestrutura, as redes de solidariedade que implicam em trocas de favores imediatos foram gradativamente diminuindo.

Nessas circunstâncias, meus pais migraram com um casal de crianças para Cipó, pois, entre Ribeira do Amparo, sede do município de Angico e outros povoados, Cipó oferecia e oferece melhores condições para sanar emergências de saúde, que, segundo eles diziam: “não marcam nem dia nem hora para chegar”. Já com dois filhos, também teve peso preponderante a escolha pelo êxodo rural, visto que havia o desejo de lhes proporcionar melhor educação formal.

Não obstante, faz-se necessário levar em consideração a distância de apenas 6 km de Cipó em relação às terras de meus pais, fato que nos possibilitou “viver com um pé aqui e outro lá”, expressão usualmente ouvida entre nós. Estas experiências vividas na zona rural, apesar de esporádicas, criaram em todos nós vínculos muito fortes com a terra e com as pessoas do campo.

A partir dos sete anos de idade, eu e meus irmãos já realizávamos alguma tarefa tida como mais leve, como plantar feijão, milho, capim ou descastanhar o caju. Nossas férias

escolares sempre foram no Angico, na casa de tia Zulmira, e também durante os festejos tradicionais íamos para lá, muitas vezes, para “pular” a fogueira de São João.

Achávamos muito bonita a forma como as pessoas dialogavam, cheias de expressões próprias e com sotaques carregados. A destreza com que moças e rapazes montavam em cavalos, como aboiavam e tangiam o gado. Ademais, chamava a atenção o conhecimento que possuíam da natureza, como, por exemplo, o fato de identificar de longe o canto de todos os pássaros do lugar, de lerem mediante os rastros dos bichos se por ali havia passado, preá, tatu, cobra etc. Os seus sentidos também estavam prontos para encontrar em meio à mata nativa que tipo de planta poderia saciar a sede ou matar a fome.

Há na Caatinga uma batatinha que para arrancá-la, basta cavar um pouco a terra e depois puxá-la pelo caule. Ela é conhecida como “puchinha”. Acredito ter guardado o seu nome devido ao fato de ter aprendido a identificá-la sozinho e porque ela possuía duas qualidades que considerei imprescindíveis para aquele lugar tão seco: “matar a fome” e aliviar a sensação de sede.

Vivíamos, por assim dizer, duas “realidades” distintas. E, mediante tais circunstâncias, apreendíamos elementos constitutivos da cultura urbana e da cultura rural. Porém, a experiência de crescer nesta fronteira infundiu-me uma sensação de desconforto e inadequação. Contudo a vantagem é que a cultura e os elementos que a constituem são intercambiáveis nas múltiplas formas de interação social, o que nos enriquece e diversifica.

Esse processo de socialização possibilita acessar os códigos comunicacionais de outros espaços, aumentando, assim, o repertório simbólico dos indivíduos. Essa vivência também gera dúvidas e frustrações, sobretudo para as crianças que se identificam mais com um espaço do que com outro. Enfim, o êxodo empreendido por meus pais foi parcial e o nosso vínculo com esses dois espaços sempre ficou incompleto.

Meus pais fizeram parte da geração que, nos anos 70 do século passado, migrou de Ribeira do Amparo, para Cipó. Assim, viveríamos as consequências da transição do homem e da mulher do campo para o homem e a mulher da cidade. Neste período, foram muitas as famílias, natural de Ribeira do Amparo, que migraram sem se desfazer de suas roças, a fim de que nelas pudessem trabalhar e reproduzir, nos futuros herdeiros, os valores culturais herdados de seus antepassados.

O meio de transporte que geralmente utilizávamos para irmos à roça era bicicleta, mas algumas vezes, também, íamos a pé. Isto se dava, principalmente, quando havia um número de pessoas superior à quantidade de bicicletas disponíveis, ou quando tínhamos que ir para aproveitar o tempo chuvoso, a fim de plantar capim e feijão ou alguma outra lavoura.

Porém, à medida que o tempo foi passando e os meninos foram crescendo, o tipo de atividade preponderante, que tínhamos que desempenhar, passou a ser outro. Não se restringia mais à plantação e à colheita: somou-se a estas a limpa do feijão e do capim, com a utilização da enxada, e o corte da cana-de-açúcar para o gado.

Dessa maneira, entende-se que o meu interesse pelos cortadores de cana migrados do Maranhão não é aleatório, mas decorre de uma experiência similar. É evidente que o trabalho que desempenhávamos para alimentar o gado de nosso pai era bem mais leve do que o labor realizado pelos cortadores de cana na indústria sucroalcooleira¹ paulista.

Em nossa pequena propriedade, a renda do trabalho realizado destinava-se a toda a família. Com o corte da cana alimentávamos bois, vacas, bezerros e uma égua. Com o tempo estávamos todos apegados a eles, pois acompanhávamos a gestação das vacas e os nomes eram escolhidos por nós. Nossos pais nos iludiam dizendo que a “pintadinha” era de um, a ametista era de outro...

Já na indústria sucroalcooleira há o lucro, que se destina ao agronegócio e o trabalhador vende sua força de trabalho por um valor, muitas vezes, insuficiente para garantir o seu sustento e o de sua família. Sem mencionar as condições insalubres em que esse trabalho era realizado e ainda é em estados como Alagoas e Pernambuco, onde vigora a colheita manual de cana-de-açúcar, também mantendo-se a exigência de alto grau de produtividade que excede, muitas vezes, aquilo que o corpo pode produzir. Por estes e outros motivos, o setor canavieiro não proporciona para o trabalhador de eito autorrealização decorrente do seu trabalho.

Ora, a indústria do açúcar e do álcool constitui justamente um amálgama da relação imbricada entre campo/cidade em um só empreendimento comercial. Além disto, há a questão da identidade posta em xeque, principalmente via labor desgastante nos canaviais e o deslocamento cansativo, elementos que me identifico por circunstâncias pessoais, como foi relatado.

A despeito de todos os motivos que me levaram a estudar os cortadores de cana que se deslocaram de Coroatá – MA para Guariba – SP, destaco a importância do esgarçamento da sua identidade social, pois estabelece com minha realidade subjetiva forte conexão identitária.

¹ Nesta dissertação, optei pelo uso do termo indústria sucroalcooleira em vez de indústria sucroenergética, mais em voga, a fim de ser fiel às referências utilizadas e não perder de vista o contexto da realidade laboral em que os migrantes desempenhavam suas funções.

Nos parágrafos abaixo exponho quais os “gatilhos” que me levaram a escrever sobre os migrantes provindos de Coroatá, e, também, porque Guariba figura como *locus* de estudo nesta pesquisa.

Em 1999, ingressei no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sediada em Salvador, a 270 Km de Cipó. Por isso, pleiteei uma vaga na Residência Universitária da UFBA. Esta casa localiza-se no corredor da Vitória, agregando cerca de 100 estudantes de várias cidades baianas, e, também, às vezes, estudantes de outros estados.

Foi nessa casa que conheci o maranhense Mardoni, estudante de Engenharia Civil. Este jovem relatou histórias sobre a cultura maranhense, algumas envolvendo “personagens” da fauna e da flora, e também falou sobre a migração, a pobreza, seu falecido pai (ex-cortador de cana) e que iria “virar um engenheiro por acaso, pois o destino da maioria dos jovens de seu município era cortar cana”. Não foram exatamente estas suas palavras, mas o sentido que guardo na memória é este.

Não lembro, infelizmente, qual a sua cidade de origem, mas lembro de que relatava que a migração para cortar cana-de-açúcar constituía uma “saída” para a maioria dos pais de família residentes em municípios pobres e outras cidades circunvizinhas à sua.

Na minha memória a realidade dos cortadores de cana-de-açúcar em conexão com aspectos culturais da minha vida ficaram hibernando até 2012, ano em que assisti ao documentário *Migrantes* (2007)² e ingressei no mestrado. Em 2014, após cursar as disciplinas deste curso, realizei uma pesquisa com o contingente de cortadores de cana no contexto da última safra realizada com o podão e o uso do fogo como técnica de queima da folhagem e da retirada da cera que cobre o vegetal.

Outro ponto que me motivou: a migração para cidades do estado de São Paulo, fato corriqueiro às pessoas residentes em Cipó. Dentre meus parentes, a pessoa mais próxima a mim, que migrou com a finalidade de trabalhar em São Paulo, foi Suely, minha irmã, que, atualmente, é protética e presta serviço a alguns dentistas na região de Ribeirão Preto. Guariba consta entre as cidades em que ela atua. Em sua companhia, estive na sede deste município em 2010 e

² O qual “[...] retrata as condições de trabalho e o cotidiano dos trabalhadores do Nordeste nos canaviais das modernas usinas paulistas, destacando os motivos que os levam a migrarem de suas terras para submeterem-se a um trabalho árduo, penoso e arriscado no corte da cana. A realidade destes trabalhadores do agronegócio da cana é desafiadora. Como reverter esta situação? Este é o desafio que o documentário coloca em debate. A produção é fruto de uma parceria entre as universidades de São Carlos (SP) e as Universidades federais de Piauí, Maranhão e Rio de Janeiro.” (MIGRANTES/DOCUMENTÁRIO, 2007)

também conversei com algumas pessoas que relataram a dura realidade dos trabalhadores nos canaviais.

O tema das condições de trabalho e o porquê da migração para o corte de cana me instigaram, contudo nunca aventou como algo concreto a possibilidade de realizar tal estudo. Como já mencionei, somente em 2012, com o ingresso no Mestrado – curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA – é que pude aprofundar as questões referentes ao campesinato no meu projeto de dissertação, sobretudo com as indicações bibliográficas e imprescindível colaboração intelectual da minha (co)orientadora, professora Lídia Cardel.

Ademais, essa temática casa-se perfeitamente com o suporte teórico que estudamos na disciplina Sociologia Rural – I, ministrada pela professora, entre 2003 e 2004, o qual fez com que os estudantes matriculados entrassem em “contato” com a realidade do campesinato brasileiro.

Também, de suma importância para aumentar o meu interesse por esse assunto, foi ler o livro *Errantes do fim do Século* (1999) de Maria Aparecida de Moraes Silva. A partir desse momento, a questão da migração dos cortadores de cana-de-açúcar para o interior de São Paulo passou a constituir um “objeto” de constante reflexão sociológica. É evidente que razões mais genéricas também influenciaram na escolha do recorte em questão.

A pesquisa de campo em Guariba foi realizada em um período de 15 dias, concomitantemente com a leitura de teóricos que abordam a questão do campesinato, pois a prática do campo suscita questões novas e aperfeiçoa as indagações pensadas anteriormente.

Cheguei à Guariba preocupado em não ser invasivo, e ser ético, pensando em como conduzir as atividades da pesquisa respeitando a vontade dos informantes, estas foram minhas primeiras inquietações. Outras dificuldades consistiam em experienciar um ambiente “estranho” ao meu, fato que, paradoxalmente, contém a vantagem de vivenciar a sensação das incertezas do deslocamento, comum à vida errante dos migrantes.

Desde a rodoviária de Ribeirão Preto até Guariba, busquei estar atento para que nenhuma circunstância importante me escapasse à apreensão. Contudo percebi que seria necessário relaxar, pois, na medida do possível, integrando-me ao entorno social da cidade, os meus sentidos ficariam mais aguçados. Busquei “cultivar” a mesma atitude despretensiosa no contato com os informantes.

Na ocasião me deparei com a complexidade do campo, a dificuldade em acessar os locais de trabalho desses trabalhadores, devido às negativas da Usina São Martim, localizada em Guariba. Fato que aponta para um tipo de controle social da empresa sobre os cortadores de

cana, em consonância com a literatura sociológica sobre exigência de produtividade do setor, e a questão de saber em quais condições de segurança e dignidade esse trabalho é realizado.

Na proporção inversa da hostilidade silenciosa dessa empresa, as Irmãs Inês Facioli, (coordenadora da Pastoral dos Migrantes de Guariba) e Teresinha, foram extremamente receptivas. Cabe destacar que por meio delas tive meus primeiros contatos com os trabalhadores em uma casa alugada por migrantes. No primeiro encontro havia poucos trabalhadores, pois a maioria ainda estava no serviço, mas os laços foram se estreitando e passei a visitá-los com relativa frequência nesta habitação. Assim, não demorou para que a desconfiança da parte deles e a apreensão da minha fossem superadas. Destes encontros, com a autorização informal dos depoentes, surgiram falas ricas que coadunam e respondem à proposta de pesquisa desta dissertação de mestrado.

Nessa época conheci José Geraldo, mais conhecido como Gê, o qual foi muito importante durante a realização desta pesquisa. Foi ele quem me apresentou o dono de algumas residências de migrantes no Bairro Alto (mais conhecido como João de Barro³, devido ao fato de as casas serem feitas de barro pelos próprios moradores), especificamente na rua São João. O dono delas chamava-se Eduardo, figura cativante: mantinha relações cordiais com os migrantes, e, também, era muito prestativo.

No dia seguinte, após almoçarmos juntos, Eduardo me convidou para fazer uma visita a um trabalhador rural chamado Luiz. Para chegarmos ao destino, gastamos mais ou menos uns 15 minutos na rodovia, até adentrarmos uma estrada de terra vermelha, com canas por todos os lados. Seu Luiz nos recebeu em uma casa encravada no meio do canavial, na propriedade de um fornecedor⁴ de cana para a usina. Após a visita, fomos de kombi até a Usina Bonfim, onde me dirigi ao setor de recursos humanos, visando obter autorização para ter acesso aos trabalhadores nos eitos de cana. Nesta circunstância, ficou evidente a resistência em acessar os trabalhadores nos lugares de trabalho, pois, para isso, teria que enviar *e-mail*, e aguardar 15 dias até que a solicitação fosse apreciada pelos representantes desta usina.

³ Cabe destacar que, atualmente, este bairro chama-se Jardim Monte Alegre. Apesar desta mudança, no decorrer deste trabalho, será mantido o nome João de Barro, conforme o uso corrente entre os moradores. Diante de tal alteração, é plausível perguntar se este fato constitui ou não uma espécie de apagamento da história do lugar.

⁴ Este e outros fornecedores ocupam lugar de destaque na cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro de todo o país. A cana produzida por eles possui duas vantagens para as usinas: menor custo e maior qualidade de sacarose, pois é mais fácil manter essa qualidade em menores áreas plantadas. No estado de São Paulo são 14.200 agricultores fornecedores de cana, de acordo com Tatiana Teixeira Leite, vice-presidente da Canasol (Associação dos Fornecedores de Cana de Araraquara) – vide a plataforma digital CanaOnline (2018). No cenário nacional, segundo a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana) os fornecedores respondem por 23% da cana processada. (REIS, 2020)

Na casa de Eduardo, também fui apresentado para Antônio, ex-funcionário do setor administrativo da Usina Bonfim. Na ocasião, expus a intenção de conhecer, nos canaviais, o trabalho dos cortadores de cana. Antes de me responder, ele sorriu e disse que os “protocolos de produtividade” não permitem que os trabalhadores parem, a fim de que não haja um comprometimento da média de produtividade previamente estabelecida pela usina. Após citar que a empresa pediu para que eu enviasse *e-mail* formalizando os objetivos da visita, Antônio acrescentou que a resposta a esta solicitação seria uma negativa fundamentada, e que – no meu caso – ainda tinha o agravante de ser uma pesquisa acadêmica.

Nesse ínterim, o tempo transcorreu e não tive acesso às dependências rurais da usina. Mas, conversando com os cortadores de cana, eles disseram que preferiam conversar em casa. Neste lugar estariam mais à vontade e “não precisariam parar o serviço.”

Como ficou evidente, algumas pessoas facilitaram o meu contato com os migrantes e foram de extrema relevância para a realização desta pesquisa. Ir. Inês Facioli, Ir. Teresinha, Eduardo Alves e Gê⁵: pessoas que abriram as portas do convívio social profícuo entre o pesquisador e os sujeitos de sua pesquisa. Além disto, este último e seus familiares – após me conhecerem por pouco tempo – me hospedaram em sua casa, e se colocaram em disponibilidade para me levar aos lugares que eu necessitasse.

Foi Gê quem me falou que os migrantes esperam um ônibus, que sai da praça João de Barro entre 5h e 5h10 da manhã. Cheguei lá às 4h40. Exatamente no momento em que poucas mulheres e homens começaram a chegar no ponto. A maior parte deles sentaram sobre o meio-fio e poucos ficaram de pé. Todos calados, as mulheres usavam roupas cor de abóbora e os homens calça e camisa azuis (uniformes das empresas). Carregavam seus podões enrolados, e,

⁵ Destaco que nas dependências da Pastoral dos Migrantes de Guariba conheci as referidas irmãs. Apresentei-me como estudante, expus o motivo que me levou até esta cidade e, posteriormente, falei sobre meu trabalho. Estas duas pessoas, extremamente educadas e prestativas, facilitaram o estreitamento dos meus laços com os migrantes, que, devido ao trabalho religioso e político da pastoral, sabiam da importância dos trabalhos acadêmicos para analisar as relações entre usineiros e cortadores de cana.

Eduardo Alves era um Senhor com seus 65 anos. Sua casa irradiava alegria, cheia de filhos e netos. Um ambiente agradável, com sua esposa nos servindo cafezinho e a prosa incansável entre os presentes. Entre as casas que possuía, destinada para alugar aos migrantes, havia uma que era uma extensão da residência em que morava, separadas apenas pelo quintal e um portãozinho no muro dos fundos.

Gê estava sentado em frente ao portão da sua residência quando pedi informação sobre a cidade, os migrantes e o fim do corte de cana queimada. Ele foi solícito e, depois de um diálogo de 20 minutos, me convidou para entrar. Na ocasião, fui apresentado à sua esposa Maria, conhecida por “Preta.” Depois de me ouvir, relatou que veio cortar cana em Guariba na década de 1980 e, desde então, se estabeleceu como morador deste município.

numa bolsa, a “boia” ainda quente e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): luvas, óculos, mangote e perneiras⁶.

Às 4 h e 55 minutos, chegou uma van e levou as mulheres que trabalhavam na lavoura de laranja. Uns cinco minutos depois, o “ônibus Rurais” chegou (era assim que eles o chamavam), porquanto este veículo possuía uma inscrição na frente, no fundo e nas laterais com este nome em letras garrafais. Após sua partida, a praça, localizada às margens da Av. Princesa Isabel, voltou a ficar deserta e o silêncio inabalável continuou reinando.

Figura 1 – Ônibus destinados ao transporte dos trabalhadores para os canaviais



Fonte: Acervo pessoal de José Ivan de Santana, 2014

Esta pesquisa transcorreu entre idas e vindas às residências alugadas dos cortadores de cana e à Pastoral dos Migrantes de Guariba, somadas às informações dos moradores locais. E à medida que os dados colhidos nas entrevistas foram aumentando, comecei a escrever alguns

⁶ Quanto a estes dois últimos EPIs, cabe afirmar que o mangote – no caso específico – tem como função proteger o braço contra o pinico e o corte da palha da cana. E a perneira, confeccionada em duas camadas de laminado sintético, com três talas de PVC na parte frontal, serve para aliviar os pequenos impactos.

capítulos da dissertação, todavia, infelizmente, em 2014, minha esposa começou a apresentar sérios problemas de saúde (que não vem ao caso enumerá-los aqui). Esta circunstância culminou na interrupção do curso e da confecção do texto dissertativo. Depois de reorganizar meu tempo, prestei novamente o processo seletivo e fui aprovado para cursar o mestrado nesta instituição de ensino, a partir do semestre 2023.1. Acredito que o intervalo entre a dissertação incompleta e o seu complemento a enriquece, pois ela, de alguma forma, “identifica-se” com a condição de incerteza dos sujeitos que ela se propõe a pesquisar.

Cheguei em Guariba com o intuito de responder à questão da ressignificação identitária dos cortadores de cana e dos seus familiares, em decorrência das transformações tecnológicas no seu ambiente de trabalho (eito). Para tanto, planejava ir até Coroatá e realizar um levantamento dos elementos da memória social dos migrantes, pois, ao falarem sobre si, era possível que ativassem os nexos temporais vivenciados, o que possibilitaria inter-relacionar passado-presente e explicitar suas perspectivas quanto ao futuro. Este recurso metodológico seria imprescindível para responder ao que foi proposto como objetivo geral, porquanto, a identidade social constitui e é constituída dialética e permanentemente pela memória coletiva, o que era coerente com a tentativa de compreender essas pessoas a partir de múltiplas temporalidades.

Mas, no campo, a questão da mecanização me intrigou. A partir daí me interessei por bibliografias que descrevessem e analisassem os processos de produção, sobretudo, pelo seu último estágio: a colheita mecanizada e o seu complemento, a manual, realizada pelos migrantes. Assim, mudei o foco de preocupação e realizei uma investigação sobre os impactos da mecanização na vida destes trabalhadores, oriundos de Coroatá.

O contato com esses migrantes foi uma oportunidade de reflexão sobre a forma como vivem nesse município, sobretudo durante as atividades realizadas nos canaviais, e como se autopercebem por meio da mecanização da indústria canavieira. Não obstante cabe frisar que seria interessante, em outro trabalho acadêmico, descobrir o que houve com estes trabalhadores, após o fim do corte manual nos canaviais paulistas, previsto para 2031 por decorrência da Lei Estadual 11.241/02, de 19 de setembro de 2002, e conhecer os pontos de intersecção de uma identidade que se faz dentro de um território circulatório⁷.

⁷ Este conceito foi criado pelo sociólogo francês Alain Tarrus (2005). A sua principal característica é a ausência de fronteira física, caracterizando-se pelo intenso fluxo de pessoas, bens e informações, sem necessariamente implicar no estabelecimento de moradia permanente. A abrangência deste conceito incorpora tanto os territórios físicos como os virtuais, potencializando a formação de redes e intercâmbio entre pessoas de diferentes locais. O território circulatório é extremamente dinâmico. Suas relações são estabelecidas através do movimento. Nele, as conexões sociais, culturais e econômicas são primordiais para sua existência e funcionamento. A territorialidade a

INTRODUÇÃO

Esta dissertação versa sobre mecanização no campo, “desenvolvimento sustentável”, migração temporária e reificação dos trabalhadores rurais frente às novas demandas da indústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto – SP.

A problemática da mecanização na cultura da cana-de-açúcar traz múltiplas realidades interligadas que, de maneira nenhuma, poderiam ser abordadas em sua totalidade neste estudo, pois, além da complexidade imanente ao fenômeno da migração, o trabalho científico de mestrado submete-se a um prazo relativamente curto, estabelecido previamente, para sua realização. Nestas condições, busca-se a objetividade de um enfoque de pesquisa específico.

Tal pesquisa busca analisar quais os impactos sobre os migrantes, cortadores de cana-de-açúcar na Usina Bonfim – Raízen – Guariba – SP, oriundos de Coroatá – MA, ao se depararem com relações de trabalho e de produção modificadas pela intensificação da mecanização no setor canavieiro.

Para tanto, considera-se a relação dual dos trabalhadores braçais, em contato com a sofisticação técnica dos instrumentos de colheita, e o uso elementar das queimadas e do podão. As *nuances* desta convivência – entre o moderno e o tradicional – constituem um cenário de adequação/inadequação destes trabalhadores às novas exigências de produtividade.

Para a compreensão desse fenômeno estuda-se, em 2014 (apoiando-se em dados do fim do ciclo de safras anteriores e posteriores a este ano – até 2023/2024), o contexto sucroalcooleiro de Guariba, município do interior paulista, marcado anteriormente por formas obsoletas de realização da colheita, o qual, no período, já apresentava acelerado nível de modernização, e, deste modo, acentuado esvaziamento de força de trabalho desprovida das habilidades técnicas exigidas. Situação diferente das usinas dos estados do Nordeste, as quais ainda fazem, preponderantemente, o uso do fogo na despalha da cana, e que, por isso mesmo, passaram a atrair e a incorporar parte do contingente dos trabalhadores que migravam para cortar cana em Guariba e adjacências.

Nessa região, 73% da colheita de cana é realizada de forma manual e 27% mecanizada (BCCOM, 2023). Ainda segundo esta fonte, dados divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a cada ciclo produtivo aumenta a mecanização da colheita nos canaviais nordestinos, porém nem todos crescem no mesmo ritmo e na mesma proporção, devido, principalmente, às características topográficas distintas de cada terreno, a saber:

que o conceito faz referência não é necessariamente de migrantes e imigrantes, mas de quaisquer grupos ou coletivos que compartilham as mesmas situações de mobilidade socioterritorial.

Maranhão possui 78,1%, Rio Grande do Norte com 50,2%, Alagoas com 37,2%, Bahia com 21,2% e Pernambuco, que tem o menor índice de mecanização da colheita de cana do Brasil, com 4,3% etc. (BCCOM, 2023) e (ACOMPANHAMENTO, 2023)

A conjuntura do ano de 2014 oferecia oportunidade ao mercado nacional para o crescimento da exportação de etanol, sobretudo para a Europa, em decorrência do encarecimento dos preços do petróleo. E, devido a isso, seria preciso eliminar as queimadas do corte de cana, com o objetivo de “vender para fora” a imagem promissora do etanol, na qualidade de combustível limpo e renovável.

Nesse ano, quando foi realizada a pesquisa, Guariba recebeu enorme quantidade de migrantes, mas a partir do ano seguinte diminuiu significativamente esse fluxo, pois a Lei Estadual de São Paulo nº 11.241/02⁸, de 19 de setembro de 2002, estabelece como data limite o ano de 2031 para o fim das queimadas e para a adequação de toda a produção. Porém, o Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético⁹, firmado em junho de 2007, entre a indústria paulista e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, reduz este prazo até 2014 para as áreas mecanizáveis e até 2017 para as terras não mecanizáveis que apresentam declividade superior a 12 %.

No ano de 2015, como foi dito acima, diminuiu significativamente a leva de migrantes maranhenses (e de outros estados do Brasil) que saíam para cortar cana em Guariba, pois os respectivos prazos do Protocolo Agroambiental foram efetivamente cumpridos. Não obstante, ainda migra para Guariba quantidades menores de trabalhadores para efetivar o plantio da cana-de-açúcar, conforme se pode depreender da ação judicial movida por advogado constituído e atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT), opondo-se às condições degradantes de alojamento. Segundo o apurado, estavam nessa condição 33 trabalhadores do estado do Maranhão, os quais foram levados para Guariba e instalados no citado alojamento por um turmeiro.

No tocante às demandas circunstanciais na relação migração e trabalho sazonal, obtêm atenção especial os cortadores de cana oriundos do município de Coroatá. Esta escolha deve-se, principalmente, às mudanças na estrutura fundiária e às consequências econômicas e socioculturais acarretadas aos camponeses após o incentivo à modernização da agricultura pelos

⁸ Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar, especificação de áreas mecanizáveis e não mecanizáveis com suas respectivas datas de adequação à lei, descrição de penalidades, além de dá outras providências.

⁹ Além de antecipar a eliminação do uso do fogo para facilitar a colheita da cana, o documento aborda outros temas importantes, como a conservação do solo e dos recursos hídricos, proteção das matas ciliares, recuperação de nascentes, redução de emissões atmosféricas e cuidados durante o uso de agrotóxicos, entre outros.

governos militares na década de 70 do século passado. Segundo Silva (2008a), começa o processo de expropriação dos camponeses neste período, que sem terra para trabalhar passam a migrar para as regiões do garimpo e desflorestamento da Amazônia. Outrossim, considera-se o número expressivo de maranhenses que Guariba, durante as safras, albergava em seus domínios para a atividade canavieira.

No novo panorama em questão, foram consideradas a subjetividade inquietante desencadeada pelo contato com as novidades técnicas, a necessidade estratégica de buscar a sobrevivência para si e/ou para a família em contraposição com as relações de objetificação do setor sucroalcooleiro.

Este recorte apresenta um imenso alcance reflexivo, podendo contemplar as discussões concernentes às atividades realizadas nos canaviais de outros municípios que utilizam as queimadas e o corte manual como forma preponderante de colheita, pois, a despeito do cenário diferente vivenciado em cada lugar, todos são partícipes das contradições do mesmo processo histórico. No bojo desta conjuntura destaca-se também a subordinação generalizada aos interesses do capital empresarial, por isso, Guariba é concebida nesta pesquisa como uma amostra que retrata outras localidades, ou seja, outros espaços de exclusão e inclusão de mão de obra barata.

Assim, a proposta de estudo desta dissertação encontra-se sintetizada no seguinte objetivo geral: analisar como os cortadores de cana provindos de Coroatá, contratados pela Usina Bonfim – Raízen – Guariba, reagiram aos impactos imediatos da reconfiguração produtiva do setor sucroalcooleiro, com ênfase na “convivência” entre corte manual e colheita mecanizada.

Discutir a dinâmica da migração dos trabalhadores rurais em qualquer modalidade é considerar, *a priori*, a existência de um universo de motivações objetivas/subjetivas.

No estudo em foco, é importante entender que o *modus vivendi* dos trabalhadores também é afetado, já que estão imbricados no processo migratório aspectos de carência econômica, o desafio pessoal (e até mesmo com outros cortadores de cana no que diz respeito à capacidade de aprendizagem de novas ferramentas de produção), a exclusão das áreas mecanizadas, o “não-lugar” dos campos de plantação e colheita, da moradia, os vários deslocamentos e a baixa autoestima.

Vale salientar que o *ethos* camponês e o *modus vivendi*, apesar da relevância enquanto categorias analíticas no campo da sociologia rural, não constituem o fio condutor deste trabalho. Por isso, a referência que se fez a elas foi para caracterizar – *en passant* – qualidades sociopsíquicas dos sujeitos da pesquisa. Deste modo, *modus vivendi* e *ethos* camponês são

citados aqui como um dado da realidade dos rurícolas, uma forma específica de ser e de viver que os distinguem de outros grupos.

A fricção de expectativas e as mudanças exteriores, onde os homens realizam suas ações, constituem a ambiência natural da identidade como um estágio permanente de (re)construção.

A relação entre buscar emprego e fugir dos processos excludentes de mecanização é evidente. Mas, nesta trajetória incerta, as percepções das realidades objetivas e subjetivas são apreendidas sob tensão pelos trabalhadores. Neste cenário social, as contradições se potencializam no encontro entre o moderno e o tradicional.

Desse amálgama dialético, questões específicas também norteiam as reflexões deste trabalho. Assim, buscam-se, como objetivos específicos I) analisar como os trabalhadores compreendem as novas exigências de produtividade do setor, como uma imposição injusta ou resignados, como uma realidade integrada ao trabalho sazonal campesino; II) analisar quais as perspectivas dos cortadores de cana-de-açúcar frente às novas exigências da agroindústria canavieira; (III) analisar a relação entre mecanização da colheita e precarização do trabalho e IV) entender como estes trabalhadores se autopercebem e (re)constroem as representações simbólicas campesinas, mediante a substituição gradativa da colheita manual pelo uso intensivo e extensivo de colheitadeiras.

Esses objetivos são “chaves” que possibilitam adentrar a temática do cortador de cana e dos processos de modernização no campo. É evidente que existem outras, a depender da perspectiva a ser explorada pelo pesquisador.

Assim, salienta-se que do mesmo modo que a curiosidade por um objeto de estudo está ligada às vivências, preocupações e inclinações pessoais para discutir determinado tema e não outro, a metodologia adotada também não pode ser escolhida sem considerar o tipo de problema a ser estudado e quais os objetivos que se pretendem alcançar com a pesquisa.

Levando-se em consideração as circunstâncias históricas que pressionam os maranhenses a migrarem para cortar cana em Guariba, entende-se que a reificação decorrente das características deste trabalho pode obliterar sua capacidade criativa e aprofundar seu “desenraizamento” cultural.

Nesses termos, as relações entre estrutura de produção e subjetividade social aparecem ligadas ao processo histórico de acumulação capitalista. Ou seja, a reconfiguração do modo de produção industrial no setor canavieiro e os impactos sobre a vida desses migrantes cortadores de cana-de-açúcar foram analisados por meio do desvelamento deste processo.

Dito isso, cabe dizer que a migração para cortar cana em Guariba foi quem “subsidiou” o processo analítico desta dissertação, contudo o eixo condutor da análise são argumentos aqui concatenados como uma possível resposta ao problema de pesquisa e seus respectivos objetivos. Esta observação é importante, pois esclarece, e antecipa ao leitor, a forma como a dissertação foi estruturada, ou seja, em termos de argumentos e não de capítulos e usuais subseções.

Neste trabalho foram utilizados, prioritariamente, dados qualitativos e, somente para ilustrar e reforçar a argumentação, os quantitativos. Esta atitude, na avaliação do pesquisador, é a mais coerente com os propósitos deste estudo, pois as inovações técnicas do setor e o fim do ciclo das queimadas desencadearam uma gama de expectativas sociais ainda pouco vivenciadas por esse contingente de trabalhadores rurais. Portanto, a fim de compreender os impactos imediatos destas mudanças no modo como estes se autopercebem, orientam suas ações, faz-se imprescindível uma investigação sensível à voz dos interlocutores.

Os dados quantitativos utilizados deram uma ideia da disparidade entre o quanto a economia açucareira acumulou (e acumula) e o salário que os trabalhadores temporários receberam nesse setor. Esta informação, mesmo genérica, ajuda a pensar sobre os impactos sobre esses trabalhadores que migraram temporariamente para essa região.

Na prática de campo houve a percepção de que os lugares mais apropriados para a realização das entrevistas foram as moradas dos trabalhadores – um elemento relevante, a fim de evitar dificuldades adicionais à já conturbada dinâmica de trabalho. Diante disto, é imprescindível a necessidade de o pesquisador não perder de vista os detalhes que podem surgir durante tal prática, bem como o fato de que uma pesquisa mal planejada pode trazer alguns constrangimentos para aquele(a) que está sendo entrevistado(a). Para esta finalidade foi utilizado um roteiro com questões abertas, já que existe a preocupação com a subjetividade destes trabalhadores, e a “abertura” de tal instrumento facilita o diálogo, propiciando um vínculo mais estreito entre pesquisador e pesquisados.

O formato desse instrumento de pesquisa estimula o pesquisador a reformular novas questões, e, quiçá, reformular sua proposta de trabalho no contato com o objeto de estudo. Portanto, a realidade – particularidade intrínseca ao fenômeno social sob análise – exige do pesquisador uma postura dialógica que o adverte sobre o perigo de respostas prontas enredadas na teia das abstrações teóricas.

Para alcançar os melhores resultados, o pesquisador tem que estar atento ao fato da entrevista ser uma relação social. Na verdade, constitui uma das mais tensas pelo seu caráter

formal, por isso a necessidade do domínio das técnicas de entrevista e de se estar seguro da metodologia adotada.

Haguette (1987) concorda com esse ponto de vista, porquanto define a entrevista “[...] como um processo de interação social entre duas pessoas no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado [...]” (HAGUETTE, 1987, p. 75) Ela também chama a atenção à necessidade de se ter um roteiro previamente estabelecido, constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente elaborados, de acordo com uma problemática central, a fim de que o pesquisador não se distraia do seu objetivo original.

Em Guariba, foi possível entrevistar 23 trabalhadores¹⁰ mediante a utilização de questões abertas (ver Apêndice). Todos eles do sexo masculino (pois não houve oportunidade de entrevistar suas companheiras). Nenhum deles era analfabeto, porém o nível educacional era baixo, do segundo ao quinto ano do ensino fundamental. Também obtive informações relevantes de integrantes da Pastoral dos Migrantes de Guariba e de moradores da localidade. A estas fontes, soma-se a consulta obrigatória às fontes secundárias.

Os critérios utilizados para a escolha desses trabalhadores foram os seguintes: ser cortador de cana-de-açúcar, advindo de Coroatá, com vínculo de trabalho com a Usina Bonfim. Deste modo, o pesquisador buscou restringir o universo dos pesquisados, que nas condições sociais e econômicas em que viviam, migraram com o objetivo de buscar a sobrevivência para si e para o seu núcleo familiar.

O processo investigativo foi basicamente o seguinte: consulta às fontes secundárias, construção do diário de campo e a realização de entrevistas abertas. Cabe salientar que a escolha por este recorte empírico se justifica por haver farta bibliografia sobre esse tema: mecanização no campo e migração temporária. Assim, resguardadas as especificidades de cada lugar, Coroatá figura nesta pesquisa como um recorte representativo da realidade social comum a todos os nordestinos saídos do Maranhão para trabalharem nos canaviais paulistas, e Guariba como uma cidade com fluxo migratório intenso até 2014.

Acrescenta-se a isso, a importância do diário de campo na realização deste trabalho, pois, além de ajudar a organizar os dados, funcionou como uma espécie de memória para o pesquisador. Mediante o uso deste “mapa mental”, o estudioso do campo desenvolve com mais

¹⁰ Todos moravam de aluguel no João de Barro (especificamente na rua São João). Levando em consideração que uma turma de cortadores de cana é geralmente de 42 pessoas, o número pesquisado é mais que suficiente, já que representa aproximadamente 55% do universo pesquisado. Ainda saliento que os trabalhadores entrevistados foram identificados por pseudônimos, a fim de resguardar suas verdadeiras identidades.

lucidez pontos essenciais à compreensão dos seus objetivos. Porquanto, o diário de campo foi um instrumento que possibilitou ao pesquisador avaliar constantemente seus progressos e insucessos. Nele foram registrados acontecimentos, falas, momentos de silêncios e conjecturas elucidativas com os trabalhadores que estreitei relações no ano da pesquisa.

Segundo Mills (1975), a pesquisa contém estágios importantes que devem ser “percorridos” várias vezes. Assim, torna-se possível ao pesquisador “[...] passar de uma perspectiva a outra [...]” (MILLS, 1975, p. 228)

Esses cuidados ajudam o pesquisador a manter-se atento à abordagem e à metodologia estabelecidas para a compreensão do fenômeno social em foco.

Dito isso, vamos à síntese dos cinco capítulos que compõem este estudo:

No primeiro capítulo, *Descrição do campo de pesquisa*, foram expostos dados importantes para a realização deste estudo. Também foi feita uma breve explanação das condições socioeconômicas de Guariba em meados do século XX, e do atual cenário econômico, considerando aí o vultoso desenvolvimento industrial sucroalcooleiro. Nesta parte, também há uma sucinta caracterização social, política, econômica e geográfica de Coroatá, pois, apesar de o pesquisador não conhecer pessoalmente este município, é deste local que migram os cortadores de cana aqui entrevistados.

No segundo capítulo, *Identidade camponesa e processo migratório*, realizou-se uma contextualização histórica do processo migratório decorrente da promulgação da “Lei Sarney de Terras” em 1970 e seus desdobramentos. Esta deu início a um amplo processo de grilagem e expropriação de terras camponesas no estado do Maranhão. Deste modo, a fim de compreender e caracterizar coletivamente os sujeitos desta pesquisa, foi exposto de forma sucinta e teórica, o conceito de *ethos* camponês e as contradições vividas por esses sujeitos sociais. Por isso, mesmo de forma genérica, fez-se menção ao conceito de camponês, camponêsidade, *modus vivendi* e outras categorias importantes – trabalho, terra e família – que dão “liga” ao mundo desse ator social, que, com a expansão do latifúndio e introdução da monocultura, passou e passa pela mudança que desarticula as antigas relações de trabalho – colonos, parceiros, pequenos arrendatários, posseiros e sitiantes – desestabilizando as famílias camponesas.

No terceiro capítulo, chamado *Mecanização da indústria sucroalcooleira: tecnologia, desenvolvimento sustentável e trabalho sob os interesses difusos contidos na Lei 11.241/02*, foi analisado o momento histórico definidor em que os “boias-frias” são transmutados de trabalhadores precarizados essenciais para a produção capitalista do setor sucroalcooleiro, para trabalhadores descartáveis por causa da mecanização. A conjunção deste fato ocorre mediante processos em que a migração desemboca na mecanização como processos que se sobrepõem.

Para entender essa sobreposição foram analisados os impactos mediatos da lei supracitada em três dimensões: tecnológica, capitalista e ambiental.

No quarto capítulo, *Usineiros e cortadores de cana: perspectivas de produção, consumo e déficit de trabalho decente no setor sucroalcooleiro paulista*, fez-se necessário abordar a relação estrutural entre usinas na região de Ribeirão Preto e os trabalhadores migrantes, com ênfase nas transformações materiais advindas com a mecanização, pois esta modificou drasticamente a forma de produzir e de colher a cana-de-açúcar. Nesta reestruturação produtiva, a cadeia de produção do setor foi diversificada com a participação do Estado, por meio de financiamentos de pesquisas científicas e subsídios. Os cortadores de cana também foram impactados por elas, porquanto foi nesse período que as usinas estabeleceram a meta individual de 12 toneladas de cana cortada por dia, a qual seria tomada como referência para contratação do “bom” trabalhador, aumentando em muito o ritmo de produção e o desgaste físico dos cortadores. Ademais, à medida que a atividade mecanizada ampliava sua participação no processo de colheita, o trabalho braçal paulatinamente perdia sua relevância para o setor sucroalcooleiro paulista.

No capítulo final, *Aspectos objetivos e subjetivos da vivência dos migrantes nos espaços de trabalho da indústria sucroalcooleira*, a análise incidiu sobre os impactos da mecanização da colheita nos trabalhadores braçais, e sobre o próprio trabalho. No interior deste processo histórico as dimensões tecnológica, capitalista e ambiental, implicadas no âmbito da Lei 11.241/02, se fundem no impacto imediato do exercício do trabalho entre cortadores de cana e a lógica da usina. Estes impactos ganham destaque nas entrevistas com estes migrantes que trabalhavam nos canaviais da região de Ribeirão Preto (atualmente, tal movimento tem sido mais para eles trabalharem na colheita de frutas, no eixo Centro-Sul do país). Diante desta nova realidade, tais migrantes manifestaram inquietações quanto ao fim dessa atividade, bem como no que e onde trabalharem no “futuro.”

1 DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A compreensão do mundo do trabalho nos canaviais, a partir da industrialização, concomitantemente às exigências da legislação ambiental, trouxe ao trabalhador braçal consequências que fazem parte de um processo amplo ainda inacabado.

Daí a necessidade de compreensão do tema proposto, isto é, refletir sobre os impactos da mecanização agrícola no complexo sucroalcooleiro de Guariba, com enfoque na colheita realizada por máquinas e homens, cortadores de cana-de-açúcar, oriundos de Coroatá¹¹.

Posto isso, cabe salientar que, embora separadas por enormes distâncias físicas e contradições socioeconômicas, Guariba e Coroatá mantêm uma relação imbricada e abarcada pelo conceito de território circulatório. Tais localidades compreendem os espaços experimentados pelos migrantes, que vão desde o lugar de saída até o lugar de chegada.

Coroatá é o primeiro município da região dos Cocais. Nele predomina o clima equatorial, favorável ao desenvolvimento das Matas dos Cocais, com incidência quase absoluta da palmeira babaçu. Planta historicamente associada à subsistência dos pequenos trabalhadores rurais, a qual simboliza a disputa entre quebradeiras do coco babaçu e preservação das suas tradições contra os latifundiários, motivados por projetos expansionistas do agronegócio. (SILVA; CARVALHO, s.d.)

São vários os motivos que fizeram e ainda fazem com que homens e mulheres migrem. Além dos citados acima, Baptista (1998) destaca estes:

questões econômicas – miséria, fome, desemprego, latifúndio, exploração nas relações de trabalho, de terra para a economia de subsistência, estratégia camponesa para preservação do sítio, implantação da atividade pecuária; questões ambientais – variações climáticas (enchentes e secas), esgotamento dos solos; questões psicossociais – conflitos locais, frustrações, desavenças nas relações familiares, busca do imaginário urbano, vontade de viver outras experiências. (BAPTISTA, 1998, p. 106)

¹¹ Este município faz parte da mesorregião do Leste Maranhense. Segundo dados do IBGE (2022), sua área territorial é de 2.263,692 km² e conta com uma população de 59.566 habitantes. Apresenta Densidade Demográfica de 26,31 pessoas por quilômetro quadrado. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* a preços correntes é de: R\$ 8.111,96. (IBGE, 2021). Coroatá situa-se na região dos Cocais, à margem esquerda do rio Itapecuru. Localiza-se na microrregião de Codó e dista 260 km da capital São Luís. Sua topografia é predominantemente plana. Faz fronteira com os seguintes municípios: Timbiras, Codó, Peritoró, Alto Alegre do Maranhão, São Mateus do Maranhão, Pirapemas e Vargem Grande. Todos eles marcados por uma história de migração para o corte de cana.

As mudanças na estrutura agrária brasileira, a partir da década de 60 do século passado, transformaram a região de Ribeirão Preto em um polo de atração para essa mão-de-obra. A origem da maior parte dos migrantes era do Vale do Jequitinhonha/Minas Gerais e do interior da Bahia. Também havia, em menor proporção, trabalhadores de outros estados do Nordeste. A fim de buscar a sobrevivência, homens e mulheres chegavam a esta região para cortar cana, colher laranjas e café.

Segundo Silva (2008a, p. 3), a cartografia migratória mudou no início da década de 1990, pois, a partir daí, trabalhadores, oriundos do Maranhão e do Piauí, começaram a chegar para cortar cana nessa região. A autora aponta duas explicações para esta mudança: expropriação dos camponeses de suas terras de trabalho, transformando-os em migrantes, e a necessidade de reposição de força de trabalho nos canaviais, a fim de alcançar os altos índices de produtividade do setor. Para isso, passou a ser necessário encontrar, cada vez mais, mais trabalhadores jovens capazes de suprir o “consumo exigido pelos capitais cuja composição orgânica é maior.”

De acordo com reportagem de Ernesto Paglia, na TV Ribeirão, sob o título *Boias-frias e o Acordo de Guariba após a Greve de 1984*, a região de Ribeirão Preto recebia mais de 150.000 trabalhadores rurais que deixavam seus estados para trabalhar nas lavouras paulistas. Consoante Mancini (2014), deste contingente que se deslocava para o interior de São Paulo, a partir da década de 70 (do século passado), cerca de 10.000 migrantes desembarcavam por ano em Guariba para a colheita da safra da cana. Ainda neste artigo, para o ano de 2014, segundo estimativa do Sindicato dos Trabalhadores (criado após a greve), o número de trabalhadores migrantes para toda região não chegou a 1.000.

Posto isso, é pertinente afirmar que maior atenção precisa ser dada onde os trabalhadores se depararam com um novo contexto acelerado de modernização técnica de produção agrícola e colheita mecanizada de cana-de-açúcar, em vez de realizar uma descrição minuciosa do município de Coroadá (cuja localização pode ser vista no mapa abaixo). Contudo na abordagem sobre identidade camponesa, e também observando o conteúdo das entrevistas realizadas com os migrantes, pode-se perceber *nuances* do *ethos* e do *modus vivendi* campesino de Coroadá.

Mapa 1 – Mapa do Estado do Maranhão



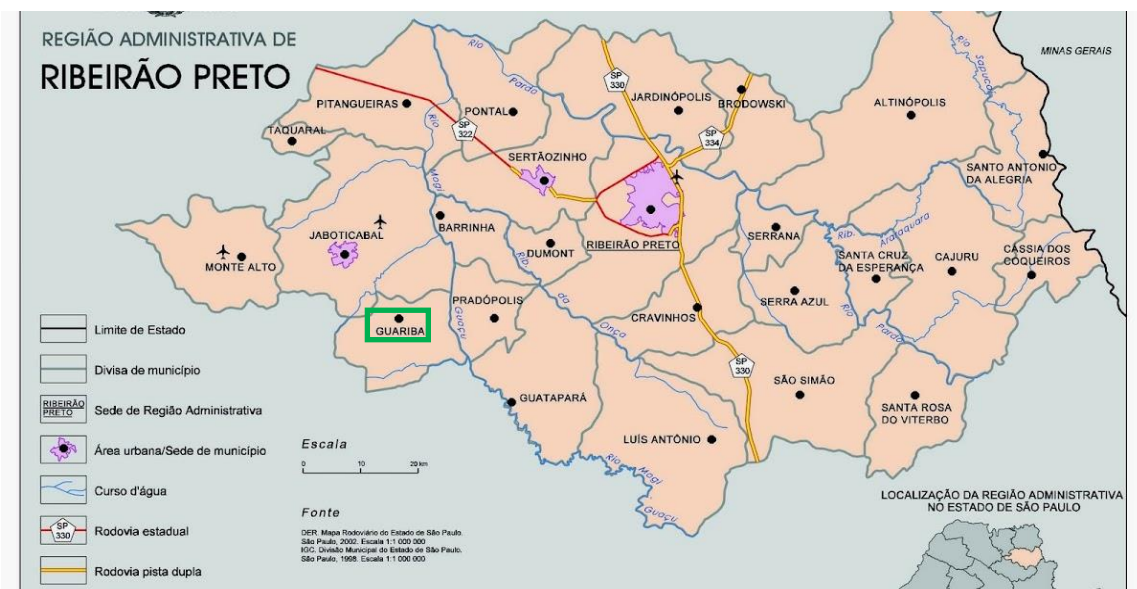
Fonte: Atlas Geográfico Escolar [s.d.]

Desse modo, acredita-se que os elementos elencados nesse contexto ajudam a compreender o contingente de trabalhadores que migraram, em 2014, com a finalidade de cortar cana em Guariba, e ainda migram – em menor escala – para o plantio da cana nos municípios da região de Ribeirão Preto. É relevante dizer que estes sujeitos “carregam Coroatá dentro de si”, e, claro, existem fatores de ordem estrutural que influenciam nas histórias de coletividades sociais.

O município de Guariba (ver mapa abaixo) dista de São Paulo 340 km pela BR-364. Em relação a Ribeirão Preto, grande polo industrial e considerada a capital do agronegócio no

Brasil, situa-se a 57,4 km. Ele está incluso na denominada região geográfica imediata de Ribeirão Preto, que reúne 26 municípios, e totaliza 1.461.787 habitantes e uma área total de 10 231,301 km². (IBGE, 2017)

Mapa 2 – Mapa da Região Administrativa de Ribeirão Preto



Fonte: Adaptado do DER Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo (2002)

O citado município foi fundado em 21 de setembro de 1895, já no Estado Republicano. Com a ascensão das estradas de ferro e o cultivo do café, sua principal atividade econômica no período, passou a receber um número significativo de imigrantes italianos, pois o trabalho escravo já tinha sido abolido.

Após o declínio da era cafeeira, o município passa por um momento de estagnação, vindo a recuperar-se por volta de 1948, com o advento das plantações da cana-de-açúcar. Neste novo contexto de progresso, duas usinas instalam-se em Guariba: a Usina Bonfim e a Usina São Martinho. Mas, em 1959, esta usina passa a pertencer ao município de Pradópolis – SP, enquanto a Usina Bonfim faz-se efetiva em Guariba desde a data de sua fundação. (GUARIBA, 2024)

Atualmente, Guariba registra alto índice de crescimento econômico, desenvolvida infraestrutura, que vem atraindo o investimento industrial e o fortalecimento do comércio local. Os dados estatísticos evidenciados por meio do IBGE (2022) permitem construir o seguinte perfil demográfico, geográfico e socioeconômico desse município: População, 37.498 habitantes; Extensão Territorial, 270,289 km²; Densidade Demográfica, 138,73 hab/km²; Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* a preços correntes, R\$ 27.783,09.

Como já disse anteriormente, conheci Guariba em 2010, mas quatro anos depois de chegar a esta cidade como pesquisador foi uma experiência totalmente diferente, porquanto cheguei imbuído de expectativas, com algumas questões na cabeça e outras que surgiram à medida que eu adentrava o espaço e observava as pessoas. Assim, observei mais detalhadamente a relação estabelecida pelos nativos com o mar de cana que abrange vários espaços do município de Guariba e de outros municípios situados em seu entorno.

Após esperar na rodoviária de Ribeirão Preto por mais de 2 horas, chegou o ônibus com itinerário para Guariba. Não demorou muito para que todos os seus assentos fossem ocupados por um público majoritariamente jovem que voltava para suas casas, após trabalhar em Ribeirão Preto. No decorrer da viagem, na estrada, sitiada dos dois lados pelos canaviais (vide a figura 2), após observar alguns jovens por algum tempo, percebi claramente que o mau cheiro dos agrotóxicos utilizados na plantação não os incomodava; os caminhões passavam por nós carregados de cana, expelindo fuligens e mau odor, e a maioria continuava conversando e ninguém no ônibus se prontificou a fechar a janela concernente à sua respectiva poltrona.

Figura 2 – Trajeto entre Ribeirão Preto e Guariba repleto de canaviais



Fonte: Acervo pessoal de José Ivan de Santana, 2014

É evidente que as pessoas já tinham se habituado àquele cheiro acre incômodo. Outra coisa que chamou muito minha atenção (e certamente chamaria a de outro nordestino acostumado ao semiárido, com alta temperatura, longos períodos de estiagem e vegetação rasteira) foi o verde da plantação à beira da pista. Logo, é possível pensar por alguns minutos a respeito da possibilidade de deslumbramento dos migrantes cortadores de cana, culturalmente afeitos à escassez da chuva, ao se deparar com uma lavoura verde que se estende para além do que nossas vistas podem alcançar.

Certamente, a mudança geográfica e topográfica constitui uma diferença considerável em suas vidas. Se, a princípio, esta paisagem verde parece um paraíso, inserir-se como trabalhador de eito é abrir os olhos para a realidade adversa que se impõe na forma de trabalho, produção por peso, alimentação simples, moradia precária e relações trabalhistas frágeis, informais, quando não ilegais.

No decorrer da pesquisa foi possível perceber que os moradores de Guariba olham para o não nativo¹² especulando mentalmente se não se trata de mais um cortador de cana chegado recentemente. Ao se começar uma conversa, por exemplo, logo perguntam de onde você é e se veio para trabalhar na lavoura da cana.

Após alguns dias na sede, deu para perceber que o dinheiro dos cortadores de cana dinamiza o comércio. Assim, Guariba lucra muito com a migração, pois estes trabalhadores gastam uma soma considerável do que ganham com roupas, remédios e alimentação nos estabelecimentos comerciais dessa cidade.

Esse ponto chama a atenção, principalmente na feira de domingo, em que a maioria dos cortadores de cana, residentes no João de Barro, sai para realizar as compras de reposição de alguns itens que lhes faltam na dispensa, como gêneros alimentícios e produtos de higiene pessoal.

Para os habitantes estabelecidos em Guariba, o João de Barro é uma “coisa” só. A simples pergunta, onde moram os cortadores de cana? É, indubitavelmente, respondida: “na João de Barro”, como se este bairro fosse uma rua ou um confinamento. Assim, depreende-se que, ao não fazerem distinção entre as ruas do bairro e o próprio bairro, ocorre, a nível subjetivo, uma apreciação homogeneizadora do espaço, processo dialético que resulta em uma espécie de

¹² Em Guariba é muito difícil dizer quem é nativo e quem não é, porquanto, a partir da década de 1980, muitos migrantes fixaram residência nesta cidade. Nativo torna-se uma condição difusa que extrapola o lugar de nascimento e ganha dimensões de conquistas simbólicas e assimilação cultural.

homogeneização das identidades sociais dos moradores, a despeito de suas idiossincrasias individuais e coletivas.

A rua São João – situada no João de Barro – tem uma única entrada, é uma espécie de beco sem saída. As casas, em sua imensa maioria, foram construídas de pau a pique, cobertas de telhas de fibrocimento (popularmente conhecidas como “telhas de Eternit”) e com pinturas muito desgastadas pelo tempo. Não havia saneamento básico e, na ocasião da pesquisa, muitos postes públicos para instalação elétrica eram de madeira, e neles encontravam-se penduradas linhas e pipas (ver figura abaixo). A ausência destes serviços básicos evidencia descaso do poder público com as condições de vida das comunidades mais carentes no que concerne aos aspectos socioeconômicos, e, no caso específico, com os maranhenses, cortadores de cana-de-açúcar.

Figura 3 – Vista parcial da rua São João em Guariba



Fonte: Acervo pessoal de José Ivan de Santana, 2014

Existe uma discriminação muito forte em relação aos migrantes, e, excepcionalmente, ao bairro João de Barro. Muitos moradores manifestam medo de irem até lá com receio de serem roubados, independentemente do horário. Também é comum afirmarem que os migrantes

são porcos, principalmente os maranhenses. Para Norbert Elias e John Scotson (2000), esse tratamento depreciativo configura um artifício de diferenciação social. As manifestações verbais explicitam as tensões entre posições sociais distintas. Uma definição de fronteiras simbólicas mediante códigos identitários compartilhados pelo grupo dos estabelecidos e desconhecido pelos *outsiders*.

Nas estratégias de manutenção do poder, a desqualificação física e moral constitui um expediente. Deste modo, percebe-se a semelhança entre os “moradores do beco dos ratos” (loteamento assim denominado pelo grupo estabelecido, como bem abordaram os referidos autores) de Winston Parva e os migrantes moradores do João de Barro, que na condição de *outsiders* são excluídos e estigmatizados pelo grupo estabelecido, a fim de preservar sua identidade e afirmar-se superior, mantendo os outros firmemente em seu lugar.

É relevante salientar que muitas dessas pessoas preconceituosas estão ligadas, direta e/ou indiretamente, à migração. Isto é, nem sempre as falas preconceituosas foram proferidas por filhos autóctones de Guariba, mas por sujeitos que no passado saíram do Nordeste baiano ou do Vale do Jequitinhonha (MG) para cortar cana nos canaviais paulistas, e aí se estabeleceram, ou, então, eram ditas por seus descendentes.

Assim, a discriminação praticada é uma recusa ao “outro” que constitui sua autoimagem histórico-social. Ora, no intuito de pensar este outro como distante de si é que a violência, que ocorreu e talvez ainda ocorra, no João de Barro é categorizada como um evento fora da curva, concebida pelos nativos descendentes da migração e/ou pelos filhos autóctones de Guariba, como um estado natural de selvageria do migrante, desconsiderando-se a real situação social em que eles estão inseridos.

É evidente que o objetivo desta pesquisa não é compreender o fenômeno da criminalidade na cidade de Guariba, mas é interessante salientar que muitas pessoas deste lugar apontam que a violência aumentou com a chegada de “muitos nordestinos que vieram pra cá cortar cana.”

Desse modo, Guariba é um “não-lugar” para os cortadores de cana, porquanto o seu espaço físico e as relações sociais aí estabelecidas lhes “roubam” a saúde mediante a execução de um trabalho desgastante e prolongado. E não somente isto: este lugar também lhes é estranho simbolicamente, o que dificulta o processo de adaptação e a relação deles com os nativos.

É nesse contexto de rápidas transformações técnicas no setor sucroalcooleiro que está inserido o migrante. A vivência em um cenário totalmente diferente da normatização das relações interpessoais do espaço social e simbólico de origem, contrapõe-se ao seu lugar antropológico. Para Marc Augé ([1992] 2005), as transformações aceleradas do mundo

moderno criam uma vertigem de autopercepção, ou seja, uma dificuldade de vermo-nos simultaneamente enquanto ator e espectador, pois o cotidiano é “atropelado” pelo ritmo das mudanças que ultrapassa o ritmo da vida. Assim, o lugar da identidade vai sendo substituído pelo “não-lugar” da não identificação.

2 IDENTIDADE CAMPONESA E PROCESSO MIGRATÓRIO

Na introdução e na descrição do campo de pesquisa foram demarcados todos os caminhos analíticos que esta dissertação trilha. Já, neste capítulo, a identidade social destes trabalhadores ganha relevância, pois suas ações estão em conformidade com quem eles são e em que tessitura social estão inseridos. Para isso, vamos “visitar” algumas abordagens teóricas sobre esses sujeitos no decorrer da história de sua formação enquanto camponeses e trabalhadores (*ethos e modus vivendi*).

A constituição dos sujeitos e dos grupos sociais mantém estreita relação com duas categorias indissociáveis: tempo e espaço. Contudo, há uma gama de inter-relações que determina a percepção e o gerenciamento destas categorias.

A identidade camponesa forma-se dentro dessa dinâmica. De acordo com Wolf (1976), o camponês é um agente econômico, preocupado com a unidade e desenvolvimento familiar mediante o cuidado com a casa – espaço de reprodução da família – e com a propriedade, de onde, juntamente com seus familiares, tiram a sobrevivência. Semelhantemente, Woortmann (1990) afirma que as populações camponesas, mediante a tessitura de vínculos sociais, econômicos e culturais, reforçam a identidade campesina centrada na perpetuação das relações parentais.

A administração do tempo e do espaço constitui um modo ímpar de como cada grupo (comunidade, sociedade e indivíduo) compreende e age sobre o mundo. Neste sentido, percebe-se que as interações sociais campesinas, suas relações de trabalho e o modo como são realizadas estruturam-se a partir de uma lógica cultural estranha ao *time* da produção industrial urbana.

Mas, como diz Marx (1999, p.12): “Tudo que era sólido e estável se esfuma.” A estrutura fundiária brasileira alterou-se a partir de 1970 com a implantação do incentivo à modernização da agricultura pelos governos militares, acontecimento fundamental para o fortalecimento de grandes empresas e proprietários de terras. Milhares de hectares de terras foram apropriados por empresas nacionais e internacionais, processo que desencadeou em conflitos e extermínio de povos, caboclos, líderes camponeses e religiosos. (SILVA, 2008b)

Sobre esse processo histórico, tem lugar de destaque o estudo de Sader (1991) sobre a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) que deu início a um longo ciclo de grilagens e expropriação no estado do Maranhão. Outro acontecimento que agravou ainda mais a situação dos pequenos proprietários foi a construção da estrada que liga Santa Inês a

Açailândia no começo dos anos 1970. Esta última situa-se ao Norte de Imperatriz¹³, à margem da rodovia Belém-Brasília. Data desta época a migração de descendentes de quilombolas e a construção de bairros negros vizinhos às terras expropriadas. A conjugação destes fatores resultou, conforme Silva (2008c), em uma alteração profunda no modo de vida das comunidades rurais. Com o cercamento de grandes propriedades, investiu-se na produção de soja e na pecuária destinadas à exportação, diminuindo drasticamente as áreas de cultivo do coco babaçu. Este fato complicou a reposição da economia doméstica das famílias de trabalhadores rurais, pois se organizava em um sistema de revezamento entre as atividades do homem na agricultura e a colheita do azeite do coco pelas mulheres.

Nesse contexto, o “coco liberto” passa a ser preso nos latifúndios e é transformado de valor de uso em valor de troca pelas relações capitalistas. (SILVA, 2008b)

A força coercitiva dessa realidade e dessa violência física e simbólica delineou o caminho das migrações nos anos de 1970 para a Amazônia e para o garimpo, nos estados de Mato Grosso, Rondônia e Pará, onde muitos migrantes foram vítimas de regimes análogos à escravidão. Já os canaviais paulistas entraram na rota migratória dos maranhenses somente no final da década de 1990.

A apreciação do trabalho manual realizado nas colheitas de cana-de-açúcar no interior de São Paulo está condicionada a fatores de ordem histórica, econômica e social. Deste modo, entende-se o motivo do número expressivo de nordestinos migrarem, com tal finalidade, para essa região do país. O processo migratório ocorre em decorrência das parcas condições de vida nos lugares de origem e a busca para melhorar tais condições, mediante o trabalho adquirido nos lugares de destino.

A necessidade de migrar é dolorosa para todos os envolvidos. Mas alhures a dor da saudade de familiares e amigos, a distância que inviabiliza a participação física nos rituais da comunidade, é sanada mediante diálogos e vídeos enviados para aquelas/aqueles que partem.

O *modus vivendi* do campesinato brasileiro alterou-se substancialmente após o embate de classes antagônicas na questão agrária, e, com isso, a reprodução das condições materiais e simbólicas no campo vinculou-se a outras estratégias. Na verdade, as mudanças econômicas, tecnológicas, demográficas e socioculturais, determinantes para a gênese antropológica da migração sazonal, colocaram e colocam em evidência a migração como categoria ambígua sujeita a três referenciais distintos: “[...] o território-patrimônio, espelho das suas raízes; o território de vivência do local de acolhida, espaço do seu cotidiano de migrante; e o território

¹³ Imperatriz e Açailândia são cidades de grande porte econômico do estado do Maranhão. Já Santa Inês, também do Maranhão, figura-se entre as de médio porte.

circulatório, espaço intersticial que reproduz o processo contínuo da sua identidade.” (CARDEL, 2008, p. 71)

Para Cardel (2003), os migrantes enfrentam uma situação de desenraizamento e de choque cultural, pois ao experienciarem os espaços sociais de origem, de deslocamento e de chegada, estes sujeitos passam a viver uma condição liminar de vida, ou seja, um espaço fronteiro entre o seu mundo cultural e o mundo cultural dos outros. Assim, a autora chama a atenção para o drama da (re)construção de identidades sociais.

Tanto os que se deslocam como aqueles que ficam esperando o retorno são atingidos pela migração pendular ou cíclica. Deste modo, também é pertinente a afirmação de Cardel (2008) quando diz que há uma ressignificação das relações e da identidade no interior das comunidades migratórias. A condição existencial do migrante é mais tensa, na medida em que há um vácuo em sua (re)construção identitária.

Em sua pesquisa, a citada autora acredita que o conceito de liminaridade é a chave explicativa para essa condição. Na sua concepção, o migrante não consegue romper plenamente os vínculos afetivos e simbólicos que o prendem ao seu lugar de origem, vivendo uma lenta reconstrução de um novo eu, fragmentado ininterruptamente, pois o sentimento de ausência e de não pertencimento ao lugar de chegada constitui aquilo que ele deixou de ser.

Logo,

Esta circularidade não pressupõe a reprodução da mesma situação social. Ao contrário. A volta, o caminho de fechar o círculo, não é igual ao caminho de iniciá-lo, porque a circularidade não ocorre uma única vez. Em muitos casos, ela acontece durante quase toda a vida destes agentes sociais. Neste sentido, ela é permanente e o migrante temporário, é permanentemente temporário. Este é seu destino. Esta é sua história. Destino de um ser híbrido, isto é uma mistura de camponês e assalariado, mistura de duas condições sociais. Por isso, a reprodução da circularidade não reproduz a situação social de origem, mas a do ser híbrido, em processo de desenraizamento e proletarianização. Reproduz a situação do ser e não ser ao mesmo tempo. (SILVA, 1992, p.165)

Há, nesse cenário de relações sociais ambíguas, situado na interface da indefinição identitária, dados potencializadores de conflitos, atitudes preconceituosas e discriminatórias para com os trabalhadores rurais de fora. Em geral, os migrantes eram e são percebidos pelos habitantes dos municípios produtores de cana-de-açúcar como “negros”, “mineirada”, “baianada” etc., sinalização distintiva de uma construção linguística que faz uma intersecção estigmatizadora que vincula pobreza econômica à condição cultural e geográfica de ser nordestino ou nortista. Enfim, uma percepção que anula tanto as identidades regionais como as individuais, pois no palco dessa violência simbólica “Serão ‘baianos’, lá em baixo, uma malta

que junta todos os nordestinos. Forma do reconhecimento de uma não-identidade; identidade precária, fora do seu lugar”. (OLIVEIRA, 1987, p. 34)

Em *Errantes do fim do século*, essa situação é descrita da seguinte forma:

[...] tornar-se ‘baiano’, ‘mineiro’ significa possuir um outro papel, até então inexistente. Em seus lugares de origem, não possuem estes atributos. Dessa sorte, há uma verdadeira metamorfose de suas identidades em face do outro (o paulista, o antigo morador da cidade, o branco, pobre ou rico). Acabam introjetando a marca de gente estranha, de verdadeiros ‘imigrados’, estrangeiros vivendo em guetos. (SILVA, 1999, p. 236-237)

A migração temporária de indivíduos desapossados de suas terras, de relações de trabalho fundamentadas na tradição dos códigos morais construídos em formas pessoalizadas de dominação e sociabilidade (colonos, parceiros, pequenos arrendatários, posseiros e sitiantes), além do fim do sistema de trabalho fixo, no qual os empregados residiam nas fazendas, metamorfosearam o camponês em “boia-fria” e “andorinha errante”, portanto, em um ser estigmatizado e conseqüentemente marginalizado.

É evidente que essa realidade opera na simbiose de duas realidades opostas, mas que curiosamente se complementam. Na análise da mobilidade migratória como fenômeno sócio-histórico, geográfico, político e antropológico, há que se considerar o poder de coerção das estruturas sociais, porém, sem se descuidar da dimensão subjetiva, sonhadora e transformadora dos sujeitos históricos.

Esse paradoxo pode ser visualizado tomando como aporte o conceito dinâmico de identidade, elaborado pela corrente sociológica denominada Interacionismo Simbólico. A partir deste ponto de vista as trajetórias individuais e a estrutura social constituem uma relação significativa, "percebendo os indivíduos como sujeitos e objetos de processos mais amplos." (VELHO, 1987, p. 15)

A concepção de ausência para definir a migração temporária e o migrante temporário, presente no pensamento de Martins (1986), dá a tônica dos aspectos subjetivos envolvidos na questão. Ele diz que é temporário quem se considera deslocado, “fora de casa”, independentemente do tempo que o indivíduo reside no lugar para onde migrou. Se o sentimento de ausência constitui o núcleo de sua consciência, significa que a dessocialização e a ressocialização, momentos contraditórios presentes no processo de migração, ainda não encontraram âncoras sociais que o sossegue em uma identidade. Assim, “Ele se mantém, pois, na duplicidade de suas socializações... É sempre o outro, o objeto, e não o sujeito. É sempre o que vai voltar a ser e não o que é. A demora deste reencontro define a migração temporária.” (MARTINS, 1986, p. 49-50)

Além da violência simbólica, da má distribuição de renda, da expansão do latifúndio junto com a monocultura, dos processos violentos de expropriação do trabalhador rural de suas terras, as péssimas condições de trabalho agravam sobremaneira este quadro, isto quando não são caracterizadas pelo Ministério Público como trabalho análogo ao de escravo.

É evidente que o quesito saúde dos trabalhadores é de responsabilidade dos usineiros, e, em alguns casos, está também sob a responsabilidade deles providenciar a moradia desses empregados. Porém, de acordo com Silva (2008c), os dados coletados por Jadir Ribeiro (2004), sob o título *Escravidão sutil*, evidenciam que esta responsabilidade é negligenciada, ocorrendo o inverso, ou seja, um desrespeito à dignidade da pessoa humana:

Os trabalhadores rurais de um alojamento encravado no meio do canavial da região de Ribeirão Preto (SP) andam até 10 km a pé para ir à cidade mais próxima comprar pão e biscoitos, porque a comida oferecida pela usina é insuficiente. (Relatório da Pastoral dos Migrantes apud SILVA, 2008c, p. 62)

Mais de 56% dos migrantes que chegam no interior de São Paulo para o corte da cana-de-açúcar são aliciados por “gatos” em suas regiões de origem; 31,9% receberam adiantamento do “gato” para conseguir viajar; 50 trabalhadores provenientes de Cajazeiras (PB) ficaram oito dias na estrada, passando fome, sede e sono, com o ônibus quebrado, que trazia cortadores de cana para o interior paulista. (Relatório da Pastoral dos Migrantes apud SIVA, 2008c, p. 61)

No município de Guariba (SP) 35 trabalhadores rurais foram trabalhar com um “gato” desconhecido na região de Campinas (SP); eles foram dispensados de uma usina de açúcar da região de Ribeirão Preto (SP) porque não cortavam 12 toneladas de cana por dia. (Relatório da Pastoral dos Migrantes apud SILVA, 2008c, p. 61)

Essa forma de expropriação do trabalho implica em mais lucro para o setor sucroalcooleiro e menos dinheiro e estabilidade para os trabalhadores. As estratégias das usinas em buscar trabalhadores nas regiões mais pobres do país também apontam nessa mesma direção, ou seja, contratar mão de obra barata e desarticulada politicamente. Neste sentido, pode-se afirmar que “a desigualdade regional é o motor das migrações e está historicamente constituída tendo caráter fundamental na estruturação da sociedade brasileira e na articulação do território nacional”. (SINGER, 1987)

Essa abordagem busca compreender como os processos de investimento de capitais também contribuem para alterar o *modus vivendi* dos camponeses, pois estes sofrem diversas formas de pressão, tais como: conflitos entre grileiros e posseiros, violência no campo, avanço dos latifúndios destruindo lógicas coletivas de divisão das terras e a necessidade de migrar para outras cidades e estados como forma de sobrevivência.

Desse modo, ficam evidentes as relações vinculantes entre identidade camponesa e a demanda do capital. Esses processos reconfiguram a identidade do camponês, o qual necessita estabelecer uma gama de estratégias para poder viver em um lugar que ele não se identifica, pois o camponês tem, no trabalho e na terra, a sua condição enquanto sujeito de direito e de vontade. Por isso, segundo WOORTMANN (1990):

A propriedade pecuarista e a propriedade canavieira são, então, a negação do trabalho. É como se fossem, do ponto de vista de uma moralidade camponesa, terras sem sentido. Ao invés de serem a base da liberdade, conduzem ao cativeiro. Em nenhuma das duas se pode realizar o pai de família. (WOORTMANN, 1990, p. 42)

Nesse sentido, existe uma diferença clara entre patrimônio capitalista e as terras de origem dos camponeses. Ademais, é pertinente pontuar que estes sujeitos, nos seus roçados, trabalham com policultura, o que favorece uma interação muito intensa com a terra, e uma diversificação de trabalhos e do saber-fazer que os constituem identitariamente, já a monocultura os “empobrece”, pois, na ausência dessa gama de atividades, os trabalhadores são forçados a trabalhos mecânicos e repetitivos.

O latifúndio nos locais de trabalho não tem os elementos aglutinadores de relações sociais e morais presentes no lugar de origem dos migrantes. Contudo não existe uma ruptura com a identidade campesina. Ocorre, antes, a soma de situações sociais historicamente contextualizadas, que gradativamente modifica a forma como esses sujeitos sociais se percebem, abrindo espaço para outra compreensão de si mesmos.

É na inter-relação entre a estrutura social e a subjetividade dos sujeitos que a história é construída. História sempre inacabada, processual, assim como os sujeitos que a constituem, pois é nesta tensão em que se estabelecem as estratégias e formas de resistência e ressignificação da condição camponesa. Por isso, as motivações e as estratégias – inter-relacionadas à conjuntura histórica – dependem de situações distintas de cada indivíduo.

Apesar de compreender que a identidade social é formada na dialética de elementos que a constitui, há nesse amálgama elementos identitários históricos que persistem, pois nos canaviais os trabalhadores compreendem que vivem subordinados aos interesses do encarregado de turma, empregado da usina. Enquanto nos seus roçados ou nas terras de família, trabalham para eles mesmos, podem falar o que pensam sobre o serviço e seu andamento, o que fazer para produzir mais e mais rápido. Ou seja, nas terras de morada, eles têm voz.

O projeto de retorno é importante para manter essa ancoragem social, pois, além das expectativas com o retorno, esses trabalhadores mantêm vínculos com as pessoas do lugar:

esposas, filhos(as) e outros membros das comunidades. Há, na verdade, uma rede de proteção que conecta os migrantes, desde o(s) município(s) de origem até a estadia no(s) lugar(es) de destino. Esta rede se retroalimenta com a intensificação das comunicações entre as pessoas envolvidas nela, e com a entrada de novos candidatos a migrarem. Estes laços são fortalecidos paradoxalmente pela discriminação que sofrem os migrantes, pois os estabelecidos os tratam como “baianada”, “mineirada”, delimitando, assim, suas relações sociais. Deste modo, eles se concentram nas periferias e dialogam entre eles mesmos, o que favorece, curiosamente, uma relativa conservação da identidade coletiva.

A rede de solidariedade implica em um dos elementos de resistência do ser camponês, pois os que partem para trabalhar fora enviam dinheiro para a subsistência da família, e, conseqüentemente, do modo de vida de todos. Pode-se afirmar que as práticas afetivas estão fincadas no *ethos* que os caracteriza, atitude que viabiliza a pertinência em deixar as terras em que moram e trabalham, para investir na continuidade das práticas laborais e da luta dos que ficam.

Nesse sentido, a migração constitui uma estratégia para os camponeses. Contudo, isso não implica dizer que o *ethos* e o *modus vivendi* permaneçam inalterados e sem rupturas. As distintas condições materiais de existência criam as condições dialéticas entre a resistência e as condições de ressignificação da identidade social.

Segundo Bourdieu (1996), as relações sociais – decorrentes da percepção e da ação – estão intrinsecamente ligadas a um campo normativo, onde ocorrem as disputas pelo domínio e transformação do campo, e a um *habitus*, comum aos agentes. Posto isto, a socialização das regras sociais constitui o *habitus*, definido por este sociólogo como: “[...] esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em conjunto unívoco de escolhas, de bens, de práticas.” (BOURDIEU, 1996: 21)

Não obstante o *habitus* condiciona as ações, sem, contudo, determiná-las. É nele que se amalgamam as relações entre a subjetividade e a objetividade, a teia entre a sociedade e o indivíduo. Ele não é estático, está sujeito às mudanças do campo (conjunturas), o que configura, em direito, no princípio da autonomia para agir e reagir às situações imediatas. Entretanto as estratégias estariam prefiguradas em práticas inconscientes, um conteúdo do *habitus*, predefinidas, ajustadas, como uma resposta prática a uma situação histórica específica. (BOURDIEU, 1983, p. 106)

No contexto em questão, os homens que trabalham capinando a terra, plantando feijão, milho, aipim, batata, abóbora etc., na época do estio, migram no intuito de complementar a

renda da família. Enquanto isso, suas mulheres permanecem em Coroatá, cuidando da casa, das/dos filhas/filhos, e colhendo/quebrando coco babaçu.

Contudo há que se mencionar que, mesmo para aquelas que ficam, o *modus vivendi* não está isento de ameaças e rupturas. Assim, depreende-se que a realidade sob análise entrelaça diversos contextos e conjunturas que possibilitam a redefinição das relações de gênero.

No Período pós-Golpe Militar de 1964, o então governador do estado do Maranhão aprova a Lei de Terras de 1969, conhecida como “Lei Sarney de Terras” Nº 2.979. (AMARAL NETO, 2019; MARANHÃO (Estado), 2020) Nela os latifundiários obtiveram facilidades para comprar terras devolutas – sem concorrência pública e sem leilão –, mediante financiamentos de bancos estatais, expandindo a agropecuária pastoril, os campos de soja, apropriando-se, assim, das terras de uso comum. A partir deste momento, posseiros e povos tradicionais foram impelidos a deixar suas terras, ocupadas há séculos por seus antecedentes parentais.

Esse período foi marcado (e ainda é) por muitos casos de assassinatos impunes de camponeses, cometidos por pistoleiros no conflito por terra, contudo também pela insurgência e advento de movimentos sindicais, cooperativas e associações comunitárias. No ano de 1991, a partir do I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís (MA), surgiu a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, assim denominado até 1995, quando, no II Encontro Interestadual, foi fundado (oficialmente) o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Nestes encontros, há partilhas de vivências que fortalecem vínculos identitários em torno de uma demanda comum: direito de acesso aos babaçuais e a preservação das palmeiras, direito à soberania alimentar, à autonomia econômica e à integridade física e moral das catadoras, constantemente, vítimas de constrangimentos e violências. (SILVA; CARVALHO, s.d.)

Segundo Hagino (2007, p. 2), “as quebradeiras de coco babaçu fazem parte de um movimento social feminino que combina consciência ecológica, saberes vivenciados pela prática e detenção da autonomia da produção, formando uma identidade coletiva.” Deste modo, suas reivindicações extrapolam as fronteiras do interesse particular, assumindo uma dimensão pedagógica que contrasta com as formas predatórias de exploração da natureza.

O mencionado movimento já obteve várias vitórias no âmbito institucional. De acordo com Silva (2020), a primeira delas foi a promulgação da Lei Babaçu Livre¹⁴, na cidade de Lago

¹⁴ Atualmente, em 3 estados da federação, 18 cidades promulgaram leis de proteção aos babaçuais, e, na forma da lei, também foi legitimado o direito às quebradeiras de continuar suas práticas laborativas.

Maranhão: Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga, Imperatriz, Lima Campos, São José dos Basílios, Cidelândia, Pedreiras, Amarante, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios.

Tocantins: Buriti do Tocantins, Axixá do Tocantins, Praia Norte, São Miguel do Tocantins.

do Junco (Lei nº 05/1997, ampliada pela Lei nº 01/2002). Posteriormente, outros municípios no estado do Maranhão, Tocantins e Pará sancionaram leis com o mesmo sentido prático. Estas leis municipais são conquistas locais que legitimam o direito das quebradeiras de coco babaçu ao território, às palmeiras (mesmo dentro de propriedades privadas), às suas práticas laborativas e culturais. Também consiste em um instrumento de pressão da sociedade civil para que a Lei estadual n. 4.734/86, que criminaliza matar as mudas e derrubar estas palmeiras, no estado do Maranhão, seja efetivamente cumprida.

Cabe dizer ainda que, em 2007, a Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou o Projeto de Lei (PL) 231/2007 de autoria do deputado federal Domingos Dutra (Partido dos Trabalhadores – PT/MA, que proíbe a derrubada das palmeiras de coco babaçu nos seguintes estados: Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso, contudo este projeto foi arquivado em 30 de janeiro de 2015. Eliziane Gama (Cidadania/MA), na ocasião deputada federal, o retomou no ano seguinte, sob o nº 4.690/16, e, atualmente, enquanto senadora, apresentou novamente o Projeto de Lei 3.959, de 2019, o qual ainda aguarda designação do relator.

No mesmo diapasão, os estados do Tocantins, Piauí e Pará, respectivamente, sancionaram as seguintes leis: Lei nº 1.959, de 14 de agosto de 2008, que “Dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências”; Lei nº 7.888, de 09 de dezembro de 2022, que “Reconhece como patrimônio cultural do Estado do Piauí, as atividades tradicionais de coleta e quebra de coco babaçu, bem como os produtos delas decorrentes e seu modo tradicional de produzir.” E “[...] a Lei nº 10.930/2025, que declara e reconhece os saberes e a identidade cultural das quebradeiras de coco babaçu como Patrimônio de Natureza Imaterial do Estado do Pará.” (PENICHE, 2025)

Contudo, essas conquistas podem ser rechaçadas no âmbito institucional, como, por exemplo, o Projeto de Lei nº 776 de 2022 (MEIO AMBIENTE, 2022), apresentado pelo deputado da bancada ruralista, Olyntho Neto (Republicanos). Este projeto buscava revogar a Lei nº 1.959 (citada acima), mas, após ser aprovado pelas comissões, causou tanta repercussão negativa, que o parlamentar enviou um ofício ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (Aleto), solicitando a retirada da proposta. Se o citado projeto fosse levado à votação em plenário, e, caso fosse aprovado, 5 mil famílias da região Norte de Tocantins (Bico do Papagaio), que vivem da agricultura familiar e do extrativismo, seriam prejudicadas.

O encontro dessas mulheres de vários estados – identificando-se em torno de uma identidade comum, mediante a mesma atividade laborativa, engendradas pelas mesmas dificuldades e demandas – constitui uma mensagem de união e força do campesinato, que resiste, organizado pela preservação da sua cultura em seus territórios, e, ao mesmo tempo, possibilita o fortalecimento das alianças com aqueles que migram. Deste modo, o *modus vivendi* insere-se no *ethos* camponês também como partilha e trocas simbólicas nas relações de gênero.

As mulheres vão juntas catar os cocos, levando sobre a cabeça o cofô (cesto tecido com palha de babaçu para carregá-los) e um porrete para quebrá-los, na maioria das vezes, junto às palmeiras situadas distantes de suas casas. Lá elas conversam sobre a vida cotidiana e sobre os rumos do MIQCB. Trabalham juntas, com a consciência de que são “irmãs”, pois, conforme seus depoimentos, afirmam que todas elas são filhas das palmeiras ou, como consta na frase de Francisca Nascimento, coordenadora-geral deste movimento: “a gente diz que a palmeira é nossa mãe”.

A palmeira também tem múltiplas utilidades, tais como: o uso de suas folhas para cobrir as casas, e, nos períodos secos, servem de alimento para os animais; as fibras são colhidas para a confecção de esteiras, cestos e peneiras; do interior do tronco da palmeira é extraído o palmito (alimento rico em vitaminas, minerais e fibras), que traz diversos benefícios à saúde, e, por fim, existe o caule, utilizado como adubo orgânico.

Além do consumo interno da família, o excedente dos produtos, derivado do coco, é vendido aos comerciantes ou vendido pelas cooperativas do MIQCB. Ainda como fonte de renda, cabe destacar que o babaçu é matéria-prima para a produção de sabão, cosméticos e muito utilizado na culinária local.¹⁵

Essa multiplicidade de atributos da palmeira e do coco babaçu coaduna com a identidade campesina, afeita a uma série de tarefas desempenhadas por toda a família. Assim, a migração realizada para o corte de cana, principalmente pelos homens, e a luta das mulheres pelo direito de colher e quebrar o coco, constituem a dupla face da mesma moeda. De um lado, estão aquelas que ficam, e, do outro, as “andorinhas” errantes que voltarão no final da safra.

No artigo, “*Do coco babaçu à emancipação: o poder das quebradeiras do Maranhão*” (PASSOS, 2018), há o seguinte depoimento dessas trabalhadoras: “quem passa a vida inteira no cocal conversa com a palmeira e ela responde. Do jeito que a gente está, ela está. Do jeito

¹⁵ Tal fruto do babaçu é constituído de quatro partes úteis: A primeira é o epicarpo, de onde as quebradeiras obtêm a matéria-prima para o artesanato; a segunda é o mesocarpo, camada branca de onde se obtém a farinha. A terceira é o endocarpo, parte dura que encobre as amêndoas – depois que elas são extraídas, a referida parte é utilizada como carvão e como matéria-prima para as mulheres confeccionarem bijuterias artesanais. Já a quarta e última parte são as amêndoas, de onde se extraem o azeite e o leite de coco.

que a gente sofre, ela sofre também.” (*Idem*) Deste modo, depreende-se que tais mulheres aguardam o retorno de seus maridos e/ou filhos, como se fossem uma palmeira fixa à terra, experimentando, assim, a transubstanciação da natureza humana à natureza árvore. Assim, evidencia-se a consciência da dependência mútua entre comunidades tradicionais e palmeiras, pois, para além da subsistência, as duas vivem circunstâncias de violência acometidas pelas políticas expansionistas da monocultura.

Nesse *ethos*, a natureza é um bem comum, e não um recurso privado ou bem de troca. Ela constitui a mediação entre a geração atual e as gerações futuras. Por isso, o *modus vivendi* do campesinato contém um fim (suprir necessidades) mediante o usufruto da natureza enquanto bem de uso, diferentemente da concepção capitalista, que a instrumentaliza como meio – que é sempre relativo – para atender ao acúmulo de capital.

A questão da identidade social é extremamente complexa, e, por isso, não tem como defini-la unilateralmente. Desta maneira, é preciso situá-la como decorrente de relações entre sujeitos e processos sociais historicamente constituídos, marcados por práticas, violência, leis, mercado e gênero. Assim, neste estudo, achou-se mais apropriado pensá-la como um arranjo moral em que família, trabalho e terra constituem seu núcleo. Há nesta identidade uma plasticidade que assimila e se reconfigura na inter-relação com novos arranjos impostos pelo capitalismo.

3 MECANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA: TECNOLOGIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TRABALHO SOB OS INTERESSES DIFUSOS DA LEI 11.241/02

No capítulo anterior, a identidade camponesa dos maranhenses foi analisada à luz do contexto histórico de expropriação de suas terras de origem e da ética que norteiam suas ações e os constituem enquanto comunidades. Nesta parte, houve a apresentação das estratégias de resistência e a contribuição das mulheres na luta pela continuidade de suas práticas laborais. A par da sucinta caracterização social destes agentes, trataremos, a partir de agora, da Lei 11.241/02 e de seus impactos mediatos na vida destes trabalhadores em suas dimensões tecnológica, capitalista e ambiental. Neste arranjo, dois impactos, dentre outros possíveis, não podem deixar de ser abordados: a mecanização como processo tecnológico que modela o meio social de trabalho e a produção capitalista e sua roupagem pelo desenvolvimento sustentável, como discurso que situa a força de trabalho.

O cultivo da cana-de-açúcar tem raízes históricas, visto que ele foi (e ainda é) uma das atividades agrícolas mais importantes do Brasil, desde 1532. Portanto, sua história está estritamente vinculada à formação e consolidação econômica do país desde o período colonial. Por isso, o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), subsidiado pelo Estado brasileiro em meados dos anos 1970, corrobora a lógica de favoritismo aos grandes latifundiários e concentração de riquezas. (ANDRADE, 1994)

Esse programa, no entender de Thomaz Júnior (2002), constitui um divisor de águas da realidade da agricultura no Brasil. A modernização e implantação da agroindústria canavieira mediante incentivos fiscais e creditícios, dentro da lógica do mercado global, exigem a superação dos tradicionais paradigmas de competição e produção. Este autor segue dizendo que a política econômica do Governo Federal, para com o setor sucroalcooleiro, foi de capitalismo financeiro.

Antes do Proálcool, na década de 1960, o embargo sancionado a Cuba² pelos Estados Unidos da América (EUA), estimulou a aplicação de recursos nesse ramo de atividade. Mas o crescimento de lá para cá não foi ininterrupto, pois

[...] na década de 1990, o CAI canavieiro sofreu uma crise sem precedentes que ocorreu, principalmente, devido à abertura comercial do país, desregulamentação parcial do complexo, queda dos preços internacionais do açúcar e queda da demanda interna de álcool. A instauração da concorrência real entre as usinas no final da década de 1990 (1998 em São Paulo), ou seja, o fim do alto nível de intervenção estatal que ocorria até então, gerou a

necessidade imediata de redução de custos e aumento de eficiência, levando a um novo paradigma de produção [...]. (ROSA, 2008, p. 39)

A partir de 2002, o Complexo Agroindustrial (CAI) do Brasil retoma seu crescimento. Segundo Alves (2008a), essa retomada aconteceu devido a uma gama de fatores, sendo três os principais: aumento dos preços internacionais do petróleo, assinatura do Protocolo de Quioto (2005) (documento que estabelece, entre outras coisas, diminuição da queima de combustíveis fósseis) e a incapacidade dos Estados Unidos de suprirem a demanda mundial de “combustível verde”, utilizando-se do milho como matéria-prima.

É evidente que a modernização no campo ocorreu a partir de uma conjuntura favorável. Para Brum (1988), as principais razões da modernização estão na elevação produtiva do trabalho visando aumento progressivo do lucro, redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência, e, por último, uma ação que carrega em si um discurso de cunho político-ideológico, que, a despeito de outros interesses, visa a consolidar o processo de expropriação do campesinato brasileiro, a saber: a superação do impasse entre capital *versus* a denominada área improdutiva ocupada por camponeses, pois a modernização aparece como solução para o problema da renda da terra, ou seja, um contradiscurso que proclama a irracionalidade em manter terras no domínio de pequenos produtores, já que estes não produzem em grande escala, fazendo com que a presença do tema Reforma Agrária na agenda política mostre-se como ultrapassado.

Na verdade, o processo de mecanização do setor sucroalcooleiro é marcado por transformações muito contraditórias. Umas são anunciadas pela mídia como positivas, como o fim das queimadas e das fuligens atingindo trabalhadores e moradores dos municípios vizinhos às usinas, redução dos prejuízos à fauna e à flora, diminuição da emissão de CO₂ na atmosfera, dinamismo agroindustrial etc. No entanto vários pesquisadores, como Alves (2008a) e Silva (2009), questionam a integridade destas informações e apontam para a piora das condições de trabalho, com o aumento da jornada e do ritmo da atividade a desempenhar, pauperização dos camponeses com salários cada vez mais baixos – vinculados à quantidade de cana cortada (cujo pagamento se dá por meio da produção) – intensificação da baixa autoestima, reificação do trabalhador e, por fim, desemprego e/ou trabalho informal.

Um argumento interessante em defesa do fim das queimadas é que “[...] a quantidade de matéria seca queimada nos canaviais por ano, por unidade de área, é cerca de 15 vezes maior que na Amazônia, isto é, 0,5 kg/m² [,] enquanto que na floresta amazônica tem-se 0,03 kg/m²”. (MARINHO; KIRCHHOFF, 1991, p. 110). Portanto, um dispêndio enorme de energia que aumenta a emissão de gases de efeito estufa.

Cruz (2000) corrobora essa posição salientando que:

Por ter o canavial cultivado pouco espaçamento entre os espécimes e porque a cana produz muita matéria orgânica fibrosa (folhas, palha), o canavial, à medida que a cana cresce, torna-se quase que impenetrável. Para facilitar o trabalho do operador a cana é queimada antes do corte. Assim, limpo o terreno das folhas e espantados os bichos peçonhentos (cobras etc.) que ali normalmente se escondem, o corte da cana madura é mais facilmente efetuado. Em contrapartida a essa facilitação, a queima da palha da cana-de-açúcar traz graves danos ao meio ambiente, à saúde e ao bem estar da população. E, os impactos ambientais desta forma de colheita são bastante negativos. [...] A queimada em geral, e a queima da palha da cana-de-açúcar em especial, constituem condutas lesivas não só à flora (conquanto podem causar incêndios em florestas e outros tipos de vegetação), mas também e principalmente representam uma importante e significativa causa da poluição atmosférica. (CRUZ, 2000, p. 5)

De acordo com o professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Doutor em Solos e Nutrição de Plantas pela ESALQ/USP (Campus Florestal), Dener Márcio da Silva Oliveira, a proibição das queimadas de cana nos canaviais paulistas proporciona o acúmulo de grandes quantidades de “[...] resíduos culturais após a colheita das lavouras, que chegam a cerca de 10 a 20 toneladas por hectare de matéria seca de palha (folhas secas, ponteiro e restos de colmo).” (VELOSO, 2022) Atualmente, utiliza-se a matéria orgânica fibrosa da cana para complementar a produção de bioetanol, adubar a terra (aumentando a produtividade e a qualidade da cana), além de diminuir a emissão de toneladas de GEEs na atmosfera.

Mas se a análise, decorrente das queimadas nos canaviais, se ater, somente, aos efeitos mais conhecidos e de percepção imediata aos dos sentidos, outros dados da realidade ficam obliterados.

Uma alteração significativa, motivada pela modernização em curso nos canaviais de Guariba e adjacências, encontrava-se no fato de os migrantes anteciparem sua vinda para o interior de São Paulo. Esta corrida tinha como finalidade garantir o acesso ao trabalho que estava escasseando com o aumento progressivo de colheitadeiras nas lavouras. Para se ter uma ideia, antes, de acordo com Ir. Inês Facioli, os trabalhadores chegavam apenas em março para iniciar o serviço em abril, já nas atuais condições, eles passaram a chegar, em Guariba, no fim de janeiro. Ainda segundo ela, “eles se arriscam e antecipam a vinda para não ficar de fora [da colheita].”

Essa situação acarretava um duplo problema. O primeiro era o impacto da superlotação nas cidades que albergavam esses migrantes, pois suas infraestruturas não comportavam o aumento excessivo da demanda. O segundo consistia no cortador de cana que saía e sai,

principalmente, do Nordeste do país, com pouco dinheiro, quase sempre sem contrato firmado, o que diminui sua força para negociar as melhores condições de trabalho, já que as necessidades básicas pressionavam e pressionam, juntamente com o exército industrial de reserva, a favor dos interesses dos usineiros.

Segundo Borlina Filho (2011), os reflexos do aumento abrupto desse contingente também afetavam os postos de saúde. Estimou-se que o número de atendimentos em Guariba chegou a aumentar 65% por ano. Na ocasião, a Secretária de Saúde, Elizabeth Porto, disse: “Não temos mais como suportar esse crescimento.”

A fim de ilustrar a dimensão dessa realidade do fluxo migratório simultâneo, potencializado pelo processo de sofisticação da colheita e pela previsão do fim das queimadas da palha da cana, atenta-se para o relato do prefeito de Pradópolis, Antônio Carlos Campos Rossi: “Já no dia seguinte [da chegada], estão buscando tratamento”. Em Pontal, cidade vizinha a Guariba, a população que é de 50 mil habitantes aumenta em mais de 15 mil, fazendo com que a quantidade de remédios distribuídos na farmácia municipal, segundo o prefeito dessa localidade, salte de 2.400 receitas mensais para 9.000 na safra. (BORLINA FILHO, 2011)

Já nos canaviais, o problema se apresenta em nível subjetivo. A presença de máquinas modernas oprime o cortador de cana e o faz refletir sobre sua condição obsoleta. De um lado, uma colheitadeira de mais de um milhão de reais; do outro, o homem e seu facão. A fala de Fernando Santos Santiago, 18 anos, recém-chegado a Guariba, confirma essa dificuldade: “Está difícil conseguir emprego por causa das máquinas.” O maranhense João Carlos, 26 anos, expressa sua angústia do seguinte modo: “[...] depois das máquinas, sei que vou ser jogado fora, mas enquanto esse dia não chega, vou ficando por aqui.”

Para a União dos Produtores de Bioenergia (UDOP, 2014), tomando como base de cálculo uma safra de 200 dias/ano, uma colheitadeira tem capacidade para colher, em média, 640 toneladas/dia, enquanto um rurícola atinge a marca de 8 toneladas/dia. No final da safra, o corte mecanizado, hipoteticamente utilizando uma só máquina, atingiria a marca de 128.000 toneladas/safra, e o corte manual, para alcançar essa marca seria preciso um contingente de 80 trabalhadores. Deste modo, uma máquina substituiria 80 postos de trabalho por safra.

No ano de 2014, a estimativa da UDOP para a safra de 2014/2015 era que 80% da colheita da cana fosse realizada mediante a utilização de máquinas e somente 20% dela ocorresse por meio do corte manual, e com a utilização do recurso da queimada. Nestas condições, sabe-se que a cana destinada ao corte manual localiza-se nas piores condições topográficas, acarretando aumento do desgaste físico, maior incidência de acidentes, além de baixa produtividade do trabalho, ocasionando menores ganhos salariais.

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE (2012), os resultados das safras agrícolas do decênio 2002/2011, divulgada no mês de janeiro 2012 para cana-de-açúcar, foram os seguintes:

Tabela 1 – Cana-de-açúcar – Produção obtida (t)
Safr

2002	364.389.416
2003	396.012.158
2004	415.205.835
2005	422.956.646
2006	477.410.655
2007	549.707.314
2008	645.300.182
2009	671.394.957
2010	717.462.101
2011	634.846.136

Fonte: Adaptada do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, IBGE (2012)

É evidente que com a substituição da colheita manual pela mecanizada há um aumento considerável da produção, pois o corte mecanizado é muito mais rente à raiz da cana do que o corte manual, ocasionando um maior aproveitamento do bagaço da cana-de-açúcar. Tomando para análise comparativa da produção os anos 2003, com 396.012.158 toneladas, e 2011, com 634.846.136 toneladas, o respectivo aumento evidencia que o processo produtivo mecanizado quase que dobrou a produção em um período de apenas 10 anos.

De acordo com informações da Conab, a “Produção brasileira de cana-de-açúcar na safra 2023/2024 registra 713,2 milhões de toneladas [...]” (PRODUÇÃO, 2024) Este volume representa um aumento de 16% comparado ao ano anterior. A área colhida cresceu 0,5%, o equivalente a 8,33 milhões de hectares, já o rendimento médio acresceu 16,2%, saindo de 73.655 quilos por hectare para 85.580 kg/ha.

A região Sudeste, no ciclo 2023/2024, teve seu volume de cana colhida aumentado em 21%, quando comparado à colheita do ciclo anterior, 2022/2023. Apesar de uma pequena redução de 0,6% na área colhida, a produtividade média aumentou, elevando a cifra de 387,76 milhões de toneladas para 469 milhões de toneladas.

O estado de São Paulo continua encabeçando o *ranking* de maior produtor nacional de cana-de-açúcar, com 59,7%. A produção de açúcar deste corresponde a mais da metade da produção do país, estimada em 40,89 milhões de toneladas. Para isso, o ente federativo possui 150 unidades de produção em atividade de moagem. (SÃO PAULO, 2023)

No artigo, “Impactos ambientais das queimadas de cana-de-açúcar”, publicado na Revista Cultivar, Mello (2012) fez alusão ao Protocolo Ambiental assinado entre o Governo do Estado e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA), em 2007. No referido documento, 2014 foi apontado como o ano da última safra da cana-de-açúcar com queimadas em áreas planas no estado de São Paulo. A partir de 2015, praticamente toda a colheita foi realizada utilizando-se de máquinas, exceto em terrenos de difícil acesso a elas.

Quadro 1 – Cronograma de Erradicação da Queima da Palha da Cana-de-açúcar, Estado de São Paulo

Ano	Percentual de eliminação da queima (%)			
	Áreas mecanizáveis		Áreas não mecanizáveis (declividade superior a 12% e/ou tamanho inferior a 150 ha)	
	Lei n. 11.241/2002	Protocolo Agroambiental	Lei n. 11.241/2002	Protocolo Agroambiental
2002	20	-	-	-
2006	30	-	-	-
2010		70	-	30
2011	50		10	
2014		100		
2016	80		20	
2017				100
2021	100	Mecanização total	30	
2026			50	Mecanização total
2031	Mecanização total		100	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de SÃO PAULO. Lei n. 11.241, de 19 de setembro de 2002. Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa, [2002]. Disponível em: [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei-11241-19.09.2002.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20elimina%C3%A7%C3%A3o%20gradativa,DO%20ESTADO%20DE%20S%C3%83O%20PAULO%3A&text=Artigo%201.%C2%BA%202D%20Esta%20lei,da%20cana%2Dde%2Da%C3%A7%C3%BAcar](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei-11241-19.09.2002.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20elimina%C3%A7%C3%A3o%20gradativa,DO%20ESTADO%20DE%20S%C3%83O%20PAULO%3A&text=Artigo%201.%C2%BA%202D%20Esta%20lei,da%20cana%2Dde%2Da%C3%A7%C3%BAcar.). Acesso em: jun. 2020.

No atual estágio de desenvolvimento da economia capitalista, em que a mecanização é intensa, o trabalhador tem que se adequar às novas exigências do processo produtivo, visto que “O complexo de reestruturação produtiva traz à baila um amplo leque de novos atributos, atitudes, qualidades, comportamentos e características pessoais que um indivíduo deve possuir para satisfazer as exigências de sua empregabilidade”. (BATISTA, 2003, p. 145-146 apud ROSA, 2008, p. 19)

Segundo a teoria da política tecnológica, artefatos técnicos contêm – para além da função prática que foram criados – aspectos inerentemente políticos. Isto é, eles incorporam formas específicas de poder e autoridade. Essa abordagem teórica destaca o modo como as sociedades modernas reagem aos dispositivos tecnológicos, bem como de que modo as demandas sociais se transformam em contato com os meios técnicos. (WINNER, 1986/2017, p. 198)

Nessa perspectiva, a adoção de determinada tecnologia gera consequências sociais efetivas. Para Engels (1961, p. 186) “[...] O mecanismo automático de uma grande fábrica é muito mais tirânico do que jamais foram os pequenos capitalistas que empregam operários [...]”. Objetos técnicos e tecnológicos se aliam ao estabelecimento das hierarquias – e distinções de poder – como condição necessária para a produção da indústria moderna, independentemente da sua forma de organização social. (*Idem*)

Desse modo, o ritmo do trabalho fica condicionado ao ritmo que as máquinas imprimem aos trabalhadores. No caso do trabalho nos eitos de cana, o quantitativo produzido por uma colheitadeira “serve de parâmetro” para pressionar o cortador de cana a produzir mais, pois, elevando o índice exigido da produtividade do setor, altera também o preço por produção.

A introdução de tecnologias no processo produtivo tem o potencial de alterar a divisão social do trabalho, a maneira como a sociedade produz e as características do produto que será apresentado no mercado, além de ocasionar o desemprego em massa e alterar o modo de vida das pessoas. Winner (1986/2017) apresenta uma situação histórica semelhante sobre o aprimoramento do ceifador de tomates, na década de 40 do século passado, realizado por pesquisadores na Universidade da Califórnia.

A introdução do ceifador desempregou milhares de catadores de tomates, diminuindo o custo para os empregadores na ordem de cinco a sete dólares por tonelada, segundo estudos realizados na Califórnia. Além deste incremento técnico não ter trazido nenhum benefício aos trabalhadores, constituiu “[...] a ocasião para uma remodelagem profunda das relações sociais relativas à produção de tomate na Califórnia rural.” (WINNER, 1986/2017, p. 203). Para este autor, este é um exemplo em que os artefatos demonstram conteúdo político para além daquilo que, *a priori*, foram projetados.

Por isso que os artefatos podem ser entendidos como:

[...] um processo social contínuo no qual conhecimento científico, inovação tecnológica e lucro das empresas se fortalecem mutuamente em padrões profundamente arraigados, padrões que ostentam a inconfundível marca do poder político e econômico. Por muitas décadas, a pesquisa e o desenvolvimento agrícola nas faculdades de agronomia e nas universidades

dos EUA tenderam a favorecer os interesses do grande agronegócio. É em face de tais padrões sutilmente arraigados que os oponentes de inovações, como o ceifador de tomate, são caracterizados como ‘antitecnologia’ ou ‘antiprogresso’. Pois o ceifador não é apenas um símbolo de uma ordem social que recompensa uns enquanto pune outros; ele é, literalmente, a incorporação dessa ordem. (WINNER, 1986/2017, p. 204)

Voltando à análise da realização simultânea dos cortes mecanizado e manual de cana-de-açúcar, chama a atenção o mal-estar social que atingiu e atinge tanto os migrantes quanto os residentes locais. Neste cenário, os trabalhadores – inclusive os nordestinos, que já são marginalizados, estigmatizados, social, regional e culturalmente, mais do que nunca – passam a ser vistos como aqueles que desestruturam os serviços municipais, por “desviarem” uma verba que normalmente seria destinada à população nativa.

Desde a década de 60 do século passado, o Governo Federal estabelece diretrizes para regular a utilização das queimadas nas atividades agropastoris ou florestais. Já em 1997, o Decreto Estadual nº 41.719/97, regulamenta a Lei nº 6.171/88, alterada pela Lei nº 8.421/93, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola. No seu artigo 5º estão fixadas em quais hipóteses poderão ser realizadas as queimadas, estabelecidas previamente pela Resolução Conjunta das Pastas do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento.

Esse artigo teve seu teor alterado no mesmo ano por meio do Decreto nº 42.056/97, que revogou os Decretos nº 28.848/88 e nº 28.895/88. A novidade do texto desse Decreto foi estipular uma meta de redução da queima da palha de cana-de-açúcar ao longo de alguns anos.

Nessa esteira dos textos jurídicos é que surge a Lei 11.241/2002, “[...] permitindo o emprego do fogo na modalidade queima controlada, qual seja aquela que preencha uma série de requisitos estabelecidos pela Lei, dentre eles a obtenção de autorização perante o Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN).” (GOMES; GUERRA, 2008, p. 25)

Os problemas locais, das cidades afetadas pelas queimadas da cana, constituíram um dos argumentos favoráveis à implementação urgente da Lei 11.241/02, já que nos discursos dos aautos da modernização e do desenvolvimento econômico o problema da migração para os canaviais paulistas seria superado. Todavia, sabe-se que o fenômeno migratório no Brasil está enraizado nos desníveis socioeconômicos de suas classes sociais. Portanto, a aplicação da lei e a inexistência de políticas públicas federais para este contingente de trabalhadores permitem perceber que as consequências sociais implicadas na questão apontam para o desvelamento da lógica excludente do capital.

Sem dúvida nenhuma, o fim das queimadas no processo de despalha da cana-de-açúcar traz enormes benefícios ao meio ambiente e à população de Guariba e adjacências. Contudo a promulgação de leis, como a citada acima, contempla interesses e vantagens econômicas não divulgadas e até mesmo obliteradas pela mídia e pela objetividade do texto jurídico.

Uma dessas vantagens está descrita no artigo 17 do Protocolo de Quioto (2005), o qual incentiva as grandes empresas a conseguirem receitas com créditos de carbono. O comércio destes créditos é um mecanismo de flexibilização que avalia a quantidade de CO₂ que deixa de ser emitida. As metas podem ser alcançadas mediante o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), definido no artigo 12 do mesmo documento. Este mecanismo objetiva o desenvolvimento sustentável, a limitação e redução de Gases de Efeito Estufa (GEEs). Para isso, os interessados terão que investir em tecnologias mais eficientes, substituição de fontes fósseis por renováveis e racionalização do uso de energia e reflorestamento. (LOPES, 2002)

Verifica-se que, com a mecanização da colheita em 100%, o Estado do Paraná poderá obter, com a negociação de créditos de carbono, uma receita de 174 milhões de euros no ano de 2020 a preços atuais. Porém, em virtude de não ser possível obter 100% de mecanização da colheita devido a fatores como áreas com inclinação superior a 12% e áreas nas quais não se exigiria a mecanização por estas serem menores de 150 hectares, estima-se que, com 80% da área colhida mecanicamente, a receita seria de 139 milhões de euros. Caso seja *[sic]* de 50%, ter-se-ia uma receita de 87 milhões de euros. (PLEC; ANDRADE; FAVARIM; PIACENTI, 2007, p. 68)

Nesse mercado se insere a produção automotiva com motor *flex*¹⁶, pois o álcool reduz significativamente a emissão de gás carbono na atmosfera, atendendo às expectativas do Protocolo de Quioto (2005). Levando em consideração os interesses das grandes potências em efetivar, de imediato, as resoluções e metas acordadas por meio deste Protocolo, o setor canavieiro busca se adequar a essa nova forma de disputa pelo mercado.

De acordo com os dados divulgados, em 2009, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA),

Avanços tecnológicos na usina permitem extrair 80 litros de etanol de cada tonelada de cana limpa (sem palha), quando em 1975 eram produzidos 45 litros por tonelada. Esse expressivo ganho de produtividade nas etapas agrícola e industrial fez com que hoje se produza mais de 7,5 mil litros [de]

¹⁶ O motor do veículo *flex* é capaz de funcionar com uma mistura variada de combustíveis, geralmente gasolina e etanol. Veículos com múltiplos sistemas de combustível – como os que funcionam com células de hidrogênio e gasolina, por exemplo – são chamados de veículos bicompostíveis.

etanol por hectare de cana colhida, contra 3 mil em 1975. Todos os equipamentos das usinas foram desenvolvidos e produzidos no Brasil. (ZONEAMENTO, 2009, p. 1)

A referida empresa, no mesmo ano, a partir dos dados expostos pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), destacou ainda que 88% dos veículos leves vendidos no Brasil possuíam motor *flex*. A perspectiva era que, em 2014, 65% de toda a frota brasileira fosse *flex*, segundo estimativa desta associação.

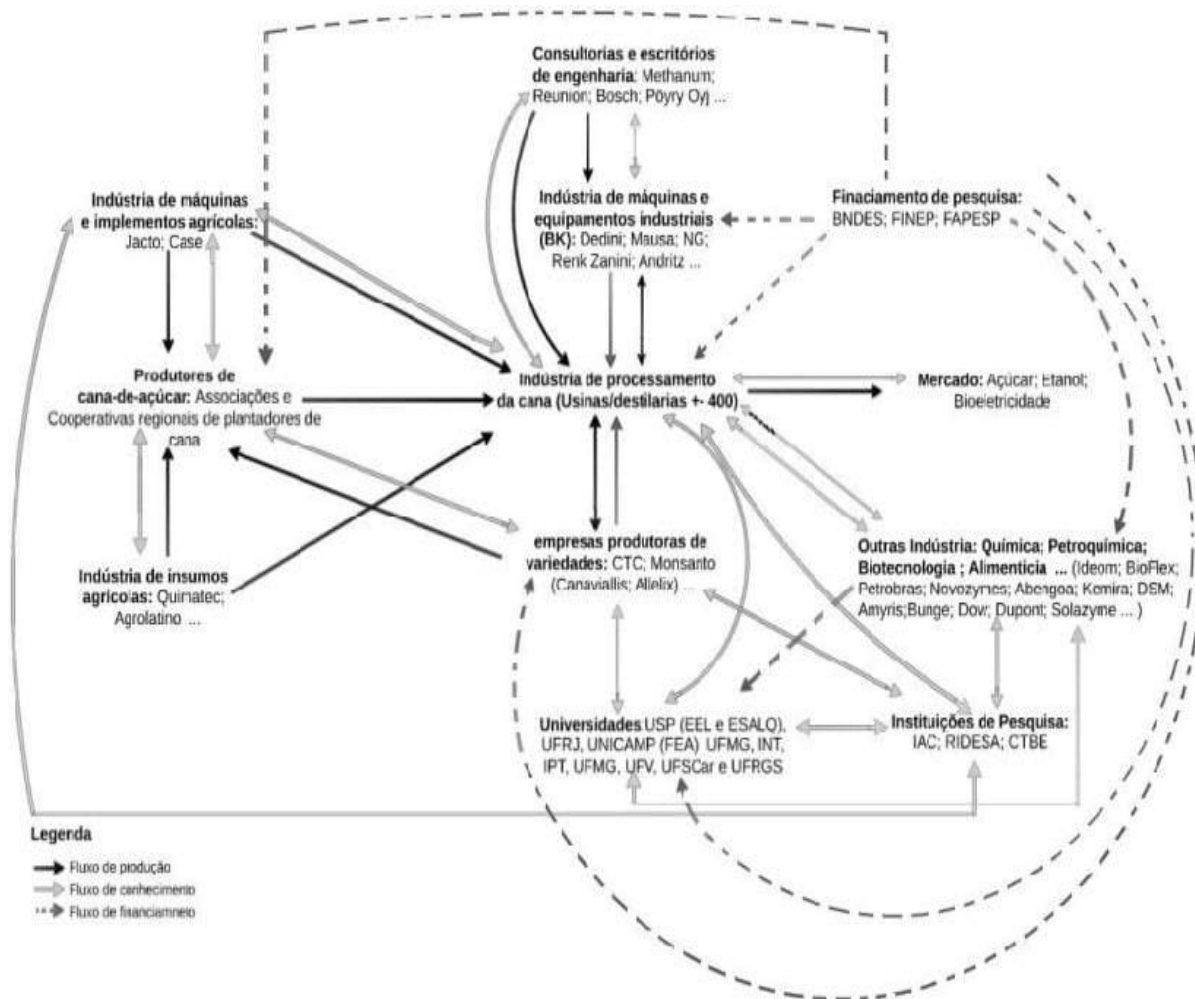
Segundo essa associação, 10 montadoras multinacionais produzem quase 100 modelos diferentes de carros *flex* em território nacional, transformando este país na maior frota de automóveis deste tipo no mundo. Dentre outros motivos, isto ocorre porque a excelência brasileira na produção de etanol fez com que grandes empresas se sentissem seguras para desenvolver tecnologias que utilizassem biocombustível. Em relação ao etanol produzido em outros países, a qualidade do combustível brasileiro é superior, pois aumenta a potência do veículo em mais de 10% e não representa risco algum ao motor.

A estimativa para a safra 2023/2024 é que 95% dos resíduos produzidos pelas usinas sejam reutilizados (BAGAÇO, 2024). No atual estágio, de acordo com informações do Ministério de Minas e Energia (MME), a biomassa dos canaviais é a quarta fonte mais relevante da matriz elétrica do país, com 8,55% (BIOMASSA, 2023). No quadro geral de “energia limpa” por biomassa, o setor canavieiro detém 72% de toda a produção de bioeletricidade brasileira, de acordo com a UNICA, e, segundo esta mesma fonte, o bagaço da cana – resíduo de moagem – tem o potencial de suprir, se plenamente aproveitado, até mais de 30% do consumo nacional de energia. (BAGAÇO, 2024)

A produção de cana e produtos derivados desta matéria-prima está atrelada a uma cadeia produtiva bastante complexa, chamada de Sistema Setorial de Inovação (SSI) da cana-de-açúcar. Entre os múltiplos atores que a compõem, numa teia colaborativa de disputas, as empresas e as instituições – centradas na metalurgia e na mecânica – perderam a centralidade na produção de conhecimento, sendo substituídas pela intensa atividade na área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) vinculada à ciência. (OLIVEIRA FILHO; CONSONI, 2015, p. 13)

Posto isso, é importante observar o esquema abaixo, que ilustra claramente a complexidade do SSI.

Figura 4 – Sistema Setorial de Inovação da cana-de-açúcar do Brasil



Fonte: Oliveira Filho e Consoni (2015, p. 5).

Destacam-se, dentro do processo de reestruturação do setor canavieiro, os estudos realizados no campo da bioquímica e da engenharia genética. Recentemente, segundo Pivetta (2025), pesquisadores do Laboratório Nacional de Biorrenováveis (LNBR), vinculado ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM)¹⁷, descobriram uma enzima produzida por uma bactéria que tem o potencial de acelerar a desconstrução da celulose, transformando-a em moléculas de glicose, matéria-prima para a produção de energia. Segundo estimativas deste Centro de Pesquisa, esta tecnologia tem o potencial de aumentar a produção de etanol no país em 16 bilhões de litros por ano. (PESQUISADORES, 2025)

¹⁷ O CNPEM está localizado no Polo Tecnológico de Campinas – SP. Ele é composto por quatro Laboratórios Nacionais: Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); Laboratório Nacional de Biociências (LNBio); Laboratório Nacional de Biorrenováveis (LNBR) e Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano), os quais atuam para cumprir metas firmadas em Contrato de Gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Na entrevista concedida ao Jornal Nacional (PESQUISADORES, 2025), Mário Murakami (diretor científico do LNBR) enfatizou a importância da referida descoberta:

A gente encontrou uma bactéria muito capaz de desconstruir o bagaço. A última grande revolução na área permitia um aumento de eficiência em torno de 10%. E essa descoberta da enzima da biodiversidade, ela permite o dobro do ganho incremental. Quer dizer que ao invés de 10%, 20% a mais de eficiência. Então, isso é realmente uma nova grande revolução. (PESQUISADORES, 2025)

Nesse cenário de reestruturação do setor sucroalcooleiro vige o esgotamento da capacidade da natureza em suportar o aquecimento global e formas diversas de degradação do meio ambiente. Nesta conjuntura, a Lei 11.241/02 foi apresentada para a sociedade como uma política estatal e empresarial legítima, a partir de uma concepção com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da sociedade mediante a exploração dos bens da natureza de forma comedida e racional.

Desse modo, sua importância enquanto prognóstico de um novo paradigma de ação técnica para o desenvolvimento do setor canavieiro ganha dimensões que extrapolam os interesses agroindustriais.

Para Scharf (2004), o objetivo do desenvolvimento sustentável seria a preservação da riqueza global que, no seu entendimento, refere-se aos ativos financeiros, recursos naturais e qualidade de vida da população. Na mesma perspectiva, “Aqueles que pensam ser a sustentabilidade somente uma questão de controle de poluição, não estão vendo o quadro completo.” (ELKINGTON, p. 74, 2001 apud ESTENDER; PITTA, p. 23, 2008)

A referida lógica sedimenta o dever que todos têm de assumir responsabilidades individuais e coletivas quanto ao uso consciente dos recursos naturais. Por isso, no art. 225 da última Carta Magna brasileira (BRASIL, 1988), o Estado demarca o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem comum de uso do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Assim, a definição de desenvolvimento sustentável harmoniza-se com o teor do artigo 225 do texto constitucional:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CAMARGO, 2003, p. 43 apud ESTENDER; PITTA, 2008, p. 22)

Desse modo, o conceito de desenvolvimento sustentável é muito mais amplo do que restringir-se aos cuidados com a exploração “sadia” dos recursos naturais por meio do desenvolvimento tecnológico em substituição às formas rudimentares anteriormente ou até então utilizadas. Neste sentido, Mosqueira (2012) chama a atenção para o fato de ele possuir quatro dimensões importantes e indissociáveis: ecológica, social, econômica e política.

Na dimensão ecológica o objetivo é preservar e potencializar a diversidade e a complexidade dos ecossistemas, sua produtividade, os ciclos naturais e a biodiversidade. A dimensão social diz respeito à participação equitativa dos bens ambientais, a fim de superar as desigualdades entre gêneros e culturas. Quanto à dimensão econômica, atenta à perspectiva de “utilizar e conservar”, existe a exigência da redefinição de atividade econômica, concebida como uma nova prática que supere a concepção predatória dos espaços ambientais. Nestes termos, considera-se a humanização do espaço físico mediante as formas culturais nele presentes e ao tipo de labor aí realizado. Já a dimensão política trata de participação coletiva e direta nas tomadas de decisões, ou seja, direito à gestão dos bens ambientais mediante mecanismos democráticos de governo.

É evidente que a forma de exploração dos recursos naturais é deletéria ao meio ambiente e que o futuro da humanidade depende dessa mudança de paradigma, pois a qualidade de vida das populações é sensivelmente abalada pelo modo vigente de exploração do homem e da natureza. Contudo faz-se necessário atentar para o fato de que “Desenvolvimento sustentável” também é um discurso elaborado e reelaborado dentro da lógica flexível do capitalismo.

Na verdade, esse discurso apresenta o modo de produção capitalista como estrutura de organização social e único modelo viável de produção, isto é, tudo o que for discutido e planejado para o mundo moderno, nessa perspectiva, deve ser analisado à luz do desenvolvimento industrial e das “únicas formas possíveis e eficazes de exploração dos recursos ambientais”. Deste modo, o discurso aparece como forma de legitimação de poder econômico e político, relegando as dimensões ecológica e social a objetos de lucubração retórica e de convencimento, via apelo à dimensão ética da questão.

Assim, entendemos que esse conceito não transpõe o plano teórico, pois “O Capitalismo sem produção material generalizada e crescente de mercadorias é impossível. Por isso, sob suas condições, não haverá a tão prometida ‘reconciliação entre economia e ecologia.’” (DIERKES, 1998, p. 7 apud ANDRIOLI, 2008, p. 18)

Ainda segundo Andrioli (2008), “Na economia de mercado capitalista, a interação entre ser humano e natureza tende a ser eliminada e reduzida à relação do dinheiro, isto é, à pressão do mercado por um constante aumento da produção de mercadorias, que domina a ordem social em prejuízo do ser humano e da natureza.” (ANDRIOLI, 2008 p. 17)

Ora, se o lucro é o fim em última instância, a harmonia desse arranjo discursivo não pode dar conta dos interesses contraditórios de uma sociedade dividida em classes.

Segundo Latour (2018), a partir de 1980, a questão ambiental assumiu um papel crucial na agenda política dos estados nacionais, pois, diante da crise ecológica e da impossibilidade de operar com a narrativa do desenvolvimento equitativo entre todos os países, os estados passaram a negar a existência da própria crise. Este ceticismo climático, ou discurso negacionista, objetiva, em teoria, a continuidade da globalização, na prática, equivale a “[...] Não compartilharemos mais nada, visto que não haverá planeta grande o bastante para todo mundo.” (LATOUR, 2018, p. 3)

Para Brandão e Vargas (2018), a teoria da crise do meio ambiente adequa-se às novas circunstâncias históricas dentro do sistema capitalista. Isto significa que o que está em jogo são os recursos naturais e humanos, o que implica em intercambiar discursos legitimadores de práticas exploratórias. Por isso, com outra roupagem, mas sem descontinuidade da colonialidade, a “pobreza é re-inventada” assim como o foi “Desde o cercamento dos campos, a partir do século XVII na própria Europa, até a delimitação das áreas verdes para além da Europa nos séculos seguintes [...]” (BRANDÃO; VARGAS, 2018, p. 8)

Para Milton Santos (2004), a violência simbólica e cultural, acometida aos diversos grupos sociais com o intuito de homogeneizar as diversas formas de sociabilidade ao molde das necessidades materiais, técnicas, econômicas e políticas, constitui uma maneira perversa de mercantilizar todas as coisas. Deste modo, o espaço transforma-se na “mercadoria universal por excelência”.

Assim, a individualidade dos grupos sociais é devassada e o individualismo se impõe como a maneira mais sóbria dos sujeitos viverem suas vidas. É evidente que o conteúdo desse discurso descarta a concepção de socialismo político e as práticas comunitárias visando o bem comum, tidas como algo ultrapassado.

Nesse sentido, as questões ambientais, presentes na agenda da “sustentabilidade mercado-natureza”, estão formatadas por interesses ideológicos que buscam mascarar os principais beneficiários deste arranjo burocrático-institucional, que são: as grandes indústrias e em larga escala, as potências mundiais.

Destarte, “a consciência crítica do capitalismo sustentável” transfere ao cidadão o dever de refletir e agir criticamente em relação ao seu entorno, tanto naquilo que ele pode produzir de modo reciclado, quanto no que tange ao conhecimento prévio das origens e de como determinadas mercadorias são produzidas. Somente a par destas informações é que, na perspectiva da sustentabilidade, os indivíduos deverão optar por produtos tidos como ecologicamente corretos para um consumo consciente. Contudo, as escolhas, que parecem livres e críticas, nascem e são executadas em decorrência de uma teia de sugestões sutis que favorecem às classes dominantes.

Lima (2003) chama a atenção para a complexidade do discurso da sustentabilidade, pois, para ele “[...] não é uma construção ingênua. Revela, ao contrário, uma hábil operação político-normativa e diplomática, empenhada em sanar um conjunto de contradições expostas e não respondidas pelos modelos anteriores de desenvolvimento.” (LIMA, 2003, p. 103)

Na seguinte citação o referido autor destaca que:

[...] o apelo da Modernização Ecológica, uma versão mais elaborada do discurso do desenvolvimento sustentável, [foi] formulado por um grupo de cientistas sociais de países ricos como a Suécia, a Holanda, a Alemanha, a Noruega e o Japão. A Modernização Ecológica se constitui hoje como o discurso de maior aceitação internacional entre os países e corporações de vanguarda do ecocapitalismo [...]. Resumidamente, pode ser entendida como uma proposta de reestruturação da economia política do capitalismo que se esforça em demonstrar a compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental, e a possibilidade de enfrentar a crise ambiental dentro dos marcos do capitalismo. (LIMA, 2003, p. 105)

Na perspectiva do discurso da sustentabilidade “[...] a economia de mercado é capaz de liderar o processo de transição para o desenvolvimento sustentável, através da introdução de ‘tecnologias limpas’, da contenção do crescimento populacional e do incentivo a processos de produção e consumo ecologicamente orientados.” (LIMA, 2003, p.108) Porém, conforme o pensamento deste autor, isto constitui um engodo, porquanto se privilegia o desenvolvimento técnico-científico em detrimento dos valores éticos, do engajamento político e da justiça social.

A ideologia do desenvolvimento sustentável teve início no período pós 2ª Guerra Mundial, sob o pretexto de que o consumo dos países pobres fosse padronizado ao dos países desenvolvidos. Todavia, com a derrocada do comunismo e a ascensão da ideologia neoliberal, o “Mercado” delegou esse papel à Organização das Nações Unidas (ONU) e ao Banco Mundial (BM). Nestes termos, fica evidente que essa ideologia serve aos interesses da economia global e que a agricultura canavieira está inserida dentro dessa conjuntura.

Leroy (2008), ao analisar o capítulo segundo do relatório da Agenda 21, exposto na conferência intitulada “Cooperação Internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento e políticas internas correlatas”, afirma que o termo “cooperação internacional” traduz-se por mercado global e “internas correlatas” por abertura econômica, com suposto intuito de proporcionar o crescimento dos países em desenvolvimento, como se a homogeneização das regras do jogo dotasse todos da condição de jogá-lo em “pé” de igualdade. (LEROY, 2008, p. 17)

Souza (2008) considera que

Essa rede complexa enseja o surgimento de um capital mundial extremamente volátil e leva muitos dos países do Terceiro Mundo a perder não só a parte de sua soberania, como sofrer espoliações dos seus recursos naturais e ficar mais sujeitos às instabilidades e mudanças de todo o processo produtivo, caso não ofereçam vantagens para a permanência do capital estrangeiro em seus territórios. Estas transições, aliadas aos problemas internos próprios desses países, tais como pobreza, miséria, falta de estruturas básicas de saúde, educação etc., produzem uma imensa transformação social, que conduz à perda paulatina de identidade cultural. (SOUZA, 2008, p. 327)

É nesse cenário que está inserido o setor sucroalcooleiro com todas as suas agruras e contradições. A medida adotada pelo referido setor, no intuito de “conciliar” as demandas do discurso do desenvolvimento sustentável à sua expansão produtiva, foi suprimir paulatinamente da colheita de cana-de-açúcar a prática de queimadas, substituindo-a pelas colheitadeiras, e propagar o etanol como biocombustível.

Para que a indústria da cana possa receber o título de sustentável terá que haver uma mudança de toda a lógica lucrativa em que ela está inserida. Isto significa que o cerne da questão não é legislativo, apesar da imprescindibilidade do poder regulador, já que antes seria preciso solucionar entraves mais profundos e complexos, como se pode depreender da citação abaixo:

A participação das organizações não-governamentais e outros atores sociais na questão canavieira tem sido imprescindível para demonstrar que embora a mecanização se apresente como alternativa limpa à produção sucroalcooleira, o setor se encontra bem aquém das condições necessárias para que se possa atribuir o pretexto sustentável. O alto nível de concentração fundiária, a presença do capital estrangeiro, a expansão sem limites avançando para áreas de preservação ambiental, o risco que se apresenta a agricultura familiar e por consequência a segurança alimentar, a manutenção do trabalho degradante com baixos salários, pagamento por produção, terceirização, e ainda, os efeitos ambientais causados pela própria máquina colhedeira e manutenção dos fertilizantes, são fatores que aproximam a atividade canavieira mais ao período colonial do que às novas políticas de sustentabilidade. (CPT & REDRIP, 2010 apud KOKOL; MISAILIDIS, 2011, p. 61)

Essa disputa, que implica uma série de interesses e perspectivas diferentes sobre a atuação do setor sucroalcooleiro, é protagonizada por ambientalistas, empresários, trabalhadores e o poder público. Os primeiros defendem a erradicação das queimadas; os segundos negam que a queima seja deletéria ao meio ambiente e à população, exigindo dos seus opositores comprovação científica, sobretudo no quesito saúde pública, e sempre aventam os benefícios à economia nacional; os terceiros temem ficar desempregados com a substituição do corte manual pelo mecânico; e o quarto atua como fiscalizador e mediador, implementando leis com a finalidade de regular a questão. Não obstante à concepção simplificada desse arranjo, estamos cientes de que existe a possibilidade de ocorrer negociações visando interesses particulares que desnorream a concepção ideal dos sujeitos dentro dos marcos de atuação de suas funções.

Desse modo, considera-se o fato de que as redes discursivas se harmonizam à estrutura social. Por isso, Foucault (2006) entende que “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 8-9)

Atualmente, sabe-se que o discurso ambientalista e a sua produção pretensamente comprometida com o que se diz constituem um excelente negócio. Mas, para isso, “[...] os discursos e as práticas precisam ser padronizados e homogeneizados para que seus semelhantes os reconheçam e os identifiquem como sinônimo de uma gestão ambiental e até de um suposto desenvolvimento sustentável.” (CARRIERI, 2003, p. 1223)

O sistema capitalista tem a capacidade de incorporar as demandas pontuais da história, sem deixar de acumular capital. Desse modo, paradoxalmente, a utilização de ferramentas modernas no processo de colheita – sem o uso do fogo – diminui a emissão de gás carbônico na atmosfera, contudo, o processo de preparo do solo com a utilização de fertilizantes é altamente poluente.

O vinhoto – resíduo resultante da destilação fracionada do caldo de cana-de-açúcar fermentado para a obtenção do etanol – é um excelente exemplo para ilustrar a contraditória preocupação empresarial com a questão ambiental. Até recentemente, as usinas paulistas o descartavam diretamente no leito dos rios, impactando a qualidade das suas águas e de sua biodiversidade. Atualmente, ele é utilizado na fertirrigação das lavouras, podendo causar salinização do solo e contaminação do lençol freático, e enormes prejuízos sociais e ambientais, pois a localização fisiográfica da região de Ribeirão Preto é sobre o Aquífero Guarani (vide o mapa a seguir).

Mapa 3 – Aquífero Guarani em SP

Fonte: Instituto de Pesquisas Tecnológicas/USP (AQUÍFERO, 2017)

Desse modo, depreende-se que a introdução de novas tecnologias no cultivo e colheita da cana-de-açúcar está dentro do processo de reprodução ampliada do capital, que, mediante as novas técnicas de plantio e devido às colheitadeiras modernas, consegue obter maior produtividade, com menor custo para as usinas, aumentando, assim, o volume de capital a ser reinvestido. Este processo resulta em precarização do trabalho, pois as usinas passam a exigir maior produção dos trabalhadores e pagam menor salário, o que aumenta o risco de acidentes nos canaviais, além da instabilidade decorrente do contrato temporário no contexto do fim do corte manual da cana.

A precarização do trabalho constitui-se como elemento estrutural do modo de produção capitalista, pois os elementos econômicos, sociais, políticos e jurídicos estão coadunados na efetivação da extração da mais-valia produzida pelo trabalhador. Deste modo, “Segundo sejam as condições da produção, assim serão também as condições da reprodução. Se a produção possui uma forma capitalista, também a reprodução terá a mesma forma.” (A PRODUÇÃO, 1961, p 1)

Dessa maneira é possível perceber que a Lei 11.241/02 e a ausência de políticas públicas eficazes, para realocar o contingente de trabalhadores que ficarão desempregados com o fim do corte manual, servem a interesses liberais e aos demais grupos em disputa, pois “Sob

pressões sociais as organizações têm tentado abarcar o discurso ambientalista, principalmente no que concerne à possibilidade de manter-se (*sic*) mercados e conquistar vantagens competitivas em relação às outras organizações.” (CARRIERI, 2003, p. 1210)

Após a consideração dos “ingredientes” que envolvem a questão do desenvolvimento sustentável e o setor sucroalcooleiro, pode-se concluir que a conciliação entre preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico da sociedade faz parte de um discurso que visa a aumentar as receitas do setor. Por isso, o problema da utilização das queimadas na colheita da cana e os problemas de saúde decorrentes desta atividade, atingindo tanto a população local como os trabalhadores envolvidos, exigem uma reflexão crítica sobre os verdadeiros interesses em jogo, bem como sobre as consequências sociais que uma tomada de decisão, como a prevista na Lei 11.241/02, podem acarretar.

4 UINEIROS E CORTADORES DE CANA: PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO, CONSUMO E DÉFICIT DE TRABALHO DECENTE NO SETOR SUCROALCOOLEIRO PAULISTA

No capítulo precedente, no âmbito da Lei 11.241/02, foram abordados os impactos da mecanização da indústria sucroalcooleira na vida dos migrantes cortadores de cana, provenientes de Coroa. Os elementos analisados constituem um amálgama – capital/mecanização/tecnologia/meio-ambiente que configuram a lógica atual de produção do setor. Já no presente capítulo, a atenção do pesquisador foca na dinâmica estrutural do setor e nas perspectivas contraditórias dos usineiros e cortadores de cana dentro das suas possibilidades estruturais de atuação.

A compreensão estrutural do desenvolvimento do setor sucroalcooleiro perpassa por uma análise das condições históricas do Brasil Colônia nos séculos XVI e XVII, pois o Ciclo da Cana-de-Açúcar foi de suma importância para a economia brasileira desta época. Contudo, apesar do referido legado, já abordado, ainda que rapidamente nos capítulos anteriores, neste capítulo atenta-se à perspectiva sociológica do papel social dos seguintes agentes: usineiros e cortadores de cana. Ou seja, foca-se nos processos de exploração, acúmulo de capital, expansão latifundiária, pauperização dos trabalhadores do campo e estratégias de sobrevivência, buscando não superestimar estas proposições em detrimento da liberdade desses sujeitos sócio-históricos, mas, igualmente idiossincráticos, que, individualmente, podem tomar decisões que estejam alhures de uma condição predefinida. Neste sentido, trabalhamos com a concepção teórica de sujeito social, “idêntico” aos seus pares, e com a concepção de sujeito, teoricamente, livre.

Para isso, procurou-se entender e realçar o fato de que a história é construída por intermédio da ação de homens, de grupos e interesses de classes sociais. Evidentemente que como pano de fundo consideram-se as condições objetivas da realidade social, pois o entrelaçamento entre objetividade e subjetividade constitui o rol de possibilidades das escolhas humanas. Porém, mesmo atentando-se para as motivações sociais e as ações decorrentes dos processos históricos, sabemos que existem limitações impostas socialmente. Limitações que dizem respeito, só para exemplificar, ao lugar que se ocupa dentro da estrutura social.

Esse modo de ver exclui a ideia de determinismo histórico-econômico, substituindo-a por determinação histórica, ou seja, apreciação de um conjunto de elementos coexistindo no mesmo contexto, que em seu conjunto sintetiza uma tendência para que as coisas aconteçam de uma maneira e não de outra. Assim, o atual contexto sucroalcooleiro com seu respectivo desenvolvimento tecnológico e papel preponderante na economia deste país, sua inserção na

lógica capitalista, seus atores sociais – usineiros e migrantes cortadores de cana – serão analisados via antagonismos de interesses econômicos e diferenciação socioidentitária.

Acredita-se que com esse método a relação dialética entre a ação social, antagonismos de classes, construção e reconstrução identitária venha se sobressair, pois, de outro modo, perde-se de vista elementos cruciais para o entendimento das perspectivas dos agentes sociais em questão. Também, essa opção teórico-metodológica abrange, agora, o mundo simbólico e as representações sociais dos dois segmentos.

A questão dos papéis sociais é de suma importância para a compreensão do deslocamento de milhares de trabalhadores rurais que se ausentam de suas localidades para labutarem cortando cana nos municípios do interior paulista. Tanto migrantes quanto usineiros são seduzidos por aquilo que o capital pode proporcionar, contudo existe uma diferença de grau entre o que almeja cada grupo. Enquanto os trabalhadores restringem seus desejos a pouco mais que a sobrevivência, usineiros atuam dentro da lógica mercadológica do aumento da produção, acúmulo de riqueza e poder.

As perspectivas conflitantes entre o segmento empresarial sucroalcooleiro e os migrantes cortadores de cana-de-açúcar estão assentadas, sobretudo, no significado mais abrangente do capitalismo monopolista. Isto é, em uma nova forma de imperialismo resultante de múltiplos fatores, além dos econômicos.

Assim, depreende-se que

[...] as mudanças da organização, das funções e do poder financeiro das empresas capitalistas foram produzidas por mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de administração, e pelos efeitos múltiplos e cumulativos da concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial. Esses são processos históricos, de natureza socioeconômica e sociocultural [...]. (FERNANDES, 1975, p. 20)

É nesse contexto em que a massa de migrantes deixa suas origens e vai atrás do sonho de uma vida digna, trabalho remunerado e manutenção da família nos campos de plantação e colheita da cana-de-açúcar. Os trabalhadores mais jovens, incitados pelo desejo de possuir dinheiro e bens de consumo – como motos, roupas e outros acessórios “de marca” –, encontram na posse e na ostentação destes símbolos de consumo uma forma de se encaixarem dentro de um tipo idealizado de representação social. Assim, “deixam-se” escravizar, como se pode constatar pela transcrição abaixo:

Representantes do Ministério do Trabalho, da Polícia Federal e sindicatos patronais e de trabalhadores se reuniram nesta sexta-feira, em Rio das Pedras (SP), região de Piracicaba, para discutirem alternativas para acabar com o trabalho escravo em usinas de cana-de-açúcar.

Entre os problemas mais comuns apontados na reunião estão o excesso de trabalho, com jornadas muito acima das 40 horas semanais; os descontos indevidos nos salários, como as faltas por motivos médicos, mesmo com apresentação de atestados, e as más condições dos alojamentos dos trabalhadores migrantes.

Para o subdelegado do Trabalho de Piracicaba, Gil Ricardi, apesar de os cortadores serem contratados por empreiteiros, usinas e fornecedores de cana são corresponsáveis pelas condições de trabalho deles. A maioria que atua na região de Piracicaba vem de outros Estados e do nordeste e norte de Minas Gerais. (RIBEIRO, 28/05/2004 apud SILVA, 2008c, p. 63-64)

Cabe dizer aqui que, no imaginário do cortador de cana, subjaz a expectativa do retorno para a sua terra natal. Chegar lá com dinheiro e/ou bens significa vitória sobre as condições adversas do “mundo distante” e, sobretudo, respeito conquistado. Assim, de acordo com Goffman (2003), pode-se afirmar que o trabalhador braçal – como qualquer indivíduo – desempenha um papel social e o modo como ele o representa tem a ver com a imagem que deseja construir de si mesmo e como pretende mantê-la.

Não obstante, faz-se necessário dizer que as representações sociais, típicas da sociedade da imagem e do consumo, subjetivamente avaliadas como positivas, são decorrentes de construções ideológicas e interesses econômicos. Dito de outro modo, a autoimagem que o sujeito constrói é fortemente influenciada pela concepção atual do que seria sucesso, prestígio e distinção social.

Esse tipo de apelo a uma condição socioeconômica reforça o conteúdo dos estigmas, dos preconceitos e das discriminações sociais, pois se há um protótipo socialmente aceito, seja físico, econômico ou geográfico, o seu resultado imediato para os que não se encaixam nesse modelo é a baixa autoestima como negação de si mesmo e da identidade social que o indivíduo se constitui.

Na sociedade moderna, “o lúdico do consumo tomou progressivamente o lugar do trágico da identidade. [...] [Portanto,] diz-me o que consumes e dir-te-ei quem és.” (BAUDRILLARD, 1981, p. 240) Destarte, o eixo gravitacional da identidade pautada nos valores tradicionais está cedendo lugar para relações sociais fugazes. Este autor escreve que “Por toda parte já vivemos numa ‘alucinação estética’ da realidade” (*Idem*, p. 240), fato que transmuta a questão da alienação do indivíduo explorado para a alienação do sujeito que deseja ter para ser (visto e reconhecido).

Para Silva (1999), os processos de exclusão e de desintegração cultural e social, produzidos na lógica do “latifúndio produtivo”, criam uma espécie de ojeriza à identificação coletiva de trabalhador(a) rural, porquanto a “História incorporada” por esse(a) migrante é carregada de violência simbólica, do não suprimento das necessidades básicas e pela vivência do desenraizamento. Consequentemente, o gênero feminino, por exemplo, vivendo a realidade de uma cidadania esgarçada, envergonha-se de “[...] suas vestes – na medida em que elas as definem como ‘boias-frias’ [...]” (SILVA, 1999, p. 160)

O corpo socialmente objetivado é um produto social que deve suas propriedades distintivas a suas condições sociais de produção, e o olhar social não é um simples poder universal e abstrato de objetivação, como o olhar sartriano, mas um poder social, que sempre deve uma parte de sua eficácia ao fato de que ele encontra, naquele ao qual se aplica, o reconhecimento das categorias de percepção e de apreciação que lhe são aplicadas. (BOURDIEU, 2014, p. 250)

Nesse ponto, está em jogo a crise identitária de ser camponesa e a identidade de gênero, porquanto é bastante comum entre as mulheres que trabalham em atividades agrárias o uso de saias sobre trajés pretensamente masculinos. Porém, o mais interessante é notar que por mais que exista uma mínima divisão de funções entre trabalho de homens e trabalho de mulheres, nas usinas, esta divisão ocorre com a finalidade de atingir os níveis de produção projetados pela empresa. No tocante a isto, pode-se dizer que há uma homogeneização das identidades, ou melhor, uma masculinização do trabalho, que, se não excluem as mulheres, tendem, por assim dizer, a anular sua condição feminina.

De modo geral, um aspecto elucidativo da perspectiva de produção e consumo dos usineiros em relação aos “boias-frias” está no transporte clandestino ou nas precárias condições mecânicas dos veículos utilizados para transportar os trabalhadores recrutados pelos “gatos”¹⁸, do Nordeste ao Sudeste do país, quanto para conduzi-los aos postos de trabalho nos canaviais.

Veja que,

Ao serem transportados em caminhões como coisas, eles são considerados, da forma mais pura, como capital circulante, ou seja, não só na contabilidade dos capitalistas eles são colocados na mesma rubrica dos custos de produção. Esta identificação como coisa atinge no caminhão o estado de despossessão, de marginalização, de coisificação levado aos seus mais longínquos extremos. (SILVA, 1999, p. 160)

¹⁸ Expressão utilizada para designar funcionários clandestinos contratados pelos usineiros, responsáveis por aliciar homens e mulheres, principalmente os mais jovens, para trabalharem na colheita da cana-de-açúcar. O termo metafórico é pejorativo, pois no falar do migrante cortador de cana, eles são chamados assim porque são manhosos e astutos como verdadeiros gatos, hábeis em disfarçar seus reais interesses, e sempre prontos para usarem suas “afiadas garras.”

Desse modo, os trabalhadores são vistos e tratados como ferramentas a serem consumidas. Ou seja, são utilizados como meios para atingir os fins projetados pelos empresários.

Diversos migrantes maranhenses se viram na condição de meios de produção obsoletos, já que o fim das queimadas e da colheita manual estava se aproximando, de acordo com a previsão da Lei 11.241/02, e também pressionados por um exército de reserva de cortadores de cana desempregados, os remanescentes no corte manual de cana eram obrigados, para se manterem empregados, a cortar, em média, 12 toneladas de cana diariamente, e por essa produção recebiam pagamento ínfimo, insuficiente para atender às necessidades básicas de uma família.

Segundo Alves (2008a), em 1980, a média de produção de um trabalhador era de seis toneladas de cana por dia, recebendo nunca menos que o piso salarial de dois salários mínimos e meio; valor conquistado após o ciclo de greves de 1984, iniciada em Guariba. No ano de 2007, o salário da categoria era duas vezes menor que os praticados na década de 80 do século passado. Esse processo de depreciação salarial e exigência do aumento da produtividade evidenciam a perspectiva lucrativa dos usineiros em detrimento das condições de vida dos seus empregados. Assim, é possível afirmar que o aumento da produtividade e a redução salarial, *de per si*, lançam uma luz sobre o conflito entre capital e trabalho.

No cenário atual, a cultura da cana se destaca como um dos principais setores da economia. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2022), o faturamento nacional do setor abarcou R\$ 95,9 bilhões de reais. De acordo com dados divulgados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA, 2024) do estado de São Paulo, atingiu a cifra de 9,15 bilhões de reais em exportações. Só para ilustrar sua relevância, naquele mesmo período, o segundo produto em escala de produtividade do Estado, a carne bovina, gerou cerca de 2, 49 bilhões de reais. Outro dado importante que o IEA fornece diz respeito ao biocombustível, que aparece no cenário internacional como fonte de uma matriz energética alternativa, responsável por 7% desse montante.

Os dados expostos acima evidenciam a estreita relação entre economia e política. A força do *agribusiness* canavieiro, aponta para a existência de acordos entre o Estado e o setor sucroalcooleiro, a qual pode ser observada nos números da tabela abaixo.

Tabela 2 – Exportações do agronegócio por grupo de produtos, estado de São Paulo, janeiro a setembro de 2023 e 2024¹⁹

Grupo	Janeiro a setembro de 2023		Janeiro a setembro de 2024		Var. %
	US\$ milhão	Part. %	US\$ milhão	Part. %	
Complexo sucroalcooleiro	7.437,40	35,8	9.150,16	40,3	23,0
Carnes	2.281,90	11,0	2.490,36	11,0	9,1
Produtos florestais	2.031,69	9,8	2.346,66	10,3	15,5
Complexo soja	3.232,07	15,6	2.104,43	9,3	-34,9
Sucos	1.537,54	7,4	2.002,06	8,8	30,2
Café	682,50	3,3	944,21	4,2	38,3
Demais produtos de origem vegetal	692,85	3,3	703,71	3,1	1,6
Produtos alimentícios diversos	678,15	3,3	661,39	2,9	-2,5
Demais produtos de origem animal	503,56	2,4	467,06	2,1	-7,2
Fibras e produtos têxteis	102,07	0,5	444,48	2,0	335,5
Cereais, farinhas e preparações	406,35	2,0	233,09	1,0	-42,6
Frutas (inclui nozes e castanhas)	173,23	0,8	196,52	0,9	13,4
Couros, produtos de couro e peleteria	183,88	0,9	186,51	0,8	1,4
Produtos oleaginosos (exclui soja)	233,46	1,1	168,70	0,7	-27,7
Bebidas	132,94	0,6	167,45	0,7	26,0
Rações para animais	138,17	0,7	158,46	0,7	14,7
Cacau e seus produtos	67,37	0,3	80,17	0,4	19,0
Animais vivos (exceto pescados)	172,65	0,8	74,90	0,3	-56,6
Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	26,52	0,1	34,60	0,2	30,4
Pescados	11,47	0,1	24,89	0,1	116,9
Lácteos	25,77	0,1	22,25	0,1	-13,7
Chá, mate e especiarias	15,53	0,1	15,31	0,1	-1,4
Produtos apícolas	6,66	0,0	9,58	0,0	43,7
Plantas vivas e produtos de floricultura	8,27	0,0	7,07	0,0	-14,5
Fumo e seus produtos	0,59	0,0	0,55	0,0	-6,7
Total do agronegócio de São Paulo	20.782,61	100	22.694,55	100	9,2

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. Sistema ComexStat. Brasília: MDIC, 2024. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: out. 2024; organizado conforme a classificação dos grupos de produtos dos agronegócios do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Agrostat. Brasília: MAPA, 2024. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>. Acesso em: out. 2024.

Historicamente, o referido setor ocupa posição de destaque na economia brasileira, principalmente no estado de São Paulo, dado a sua abrangência nacional e internacional. Nesse sentido, cabe destacar que

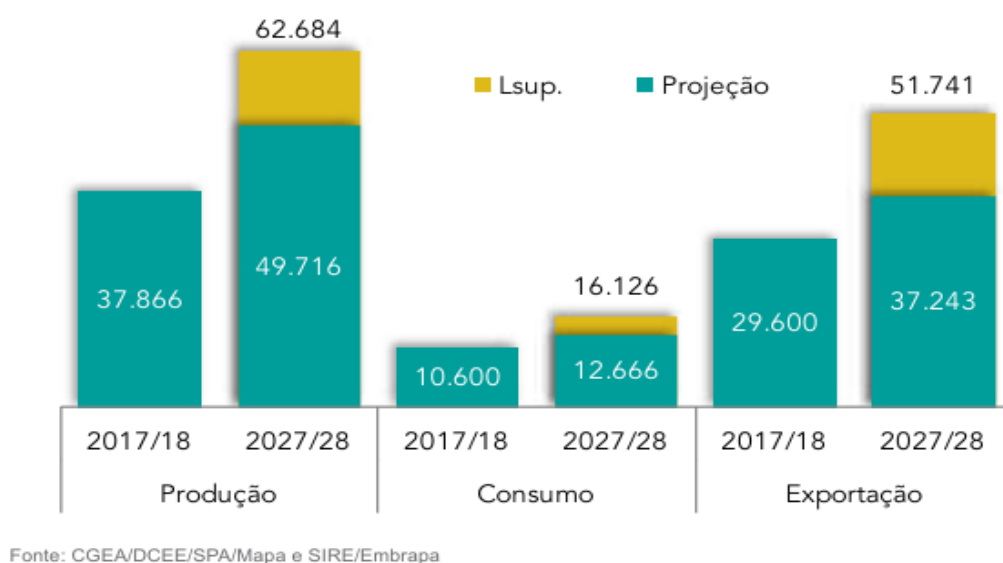
[...] No dia 12 de setembro de 2004, o primeiro ministro japonês, Junichiro Koizumi, sobrevoou os canaviais da região de Ribeirão Preto, SP, acompanhado pelo governador do Estado, Geraldo Alckimin e pelo ministro da agricultura Roberto Rodrigues. Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, o ministro afirmou que a intenção de levar o primeiro-ministro japonês a essa região era para que visse ‘um mar de cana’ existindo no local, produzindo um ‘rio de álcool’ todos os dias. Após visitar a usina São Martinho, que produz dois milhões de litros de álcool diários, as autoridades brasileiras, bem como os usineiros, sentiram-se satisfeitos com as possibilidades de venda do produto ao Japão [...]. (SILVA, 2008b, p. 55)

¹⁹ Esta tabela, originalmente, figura com o número 1, mas, por motivo de ordem sequencial da presente dissertação, foi adaptada e passou a figurar com o número 2.

A força econômica (e política) do setor sucroalcooleiro torna-se mais evidente com a divulgação do documento “Projeções do Agronegócio: 2017/18 a 2027/28 – Projeções de Longo Prazo”, divulgado pelo MAPA (BRASIL, 2018). Neste texto constam as previsões para os principais produtos agropecuários: soja, cana-de-açúcar, milho, carne bovina, arroz, trigo e leite.

Conforme o gráfico abaixo, as previsões são otimistas para o respectivo período:

Gráfico 1 – Produção, Consumo e Exportação de Açúcar (mil toneladas)



As estimativas apontam para um aumento da produção de 37.866 milhões de toneladas produzidas para 49,7 milhões, o que equivale a um ganho de 31,3%. Este número corresponde a uma taxa média anual de crescimento de 3,3%. Quanto ao consumo de açúcar, a expectativa é que na próxima década a taxa anual de consumo aumente 1,8%. No que diz respeito ao volume de exportação, estima-se um aumento de 25,8%, a um crescimento médio anual de 2,8%.

A produção global de açúcar atingiu a cifra de 180,3 milhões de toneladas em 2023/24. O Brasil, atualmente, destaca-se como o maior produtor de açúcar do mundo, seguido da Índia, com produção de 42,42 milhões de toneladas, o que representa 25% deste montante. Entre o mês de abril de 2023 e março de 2024, o Brasil exportou 35,2 milhões de toneladas, 26,8% a mais que a safra anterior. Quanto ao etanol, produzido à base do milho e da cana-de-açúcar, sua produção correspondeu a 29,7 bilhões de litros, sendo 13,10 bilhões de etanol anidro e 20,49 bilhões de etanol hidratado, os quais aumentaram, respectivamente, 6,61% e 23,23% em relação

ao período anterior, como destacam Watak (2024), EQUIPE AEB (2024), O GLOBO (2024) e UNICA (2024).

Não obstante cabe salientar que a produção do setor sucroalcooleiro é distribuída desproporcionalmente nos estados brasileiros, como pode ser observada no mapa a seguir.

Mapa 4 – Percentual de área total de cana-de-açúcar por unidade da federação



Fonte: Conab (com adaptações do MAPA, BRASIL, 2018)

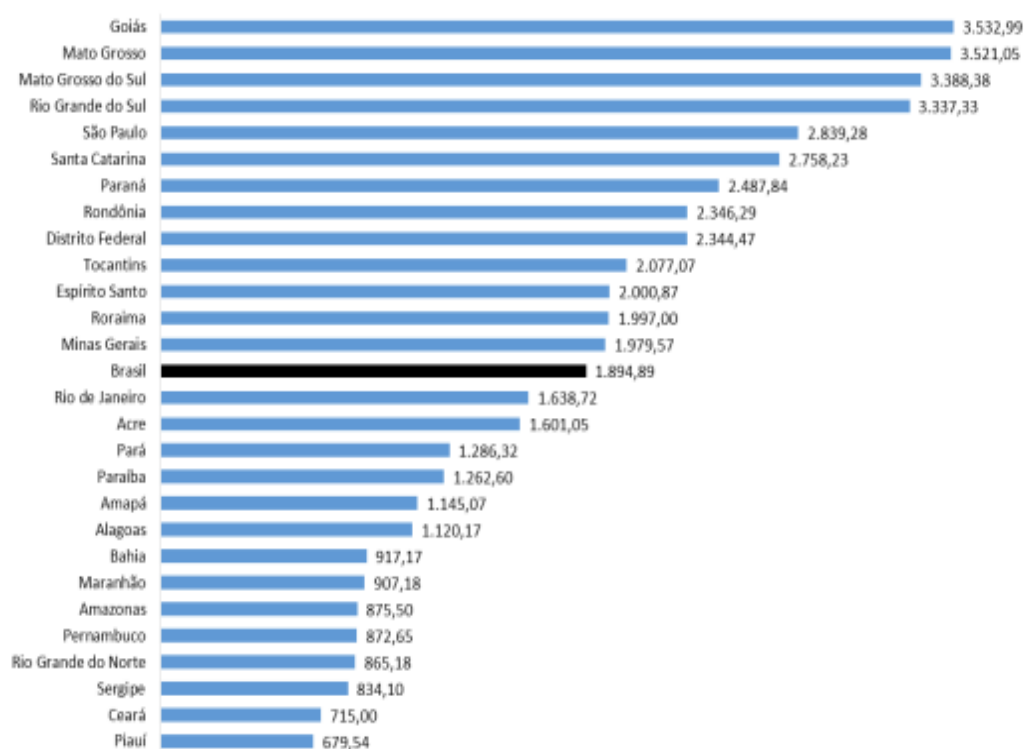
Essa tendência ao crescimento da produção e do montante de capital no setor canavieiro foi destaque em artigo publicado pela renomada revista *Exame*, edição 845, no dia 16 de junho de 2005. Publicado com o título, *O novo ciclo da cana-de-açúcar: Nem senhor-de-engenho, nem coronel. O mercado de açúcar e álcool é hoje um negócio só para grandes empresas*. Este artigo teve o mérito de expor o grau de complexidade e profissionalismo dos empreendedores dessa atividade, além de expor um quadro extremamente favorável para o setor, que tem se confirmado na atualidade.

De 2000 para cá, as exportações brasileiras cresceram de 258 milhões de litros de álcool para 2,4 bilhões, e as receitas, de 33 milhões de dólares para quase meio bilhão por ano. O açúcar brasileiro já movimenta 70% dos contratos na

bolsa de mercadorias de Nova York. E esses números ainda devem crescer. Um levantamento da consultoria MB Associados mostra que, nos próximos dez anos, as exportações de álcool podem alcançar 6,9 bilhões de litros – quase o triplo do total embarcado no ano passado. As de açúcar têm potencial para atingir 20,5 milhões de toneladas, um crescimento de 30%. Para atender à crescente demanda externa, os canaviais começam a avançar sobre outras culturas. A previsão é que a área de cana plantada aumente 50% até 2015. O impacto na cadeia de produção – da compra de máquinas, passando pela colheita, aos embarques no porto – será enorme. Pelas estimativas da Unica, entidade que reúne produtores paulistas, o faturamento do setor pode dobrar até o final da década, atingindo 25 bilhões de dólares anuais. Hoje, a única atividade rural com cifras tão graúdas é a agroindústria da soja, que movimenta 30 bilhões de dólares por ano. (SALOMÃO, 2005, p. 45)

Esse cenário detalhado da expansão da produção e do aumento do volume de capital que o setor sucroalcooleiro movimentava mais do que se confirmou. Na verdade, esse desenvolvimento técnico e econômico constitui uma realidade comum à totalidade do agronegócio brasileiro. Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2009), o agronegócio movimentou uma cifra de R\$ 942 bilhões, aproximadamente 23% do PIB do país. Já a realidade salarial daqueles que laboram em qualquer dos ramos do agronegócio, de acordo com o gráfico a seguir, do IBGE e REMUNERAÇÃO (2023), está longe de alcançar tal êxito.

Gráfico 2 – Remuneração média real mensal das atividades agropecuárias, por Unidade da Federação, em 2023 (R\$)



Fonte: Adaptado – IBGE. Elaboração FGV: Agro (REMUNERAÇÃO, 2023)

A desproporção entre as receitas do agronegócio, como um todo, e do setor sucroalcooleiro, em particular, além das precárias condições em que o corte da cana é realizado, evidenciam o abismo existente entre o conceito de trabalho decente, formulado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1999, e a atual realidade do trabalho nos eitos dos canaviais. “O Trabalho decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho [...]” (OIT BRASIL, 2006, p. 5)

A postura do Estado, diante das questões agrárias no Brasil, é atrelada à política econômica neoliberal. Nesse sentido, entende-se a diferença absurda dos valores de financiamento do Plano Safra 2012/2013. Enquanto a agricultura familiar recebeu 22,3 bilhões, o agronegócio abocanhrou 115,5 bilhões. Já em 2011, dos 90 bilhões de dívidas rurais com a União, cerca de 80% pertenciam a grandes produtores.

A correspondência entre a ação do Estado e os interesses privados pode ser ilustrada com o projeto de Lei nº 234-B, de 2007 (BRASIL, 2007), de autoria do Deputado Federal João Dado (Democrático Democrático Trabalhista – PDT/SP). Este projeto consiste no acréscimo do artigo 13-A na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a atividade dos trabalhadores no corte de cana.

Mas o citado projeto só foi apreciado e aprovado pela Câmara dos Deputados em 09 de abril de 2013, pois seu teor contrariava os interesses da bancada ruralista e da agroindústria canavieira, já que os direitos ali dispostos, como a previsão de adicional de insalubridade em grau máximo, adicional de penosidade e regime especial de jornada, diminuição da carga horária diária de trabalho de 8 horas para 6 horas, acarretariam o aumento dos gastos com a mão de obra e a diminuição da produção. Neste diapasão, o sistema político brasileiro aprofunda as desigualdades sociais no campo.

As transformações institucionais e sociais sofridas pela sociedade brasileira, a partir de 1930, em que os intelectuais discutiam um projeto de nação, o lugar de destaque da questão do desenvolvimento industrial – com mudanças efetuadas, posteriormente, no governo de Juscelino Kubitschek –, suplantaram as velhas relações oligárquicas, fundadas na linhagem patriarcal, com vínculos e relações de subserviência pessoais, dando lugar a vínculos impessoais, amoldados na lógica legalista do contrato despersonalizado.

É dessa ruptura que surge a figura do usineiro, empresário atento às demandas e oscilações do mercado mundial. Relações estreitas entre patrão e empregado não existem nesse contexto de despersonalização, dificultando a identificação das formas de apropriação do trabalho. E, por conseguinte, o trabalhador passa a ser percebido somente como integrante de um grupo com o mesmo destino social. Assim, está fadado ao anonimato da abstração numérica.

Não obstante, alguns dos velhos métodos persistem, como, por exemplo, a substituição do feitor, homem incumbido de perseguir e castigar os escravos “indolentes” nos seus afazeres, pelo “fiscal de turma”. Trata-se de um indivíduo responsável por distribuir as tarefas e a parte que cabe a cada trabalhador no eito, de acordo com o seu potencial produtivo, por anotar o desempenho do dia, as faltas acumuladas, identificar os que reclamam e elaborar uma “lista negra” temida pelos trabalhadores.

Essa lista funciona como uma espécie de opressão psicológica, porquanto os trabalhadores temem que seus nomes sejam anotados nela, e isto, geralmente, significa não ser contratado para a safra seguinte. O controle por esse método tem como finalidade infundir o medo e reprimir o comportamento indisciplinado, e também punir severamente aqueles que não seguem as regras definidas pela usina, desse modo, a não renovação contratual do infrator serve de exemplo aos que ficam.

A utilização dos mesmos instrumentos de controle social – como a “lista negra”, tão comum nas usinas paulistas – é prova de que existe um comportamento corporativista entre os usineiros. A normatização de condutas, nesse caso, implica uma violência moral e negação da faculdade racional do ser humano. Logo, o trabalhador de eito vive aí uma dupla exclusão: a das condições materiais de existência, e a do direito constitucional da livre expressão.

Chama a atenção o seguinte caráter dialético da relação entre as categorias usineiro e “boia-fria”: os donos dos meios de produção, vivendo o crescimento do seu respectivo ramo de atividade, e o segundo, espacialmente e culturalmente “desterritorializado”, subsistindo de proventos cada vez mais baixos. No entanto este amálgama constitui o conflito entre capital e trabalho como unidade dos contrários. Ou seja, as classes são historicamente movidas por interesses e por perspectivas opostas, e é essa contradição que mantém as condições de reprodução do capital, pois, assim como não existe salário sem trabalho, também não existe capital sem trabalhador. (MARX, 2010)

Um processo histórico esclarecedor para os propósitos deste capítulo é a tese de Polanyi (2000) a respeito do surgimento de um mercado autorregulável na Europa. É evidente que a despeito das particularidades históricas de todos os países, de estados no mesmo país, com seus elementos conjunturais diferentes, as mudanças socioeconômicas do século XVIII

tiveram proporções globais, modificando a forma de produzir, consumir, pensar e viver, enfim, a cultura da maior parte das civilizações.

Apesar da distância existente entre a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra do século XVIII, e a transformação do setor sucroalcooleiro no Brasil nos dias atuais, o aspecto que se destaca destas duas realidades é a ideia de autonomização da economia subordinando o ser humano às leis do mercado produtor de mercadorias. Deste modo, nas palavras de Polanyi (2000), “[...] Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico.” (POLANYI, 2000, p. 77)

A Grande Transformação operada na sociedade inglesa, para esse autor, foi a atomização das esferas do político, do econômico e do jurídico. Ou seja, a sociedade (o homem) se atomiza, numa mudança de percepção coletiva e da tradição social para uma percepção individualista do sujeito. Assim, a apreciação moral das questões subordina-se à apreciação amoral do econômico.

Por exemplo:

Os cercamentos foram chamados, de forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por forças de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões [...]. (POLANYI, 2000, p. 52)

O esfacelamento da pequena propriedade faz parte de um processo de desintegração social mais amplo, que subordina as relações e os valores sociais ao capital. Porém, os camponeses criam estratégias de sobrevivência que ajudam a manter seu *modus vivendi*, resistindo ao estabelecimento violento da monocultura. A forma de resistência mais comum entre os nordestinos tem sido a migração para outras regiões do país.

Consoante Cardel (1996), a migração é uma estratégia do camponês para fugir das parcas condições de existência material no campo. No texto, *A concepção do trabalho no universo camponês: um processo ético de socialização*, a autora expõe a categoria trabalho como o elemento central da sociabilidade e da manutenção da moralidade camponesa, por isso, o envolvimento com a atividade realizada na roça e a saída de alguns membros do grupo, que migram para trabalhar nas zonas urbanas, constituem formas viáveis encontradas para manter

seu patrimônio material e simbólico, já que aqueles que migram enviam recursos para suprir as necessidades da família.

Da mesma forma que os campos ingleses foram cercados no século XVIII para atender ao desenvolvimento industrial, ou seja, ao curso do desenvolvimento da economia de mercado, no Brasil, também, tem prevalecido a mesma lógica concentradora de terras e dinheiro nas mãos de poucos em detrimento da manutenção da identidade comunitária do povo mais carente de recursos financeiros. Neste sentido, é possível explicar o que vem ocorrendo com os camponeses maranhenses:

[...] No Maranhão, houve a conversão da agricultura de alimentos para a produção de soja e pecuária, destinadas à exportação. Com isso, as terras começaram a ser cercadas pelas propriedades privadas e as florestas de babaçu destruídas. Data desse período o início do processo de expropriação dos camponeses, cujo destino passou a ser a migração para regiões de garimpo e desflorestamento da Amazônia, muitos dos quais foram e são ainda escravizados. (SILVA, 2008b, p. 168)

A monocultura e a mobilidade referidas nesse processo são fundamentais para que o trabalhador do campo vire operário. Mas, a análise dessas duas categoriais, que juntas deslocam a identidade do trabalhador do campo para a noção de classe social, constitui tema para outro estudo. Este cuidado será tomado, a fim de que haja maior aprofundamento das questões e para que os conceitos de classe social e de identidade social, que são escorregadios, sejam percebidos interseccionados dentro das demandas conflitantes do mundo capitalista.

As mudanças no campo introduziram o dinheiro como o meio de solucionar a necessidade de um objeto e o usufruto desse objeto. Deste modo, Kautsky (1980) salienta que o saber-fazer vai se perdendo e o homem e a mulher camponesa ficam reféns do mercado. Não obstante, nestas circunstâncias, a indústria doméstica, a que se dedicava originalmente o camponês, se desagregou, já que o dinheiro passou a ser utilizado para a aquisição de coisas supérfluas, mas também para adquirir as coisas necessárias.

[...] O proprietário dos meios de produção e o trabalhador se tornaram duas pessoas distintas... Sem dúvida, para o capitalista, todos os elementos da produção se reduzem a gastos de dinheiro, a despesas. Mas isto acontece apenas com ele. A produção de mercadorias não lhe custa trabalho, mas dinheiro. Para ele, são as despesas de produção, o dinheiro gasto, que determinam o preço, não o trabalho fornecido [...]. (KAUTSKY, 1980, p 81)

A mais-valia, decorrente da forma de produção capitalista, fica mascarada como investimento de capital, obscurecendo a relação assimétrica entre o trabalhador e os donos dos meios de produção. O primeiro, ao vender sua força de trabalho, também está vendendo o tempo

socialmente necessário para a produção das mercadorias. O segundo se apropria do excedente deste tempo socialmente necessário para a produção, pois, esse tempo excedente não é pago pelo capitalista. Este paga o equivalente a um mínimo vital²⁰ para que o trabalhador se recomponha fisicamente, a fim de que dê sequência ao ciclo produtivo. (MARX, 2010)

A perspectiva do patrão, concernente à produção na terra, difere da perspectiva do migrante, quando trabalha em seu solo, pois a relação do empregador com ela, com os meios de produção, e com a mão de obra que trabalha nela visa a maximizar seus lucros. A terra, para ele, é simplesmente uma mercadoria a ser explorada, enquanto no imaginário da maior parte dos camponeses, ela está integrada a uma existência “[...] mística toda especial, onde Deus, a terra, a água e a falta dela, a lua, a noite, o tempo, as tormentas, o sol, o vento, a vida animal, a vida humana e a morte, os ciclos vitais são presenças permanentes [...]” (GÖRGEN, 2004, p. 12)

Pode-se concluir da afirmação desse autor que o distanciamento físico do migrante de sua terra natal, na qual trabalhou desde criança, o desenraíza, no sentido de viver uma tensão com essa mística que o constitui. Paralelo a isto, é possível afirmar, a partir das ponderações de Woortmann (1990), que a terra é considerada pelo camponês não como um objeto de trabalho, mas sim como expressão de uma moralidade. Deste modo, terra, trabalho e família são valores éticos constitutivos de um *ethos* camponês.

O conceito de propriedade, no capitalismo, constitui um conceito-chave para se compreender as violências material, física e simbólica impostas ao mundo rural. O camponês ribeirinho, por exemplo, não é proprietário do peixe, antes o considera como um bem comum, enquanto o burguês só o vê como produto de comercialização. Esta é a mesma situação do coco babaçu no Maranhão, que sempre foi considerado como um bem natural a que todos têm direito. Hoje, essas terras devolutas foram incorporadas às propriedades privadas e o coco transformado em mercadoria. (SILVA, 2008b, p. 168)

A diferença entre usineiros e cortadores de cana torna-se gritante quando se considera a intensificação do desenvolvimento técnico da agricultura paulista por meio do aperfeiçoamento do processo produtivo na década de 1960. A relação empresarial com as máquinas visa ao aumento da produção, à redução dos custos de produção e menor perda possível de sacarose. Já para os trabalhadores, a modernização do campo significa aumento do

²⁰ Conceito marxiano que significa o mínimo necessário para o restabelecimento físico do trabalhador. No texto, “*A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba – 1892*”, Weber (1981) desenvolve esse conceito de Marx, trazendo os elementos culturais. Para este autor, o mínimo vital de um povo, de uma cultura varia bastante. Na Polônia, por exemplo, o mínimo vital dos camponeses poloneses é menor que o mínimo vital dos camponeses alemães.

desemprego, diminuição do salário, pois, comprimidos por um exército de reserva, que cresce cada vez mais, principalmente devido à atuação do poder público para que se cumpram as “leis ecológicas” para o desenvolvimento autossustentável, esses trabalhadores foram e são submetidos a um novo padrão de produtividade.

Essa postura é prática comum entre os capitalistas nos diversos ramos de negócio. Porém, a forma de produzir e comercializar sofre alterações, sofisticando a forma de acúmulo do capital.

Nas últimas décadas, tem-se configurado na agricultura de vários países uma nova maneira de produzir, de comercializar e de organizar a produção, chamada de agronegócio, expressão traduzida do inglês *agribusiness*. Um dos resultados dessa nova maneira de produzir é a constituição das *commodities*, nova versão das matérias-primas advindas principalmente dos países pobres e cujos preços são controlados pelos detentores do mercado financeiro mundial. (SILVA, 2008a, p. 1, grifos da autora)

Na atual conjuntura, os gêneros alimentícios são produzidos como *commodities*, ou seja, são pensados como produtos para o mercado e não como produção de alimentos para a população. Então, atualmente, o investimento na produção de determinado produto agrícola depende do papel privilegiado de suas *commodities* no agronegócio mundial e brasileiro. Este tipo de tratamento condiz com a chamada “fronteira móvel do capital” que retrai ou amplia seus investimentos a depender da situação das *commodities*. (ALVES, 2008b, p. 24)

Assim, pode-se afirmar que o agronegócio planta *commodities*, enquanto no modo de produção doméstico seus sujeitos plantam alimentos. Pois, neste tipo de organização socioeconômica – em que o campesinato brasileiro vive da renda de produtos, do dinheiro das aposentadorias de idosos e do Programa Bolsa Família (PBF)²¹, não é raro encontrar estas três fontes de receitas no mesmo núcleo familiar – o que é produzido destina-se ao consumo interno da casa e à venda, quando há excedente. Esta circunstância vincula a produção camponesa ao capital, pois os preços dos seus produtos são regulados pelas “leis” de mercado.

A fronteira agrícola – realidade estritamente ligada aos países que foram colônias – é a transformação de terras livres em terras exploradas pela fronteira do capital. Sua expansão avassaladora ocorre em busca de mais lucro e de terras agricultáveis ainda não exploradas.

²¹ O PBF é um programa federal de assistência social, instituído na primeira gestão do Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva. À época, o repasse de verbas destinava-se a 13 milhões de brasileiros, com renda familiar *per capita* inferior a R\$70,00 (setenta reais) mensais. Atualmente estão cadastrados no programa 20,77 milhões de famílias. O valor médio do repasse é de 681,82 (seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos). Mais informações sobre este programa estão disponíveis no [link](#) da referência Bolsa Família. (2024)

No decorrer do século XX, Getúlio Vargas implementou a Marcha para o Oeste e Juscelino Kubitschek a política de substituição de importações. Estes projetos estatais, expandiram e intensificaram práticas agrícolas no interior do território nacional. Foi nesse contexto que frentes migratórias de produtores advindos do Sul e do Sudeste do país migraram para o Centro-Oeste, transformando os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em verdadeiros celeiros de grãos, com destaque para a soja, líder de exportação da economia nacional.

A fronteira agrícola configura-se por duas frentes: a frente de expansão – caracterizada pelo cultivo das terras devolutas por posseiros, envolvendo agricultura familiar e de subsistência – e a frente pioneira, que, rapidamente, a substitui, representada por grandes fazendeiros, os quais, mediante grilagem e violência física, usurparam e usurpam terras de índios e posseiros. Contudo neste arranjo coadunam os interesses do Estado e dos grandes capitalistas nas esferas nacional e internacional. Nas palavras de Monteiro (2017, p.117), a expansão da fronteira agrícola ocorre mediante a instrumentalização de um discurso “desenvolvimentista e produtivista.”

Após a usurpação das terras, os grandes latifundiários implantam a pecuária para preparar o solo e viabilizar os investimentos públicos para a logística de produção e escoamento dos produtos. Nesse ínterim, a prática da antecipação espacial visa, nas palavras de Correa (1995, p.39), “garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições da produção.” Para, logo em seguida, a pecuária ser substituída pela soja.

No atual cenário tem-se destacado a fronteira agrícola da região da Matopiba (acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), produtora de soja, milho, algodão, arroz e milho. No Norte do país, em 2021, o agronegócio, sob a guarda do governo de Jair Bolsonaro do Partido Liberal (PL), avançou na Amazônia com a criação da Amacro, (acrônimo de Amazonas, Acre e Rondônia). Nesta nova “velha” fronteira, conhecida como “fronteira do desmatamento”, foram desmatados mais de 3.500 hectares em planos de manejo, dois terços destes ocorreram em terras públicas. Foi 1,7 milhão de árvores derrubadas e estima-se que morreram 130 milhões de insetos. (FANTÁSTICO, 2023; GLOBOPLAY, 2024)

A expansão das fronteiras agrícolas, mediante práticas de apropriação destrutiva dos biomas, impacta negativamente os ecossistemas e a vida das comunidades originárias desses

lugares. No ritmo em que ocorre a utilização dos bens da natureza, a *auri sacra fames*²² exigirá novas frentes de ocupação em terras agricultáveis cada vez mais escassas:

[...] Em 1998, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 97% das terras agricultáveis exploráveis da região Sudeste já estavam exploradas. Na região Sul a porcentagem era de 96,3%, na região Nordeste era de 74% e na região Norte as áreas exploradas compreendiam 49% do total.

Por esses dados, compreende-se melhor porque as lavouras de soja e cana avançam sobre a região amazônica. Elas já ocuparam quase tudo que podiam nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, não deixando escapar nem assentamentos de reforma agrária. Mais do que nunca, os empresários e fazendeiros do agronegócio vislumbram a região como a sua mais atraente fronteira agrícola. (PEREIRA, 2008, p. 63)

Para o agronegócio, a terra é o capital fixo menor. Porém a escassez de terras livres dificulta a geração de riquezas por meio dos pacotes tecnológicos, porquanto encarecem ainda mais os gastos com tecnologia. Este fato se deve à necessidade de expansão do capital diante das *commodities* em alta e à limitação imposta pela escassez territorial.

Essa dificuldade que o agronegócio enfrenta é diretamente proporcional aos baixos salários que os cortadores de cana recebem. Dito de outro modo, qualquer obstáculo que afete a renda fundiária dos usineiros, o prejuízo será transferido para os seus trabalhadores. E, mesmo em circunstâncias favoráveis, o setor sucroalcooleiro utiliza-se do expediente do aumento real da jornada de trabalho, a fim obter maiores lucros e, conseqüentemente, diminuir os gastos com os trabalhadores.

Os jornaleiros agrícolas começaram a emigrar, e os arrendatários a se queixar de que não seriam capazes de pagar rendas fundiárias tão altas como as que costumavam pagar, porque o trabalho em virtude da emigração se tornara mais caro.

A renda fundiária alta se identifica aí diretamente com salário baixo. E na medida em que esta circunstância aumentando a renda influi sobre o nível do preço da terra, acréscimo do valor da terra significa desvalorização do trabalho, alta do preço da terra, baixa do preço do trabalho. (MARX, 2008, p. 839)

Essa citação refere-se aos arrendatários ingleses que, obviamente, viveram outra realidade muito diferente da atual. No entanto, “[...] no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente) [...]” (MARX, 2008, p. 846)

²² Expressão latina em que Vergilius (1983, p. 52) condena a “fome execrável do ouro!”.

A terra em si não gera riquezas, ela torna-se produtora de mercadorias somente em virtude do trabalho humano. Devido à política de maximização dos lucros na indústria sucroalcooleira, o trabalho nos canaviais paulistas tem sido tão extenuante para os trabalhadores que

[...] em 10 minutos um trabalhador derruba 400 quilos de cana, desfere 131 golpes de podão, faz 138 flexões de coluna, num ciclo médio de 5,6 segundos cada ação, o trabalho é feito em temperaturas acima de 27°C com muita fuligem no ar e ao final do dia terá ingerido mais de 7,8 litros de água, em média, desferido 3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna [...]. (SILVA, 2009, p. 9)

Nessas condições, a saúde física e mental do cortador de cana é duramente atingida. Segundo Alves (2006), as atuais exigências de produtividade têm provocado a morte e o aumento de acidentes nos canaviais. Outrossim, câimbras, tendinite, deficiência respiratória, complicações na coluna e nos pés, insuficiência cardíaca e envelhecimento precoce são alguns dos problemas que essa atividade excessiva, e em condições insalubres, acarreta.

O artigo publicado na *Folha de São Paulo*, sob o título *Cortadores de cana têm vida útil de escravo em SP* (ZAFALON, 2007), evidencia a exploração de um setor importante para a movimentação interna da economia. Em meados de 2004, sabe-se que pelo menos 19 pessoas morreram devido ao trabalho excessivo. Em tal contexto, o depoimento do cortador de cana José Lúcio Oliveira, 33 anos, alagoano, extraído da fonte mencionada acima, mostra-se coerente com a realidade dos fatos: “Para ser cortador de cana, tem de ter braço, porque, se não tiver, morre, ou de fome ou no canavial, de tanto trabalhar.” (ZAFALON, 2007, p. 1)

O indiano Amartya Sen (2000), vencedor do prêmio Nobel de economia em 1998, enxerga nesse descompasso entre desenvolvimento econômico e atraso social uma espécie de progresso atrofiado, no qual o verdadeiro “[...] desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agentes.” (SEN, 2000, p. 10)

Para o referido autor, a liberdade é o mais importante objetivo do desenvolvimento. Então, se considerarmos a realidade vivida pelos cortadores de cana e seus familiares, carentes do gozo de direitos básicos, como alimentação e saúde, e de direitos civis, como a liberdade de participar criticamente de discussões políticas, conclui-se que negar o desenvolvimento das potencialidades destes sujeitos significa estar preso a um modelo político e econômico atrasado. O modelo de economia-política de Sen (2000) é mais sofisticado, pois, para ele, economia, ética, liberdade individual e desenvolvimento estão estreitamente inter-relacionados.

A realidade industrial agrária brasileira, com todas as suas mazelas e discrepâncias socioeconômicas, casa-se perfeitamente com o escopo analítico e conceitual de classe social adotado por Fernandes (1975) em seu livro, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, pois, para este autor, as transformações infraestruturais nos países latino-americanos “incrustam-se em uma realidade socioeconômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente.” (FERNANDES, 1975, p. 41-42) Deste modo, a exclusão e a hierarquização social permanecem como consequências inevitáveis de sociedades segmentadas em classes.

[...] a ‘sociedade de classes’ possui uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais, condicionando assim, direta ou indiretamente, tanto os processos de concentração social da riqueza, do prestígio social e do poder (inclusive do poder político institucionalizado e, portanto, do poder de monopolizar o controle do Estado e de suas funções), quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais. (FERNANDES, 1975, p. 33-34)

Analisando as circunstâncias da realização do corte manual da cana, as três frases a seguir, proferidas por uma única pessoa: “Moço, eu só corto cana porque preciso” ou “Cortar cana não é trabalho de gente, é trabalho de bicho” e “Cortar cana encurta a vida” (ALVES, 2008a, p. 22), poderiam ter sido ditas, cada uma delas, por três pessoas diferentes, mas iguais “em tudo na vida”, como ensina o poeta João Cabral de Melo Neto (2007), em *Morte e Vida Severina*, porque essa realidade vem sendo vivenciada por várias gerações de migrantes.

Destarte, o eito, lugar onde os usineiros buscam aumentar a produtividade de suas usinas e os seus respectivos patrimônios materiais, sem mencionar sua importância e significado para a economia nacional e internacional, é também onde (no caso deste estudo, especificamente na região de Ribeirão Preto) mulheres e homens, na luta pela sobrevivência, foram e são atraídos por um trabalho desgastante, tanto do ponto de vista físico quanto do emocional.

5 ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA VIVÊNCIA DOS MIGRANTES NOS ESPAÇOS DE TRABALHO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA

A exposição estrutural do setor sucroalcooleiro e o campo de atuação “predefinido” dos usineiros e dos cortadores de cana, amplamente discutido no capítulo antecedente, juntamente com as dimensões tecnológica, capitalista e ambiental, subsumidas neste processo histórico, constituem o cenário do entrelaçamento dos aspectos objetivos e subjetivos na perspectiva do migrante nos seus espaços de trabalho. Deste modo, o que foi dito antes, contextualiza o que será abordado a partir de agora.

A identidade sociopsíquica dos cortadores de cana subsiste numa tensão permanente. Não obstante sua principal característica seja a fluidez, já que ela é concebida como “aquilo” que está sempre em processo de transformação, deve-se ressaltar que a referida identidade tem momentos de estabilidade sedimentada por conjunturas e experiências estáveis. Porém, o cenário de tensões enfrentado por estes “boias-frias”, na sua constituição enquanto sujeitos, os remetem, por um longo período, a uma crise de referência.

Assim, entende-se que em momentos de crise ou caos completo das estruturas sociais as pessoas sejam afetadas, contundentemente, naquilo que lhes formam. A mente humana captura as realidades, as interpreta e as incorpora. Na verdade, de acordo com Lemos (2004), ocorre “um interjogo entre mundo interno e mundo externo, o externo se internaliza e vice-versa”.

Para a citada autora, Quiroga (1988),

[...] ao examinar o impacto dos processos sociais na subjetividade humana considera que existe uma relação dialética e fundante entre a ordem social e histórica e a subjetividade, que a essência do psiquismo é social, e que implica também numa definição de sujeito como ser de necessidades, que só se satisfazem socialmente em relações que o determinam [...]. (QUIROGA, 1998, p. 22 apud LEMOS, 2004, p.1)

O mundo do trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, com a industrialização do campo, “virou de pernas pro ar”, submetendo-os a enfrentar fortes dúvidas em relação a como agir para conseguirem emprego, adquirirem o sustento da família, enfim, manterem-se dignos.

Desse modo,

[...] O anúncio do fim do trabalho coloca o homem na categoria de excluído, escamoteando as características e eficácia das relações sociais que desenvolvem os processos tecnológicos e das diversas formas de trabalho presentes. O vazio, a incerteza, a desestruturação leva o ser humano à confusão e ao sofrimento psíquico, se intensificam os sentimentos de

vulnerabilidade, fragilização egóica, a vivência de ‘estar à mercê dos acontecimentos’ e de solidão [...]. (QUIROGA, 1998, p. 22 apud LEMOS, 2004, p.1)

Além da dificuldade cada vez maior em conseguir emprego na safra seguinte, os cortadores de cana são submetidos a realizar o seu trabalho onde o “braço” da colheitadeira mecânica não alcança. Isto significa que estes homens trabalham em vales e lugares íngremes, aumentando o desconforto de sua atividade e o risco em sofrerem acidentes.

Outro agravante que também aumenta a dificuldade do corte manual diz respeito à característica da cana cortada pelos trabalhadores braçais. Como para as máquinas é reservada a terra plana ou com declividade inferior a 12%, pois acima desta porcentagem elas não operam com a mesma eficácia e também correm o risco de tombar, aos migrantes resta cortar a chamada “cana de rolo” que cresce praticamente rente ao chão, em trechos de terras acidentadas.

Para os trabalhadores de eito de Coroatá, a cana, destinada ao corte manual, foi praticamente extinta em Guariba. Assim, o grosso da colheita, outrora decorrente de trabalho manual, sofreu uma drástica transformação. Ou seja, as “ruas de cana”, que os “boias-frias” acreditavam que continuariam destinadas ao corte manual, passaram a ser, na verdade, colhidas mecanicamente. A despeito de todo o sofrimento destes trabalhadores nos canaviais, esta nova realidade frustrou suas expectativas e gerou muita tristeza em suas vidas, pois, de certo modo, viram e veem a extinção de uma fonte de renda.

Alguns dos efeitos dessa transformação podem ser constatados no seguinte depoimento: “As bichas tomou nosso serviço. As bocudas tão comendo tudo, tinha até umas canas queimadas que achei que ia sobrar pra gente, aonde!” (Josias dos Santos, 28 anos, 2014).

A substituição do trabalho manual pelo trabalho mecanizado decorre de um processo histórico bastante estudado por Marx (2010). Cohn e Marsiglia (1993), de maneira bastante sintética, descrevem perfeitamente as etapas deste processo.

[...] na cooperação simples o trabalhador perde para o capital o controle sobre o processo de produção, na manufatura ele perde o controle sobre seu próprio trabalho, uma vez que é a máquina que estabelece seu ritmo de trabalho, e por fim, na automação, ele se torna apenas um vigilante do processo. (COHN; MARSIGLIA, 1993, p. 63)

Ao considerar impossível para si a aprendizagem operacional de uma colheitadeira de cana-de-açúcar, a maioria dos migrantes atribui este fato ao seu baixo grau de escolaridade. Em alguns casos, o sentimento de humilhação e baixa autoestima se reforçam diante de alguns

colegas de labuta que, possuindo alguma instrução formal, estão se capacitando para operar as modernas ferramentas de produção.

- Burro véio tem de pegar é no pesado. (Josivaldo de Jesus, 33 anos, 2014)
- Mas aqui tem novo também! (Risos) (José Raimundo, 26 anos, 2014)
- É! São tudo uns analfabeto! Não sabe assinar um o cum copo. (Risos) (Marcondes Silva Santos, 30 anos, 2014)
- Intão! Quem tem mais instrução, vai mais longe. (Josivaldo de Jesus, 33 anos, 2014)

De maneira bem oposta é o sentimento daqueles que conseguiram e conseguem se qualificar para trabalhar nas dependências das usinas ou para operar uma das máquinas utilizadas na colheita. A expressão “ele se sentiu o rei”, de Ir. Teresinha (integrante da Pastoral dos Migrantes de Guariba), por ser contratado em serviço mais qualificado dentro da usina, é bastante reveladora do estado de espírito daqueles que possuem um nível mais elevado de educação formal, pois, para a citada informante, os cortadores de cana se sentem excluídos, principalmente por não saberem ler.

Ainda segundo as observações de Ir. Teresinha, “aquele que sabe mais é o chefe da família” ou quando este fato não desmonta a hierarquia da chefia, determinada pelo grau de parentesco, “ainda assim, ele detém uma posição de poder privilegiada no seio da família”. Deste modo, o conhecimento mais elevado de um parente mais novo gera roturas nas posições sociais tradicionalmente estabelecidas.

O grau de escolaridade das 23 pessoas, entrevistadas nesta pesquisa, pode ser considerado baixo, visto que ele vai do segundo ao quinto ano do ensino fundamental, realidade semelhante à de muitas outras pessoas que se deslocam para cortar cana. Este número de entrevistas corresponde a aproximadamente 55% de uma turma de cortadores de cana, composta por 42 trabalhadores.

Dito isso, é interessante analisar a tabela abaixo, a qual traz algumas características dos trabalhadores entrevistados, a saber: nome, idade, estado civil, profissão e quantidade (estipulada) de colheitas que participaram. Cabe lembrar, como foi dito na parte introdutória, que os nomes citados nesta tabela são pseudônimos, consoante preocupação ética que se deve ter com a identidade e a privacidade destes sujeitos.

Tabela 3 – Trabalhadores entrevistados

Nomes dos Migrantes	Idade	Estado Civil	Profissão	Quantidade de colheitas
Raimundo Nonato	29	Casado	Agricultor	+ ou – 8

João Carlos	26	Casado	Agricultor	5
Josias dos Santos	28	Casado	Agricultor	+ ou – 8
Josivaldo de Jesus	36	Casado	Agricultor	+ ou – 12
Givaldo da Cruz	32	Casado	Agricultor	+ ou – 14
José Raimundo	26	Solteiro	Agricultor/moto taxista	+ ou – 4
Marcondes Silva	30	Casado	Agricultor	+ ou – 11
Itamar dos Reis	25	Solteiro	Agricultor	+ ou – 6
Raimundo Donato	26	Casado	Lavrador	+ ou – 6
Manoel da Silva	34	Casado	Agricultor	+ ou – 13
Juvenal Gomes	21	Casado	Agricultor/mototaxista	+ ou – 2
José Domingos	27	Casado	Agricultor	+ ou – 8
Luiz Carlos	30	Casado	Agricultor	+ ou – 10
José Ribamar	40	Casado	Agricultor	15 ou – 20
Cleidivan dos Reis	30	Separado	Agricultor	+ ou – 9
João Pedro	26	Solteiro	Agricultor	+ ou – 5
José da Silva	28	Solteiro	Agricultor	+ ou – 6
Raimundo Geraldo	28	Casado	Agricultor	+ ou – 10
Eduardo da Silva	28	Casado	Agricultor	+ ou – 7
Leandro da Silva	26	Solteiro	Agricultor	+ ou – 7
José Augusto	29	Casado	Agricultor	+ ou – 10
Everaldo de Jesus	29	Casado	Agricultor	+ ou – 10
Zé Maria	28	Casado	Agricultor	+ ou – 8

Fonte: José Ivan de Santana, 2025

A quantidade de participação em safras por esses migrantes, pertencentes à faixa etária dos 21 aos 40 anos, variou de duas a vinte safras. Quando foram perguntados pelo pesquisador, com qual idade os coroaenses migram para cortar cana, a resposta foi: “varia, porque antes, muito trabalhador começava até de menor, muitos iam trabalhá cum fornecedor.” (Givaldo da Cruz, 32 anos, 2014) E acrescentou, “cum o fim da cana queimada, a mulecada não quer tentar a sorte mais não.”

Foram indagados também sobre quantas toneladas de cana cada trabalhador consegue cortar, aí responderam que hoje a produção é baixa, pois a maior parte da cana destina-se às máquinas, e, para eles, “sobravam somente as canas de rolo”, e as chamadas “canas deitadas”, localizadas em terrenos com declives. Por isso, cortavam entre 9 e 12 toneladas por dia.

Questionados a respeito da família, muitos relataram sobre a vontade de ir para casa, abraçar a mulher e os filhos. Ajudar a mulher na lavoura, que “ficou cuidando de tudo.” (Manoel da Silva, 34 anos, 2014) Alguns optaram por não falar, e buscaram o silêncio discreto da saudade em seus olhos marejados.

Na turma de 42 pessoas, em que trabalhava Itamar dos Reis, 25 anos, somente 2 trabalhadores da Bahia estavam fazendo o curso de capacitação²³ para tratorista, o que evidenciou e evidencia a insuficiência dos projetos de realocação de mão de obra realizados pela UNICA, a qual restringiu os cursos com os salários mais altos, a exemplo da função de tratorista, para aqueles que possuísem, pelo menos, o ensino fundamental completo. Esta restrição culminou em desinteresse da maioria dos cortadores de cana por estes cursos, porquanto, na ocasião, eles achavam impossível desempenhar uma atividade “intelectual”.

Desse modo, o trabalhador braçal assumia e assume a culpa pelo jugo enfrentado no dia a dia e pelo fato de ter sido e estar sendo dispensado pela usina.

— Quem não sabe ler não tem outro recurso. O que me trouxe pra trabalhar aqui foi o trabalho registrado e falta de estudo. Meus pais e a gente sempre trabalhou de roça. Nós éramos 10, mas nunca tivemos as coisas, por isso tivemos que sair. Sou um cortador de cana, mas quando isso daqui acabar só Deus sabe?! Eu dependo disso, o pessoal daqui também fala que depende disso, cortar cana. (Josias dos Santos, 28 anos, 2014)

O deslocamento dos camponeses voltado para o corte de cana em São Paulo, em decorrência de uma vida marcada por várias carências básicas (não sanadas pelo poder público), pode ser visto como o reflexo de uma realidade repleta de desigualdades e dificuldades. Dentre outras, tem-se, por exemplo, a violência simbólica intrínseca às trajetórias destes migrantes, deslumbrados com as modernas máquinas colheitadeiras.

Posto isso, cabe trazer aqui o que expressa um migrante nas seguintes palavras: “o cara trabalhar perto de uma máquina trabalhando não faz nada, nadinha, fica só olhando.” (Raimundo Donato Barros de Araújo, 26 anos, 2014)

A fala de Raimundo Donato (2014) contém três aspectos importantes. O primeiro o deslumbre com as formas modernas de produção. O segundo, o cortador de cana enervado pelo desejo inconsciente de produzir tanto quanto uma dessas colheitadeiras. O terceiro, a realidade consciente de que seu podão é incapaz de concorrer com uma “bocuda” dessas, por isso, em seguida, desabafa: “A gente se sente triste...”, “A gente fica magoado porque a gente deu muita produção pra eles lá.” “A gente se sente como que não preciso mais de vocês.” “Era nosso ganha pão.”

Manoel da Silva Pereira, 34 anos (2014), demonstra o mesmo sentimento de deslumbre em relação às colheitadeiras modernas:

²³ Este curso faz parte do Projeto Renovação.

Manoel: — Eu vejo falar que uma máquina corta até por 80 homi [...]. A gente nem consegue trabaiá por que fica só oiando. Eu mermo quando tou trabaiando que vejo uma máquina daquela trabaiando corto duas moita de cana e fico só oiando.

P: — Por que você fica só olhando?

Manoel: — Porque é bonito elas trabaiando ali, num sabe? Dá vontade de cortar como uma delas. Se a pessoa pudesse.

O trecho desse diálogo, encerrado com as palavras sonhadoras de Manoel (2014), evidencia claramente o sentimento de frustração quanto à impossibilidade de competir com uma máquina colheitadeira de cana-de-açúcar. Ademais, a circunstância de todos saberem estar realizando a colheita de cana de suas últimas safras no estado de São Paulo, pois já estão sendo substituídos, maciçamente, pela colheita mecanizada que é realizada nos melhores terrenos, sobrando para os trabalhadores os terrenos íngremes e canas difíceis de serem cortadas, com preços ínfimos por tonelada cortada, tudo isto deixa o cortador de cana vulnerável às imposições do setor, conforme as palavras de Juvenal Gomes (21 anos, 2014), “daqui uns dia: podão só no museu.”

A despeito de as colheitadeiras ameaçarem o trabalho manual que esse e outros migrantes desempenham, não impedem que eles percebam a sua importância para o atual estado de desenvolvimento das usinas sucroalcooleiras. Segundo José Domingos (27 anos, 2014), “as bichas são boas, mas nós é que entra nos buracos e faz o que elas não podem fazer, senão viram.” Desse modo, apesar dele e de outros trabalhadores reconhecerem nas colheitadeiras as insígnias do progresso técnico e estarem cientes de que as novas técnicas de cultivo tomarão os seus postos de trabalho, estão conscientes das limitações das máquinas e que suas atividades laborais são utilizadas para preparar o caminho para elas.

O mesmo José Domingos e Luiz Carlos (30 anos, 2014) pontuaram que as máquinas não preparam o terreno para o plantio, elas só colhem. E, de fato, após o fim do fluxo migratório para cortar cana na região de Ribeirão Preto, ainda assim alguns migrantes são contratados por fiscais de turma para o plantio e limpeza de curvas de nível, muitas vezes repletas de mato, folhas de cana e água das chuvas. Também para catar pedras, com o objetivo de evitar que as colheitadeiras esbarrem nelas e sejam danificadas.

São muitas as dificuldades enfrentadas pelos cortadores de cana na indústria sucroalcooleira, entre elas destacam-se: transporte precário, horário inadequado fixado para o almoço e trabalho excessivo com necessidade de distribuição de energético pela usina, a fim de que os trabalhadores suportem a jornada de trabalho e alcancem a média de 12 toneladas,

individualmente, de cana cortada por dia. Essa exigência da usina inclui esse cortador de cana na categoria de trabalhador avulso²⁴.

Os trabalhadores ou as esposas acordavam às 4h da manhã para prepararem a comida que seria consumida no serviço. Um grande número de homens e mulheres (elas, em sua grande maioria, foram contratadas para trabalhar na colheita de laranja), chegava ao ponto de ônibus a partir das 4h30 e partiam entre 5h e 5h10.

Os ônibus com a inscrição RURAIS na lateral enfrentavam estradas de barro até chegarem ao seu destino. Os trabalhadores, portando podões no interior destes veículos, aumentavam o risco de acidentes graves, pois com a ausência de fiscalização de velocidade e devido à existência de muitas depressões nas estradas de barro, não era difícil que eles ocorressem.

— Quase nós morre hoje. O ônibus que nós ia quase bate in outro numa pontinha estreita. Tinha uma curva assim [fez um gesto com a mão direita], [risos], Os dois vinha correndo, faltou um trisquinho de nada! Só Deus! (José Ribamar dos Reis, 40 anos, 2014)

Depois de pegarem no “batente”, às 6h da manhã, os cortadores de cana procuravam uma sombrinha para almoçar, às 10h30, por determinação da usina que estabeleceu este horário para esta finalidade. A maioria dos trabalhadores diziam ser inconveniente o referido horário, pois eles ainda não estavam com fome suficiente para “encararem a boia-fria”, segundo Cleidivan dos Reis, 30 anos (2014). Em outro momento, ele afirmou: “Às vezes tamo sem fome, mais somo obrigado a cumer.” (Cleidivan, 2014)

A problemática do horário para almoçar não é somente biológica, mas envolve questões subjetivas de ordem religiosa, pois o “pão de cada dia” para o camponês é concebido como uma graça concedida por Deus. Por isso, sentir-se obrigado a comer seu alimento significa uma violência simbólica muito forte para eles.

O significado eucarístico da “transubstanciação” do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo constitui um legado cultural dos entrevistados que se declararam católicos. Por isso, a lógica capitalista que determina um horário para os trabalhadores se alimentarem,

²⁴ O termo “trabalhador avulso” diz respeito ao trabalhador que corta cana por um período de três meses, submetendo-se a uma espécie de teste de aptidão antes de a empresa legalizar sua situação, via contrato de trabalho. As empresas efetivavam contrato com o trabalhador somente quando ele atingia a média de 12 toneladas de cana-de-açúcar cortada por dia. Há também cana cortada com preço “avulso”, designando o valor flutuante da tonelada de cana paga pelas usinas aos trabalhadores pelo serviço realizado diariamente nos canaviais.

independentemente de estarem ou não com fome, os ofende naquilo que os constituem, isto é, em seres sociais.

O cabedal religioso transcende as fronteiras estaduais e a organização instrumental do trabalho pago nos canaviais de Guariba. Deste modo, o alimento, enquanto conquista sagrada e dádiva de Deus, possui, inconscientemente, o sentido místico desta concepção: “[...] Cristo que se fazia pão e vinho, alimento, força humilde e estouradora (revolucionária) para dar vida em abundância a quem não a tinha... por isto, graças a Deus e vamos nos alimentar.” (BERNARDI, 1990a, p. 3)

Ainda discutindo os desconfortos relacionados aos horários estabelecidos pela usina, o fato de os cortadores de cana pararem suas atividades laborais às 15h e terem que esperar até 15h40 para poderem retornar às suas residências constitui uma espécie de privação física que, além de os deixarem mais cansados, atinge em cheio sua dignidade, como se pode depreender da seguinte fala: “A gente tem de se conformar. Fazer o quê? Os homi é que manda e nós têm que obedecer se quiser ganhar nosso ordenadozinho.” (João Pedro, 26 anos, 2014)

Outro problema já muito discutido é a meta de produção individual estabelecida pela usina, em torno de 12 toneladas de cana diária para cada trabalhador. Atingir esta meta ou se aproximar dela era o principal teste de eficiência para que um cortador de cana fosse contratado após os três meses de experiência no serviço, e o desafio de manter essa média constituía um divisor de águas para os trabalhadores que seriam dispensados e os que manteriam seus empregos nas safras seguintes.

“Tamo cortando cana avulso. Ninguém sabe o preço”, é o que eles dizem. Esta situação evidencia a vulnerabilidade destes trabalhadores e o quanto eles estão presos à lógica do sistema capitalista. Refêns da imposição do setor, os trabalhadores veem sua dignidade sendo posta em xeque, pois acreditam que o melhor a fazer é aceitar calados. Porém, em pior situação, encontram-se aqueles que estão trabalhando avulso, isto é, passando por uma espécie de estágio probatório de três meses no corte de cana. Se a produção deles atingir a média estipulada e o comportamento for “dócil”, após este período, seus contratos serão assinados.

O fato de não haver um salário fixo mensal e a usina pagar por metro de cana cortada ou quando não, por peso, com seu valor divulgado somente depois que todo o trabalho diário fosse realizado, oprime os trabalhadores psicologicamente para aumentarem sua produção. Desconhecendo o valor a ser pago pelo metro da cana cortada, os trabalhadores não tinham como saber se o que eles estavam produzindo poderia suprir suas necessidades.

Segundo os trabalhadores de eito, o valor do metro da cana é variável (R\$ 0,25, 0,27, 0,60 e 0,70 centavos), aumentando seu valor proporcionalmente ao grau de dificuldade de corte.

Nas palavras dos cortadores, “a mais cara é mais runhe de ser cortada”, e pelo que me foi relatado todas essas dificuldades vão minando a resistência deles, pois “com 4 a 5 meses a gente tá naquele pique! Depois de 6 meses a gente não rende mais como no começo. Desanima!”

É evidente que 12 toneladas é a meta mínima, como se pode depreender das palavras de Josias dos Santos (2014): “Cheguei cortar até 20 toneladas. Ainda tem gente que corta bem mais que eu. Não tem facão de ouro²⁵, mas já ouvi outros contar que antes tinha, mas se tivesse eu acho que eu não ganhava não.” De acordo com Raimundo (2014), uma tonelada custa em média R\$ 4,70 (quatro reais e setenta centavos) e “um cortador de cana bom, tira até mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).”

Segundo cálculos matemáticos, em 2014, para que um trabalhador alcançasse a cifra de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais no corte de cana, seria preciso trabalhar, em média, 24 dias no mês, e, para isso, teria que cortar acima de 20 toneladas. Estes cálculos são interessantes porque consistiam em um patamar desejável, uma espécie de “sonho de consumo” para os propósitos econômicos dos trabalhadores, conforme depreende-se do depoimento abaixo: “o que a gente diz entre nós é que se não produzir 20 toneladas ou quase, talvez não vale a pena vir pra cá. Porque, que adianta vim e não levar um dinheirinho de volta pra família?” (José da Silva, 28 anos, 2014)

Ademais, “os turmeiros (gatos) fazem exigência. Se você tira 100 metros, eles querem que você tire 200, 300.” A fala de Raimundo (2014) chama atenção para o fato do corte de cana ser supervisionado, isto é, realizado sob pressão. Este conjunto de circunstâncias, somado à dureza intrínseca do próprio ato de cortar cana, exaure as forças físicas de muitos trabalhadores que não suportam o rigor de tal atividade.

— É meio difíce. Compensa, mas é muito fraco. A gente sofre muito pra ganhar algum [dinheiro]. Hoje mesmo procurei uma sombra, num acha, dá vontade de ir embora. Aí se o cara for maginar. O cara encara mesmo não. O cara cansa e não guenta. Dá uma coisa na gente. O cara fica cansado e não guenta. Se a pessoa dá uma agonia, o companheiro bota ali pra uma moitinha, engata o pau. O cara melhora por conta. Se não fosse os companheiro! Bota numa moitinha e pra frente. O cara cansa! Não guenta! Borra²⁶ mesmo! É um troço que dá. (José Ribamar dos Reis, 40 anos, 2014)

²⁵ O facão de ouro consistia em uma premiação promovida pela usina, ensejando a competição entre os cortadores de cana para aumentar a produção. Servia como uma baliza para que os fiscais de turma identificassem os trabalhadores mais produtivos e os menos produtivos, e, consequentemente, segregava o espírito de grupo, pois muitos ficavam mais voltados à sua capacidade individual de produção.

²⁶ Termo jocoso, comum no dia a dia dos trabalhadores de eito, que pejorativamente expõe a “fraqueza” física daqueles que não suportam o “tranco” do trabalho pesado do corte de cana. É humilhante para eles, pois são afligidos na sua formação cultural machista, já que por diversão alguns brincam, mesmo reconhecendo que todos estão sujeitos a passar por isto, que “fulano de tal quando borrou, nem sei se não cagou nas calças!” Para José

Sabe-se que a maioria das usinas fornecia suplemento energético para os cortadores de cana. Seus representantes afirmavam que esta medida decorria de pura preocupação com a saúde dos seus funcionários que precisavam se hidratar e repor os sais minerais perdidos no labor. Mas considerando o fato de que a demanda do mercado condiciona o ritmo da produção, o suplemento tem um objetivo prático, contrário a qualquer conteúdo humanístico, pois objetiva potencializar os sujeitos, “desumanizando-os”, como se fossem máquinas que não possuem outras necessidades, além dos cuidados técnicos.

Se as usinas realmente estivessem preocupadas com os cortadores de cana, as listas de doenças, provenientes das péssimas condições de trabalho, e o número de acidentes nos canaviais de todo o país não seriam tão extensos. Segundo Silva (2008c),

A carência nutricional, agravada pelo esforço excessivo, contribui para o aumento de acidentes de trabalho, além de doenças das vias respiratórias, dores na coluna, tendinites e câimbras, produzidas pela perda de potássio em razão dos suores. De 2004 a 2007, a Pastoral dos Migrantes registrou 21 mortes, ocorridas supostamente em função do desgaste excessivo da força de trabalho. Segundo depoimentos de médicos, a perda de potássio provocada pela sudorese pode conduzir à parada cardiorrespiratória. Outros casos se referem a aneurismas, o rompimento de veias cerebrais [...].²⁷ (SILVA, 2008c, p. 4)

Segundo os migrantes provenientes de Coroatá, as sensações de vulnerabilidade e desconforto os acompanham até mesmo nas casas onde residem ou “passam suas noites”, pois são sentidas por eles como uma extensão do espaço de trabalho, e não como espaços de morada e de descanso. Na verdade, este é um fenômeno do mundo moderno, não tão perceptível por aquelas e aqueles que já estão amalgamados à dinâmica e demanda das cidades. Mas para aquelas e aqueles que migraram de suas terras natais, amalgamados na dinâmica cultural de uma temporalidade distinta do modelo de acumulação capitalista, os corpos resistem a se adaptar.

Na rua São João, as casas alugadas pelos cortadores de cana estavam em precárias condições. Quase todas eram apenas rebocadas, muito baixas, portanto, sem ventilação e cobertas de “telhas de Eternit”, material que proporciona a elevação da temperatura no interior

Ribamar dos Reis (2014), “[...] Acontece mesmo de borrá, é um troço que dá na gente, as perna arreia... eu já mudei até a voz.”

²⁷ Notícias veiculadas pela internet revelam que essa situação não ocorre apenas no Brasil. Em Chichigalpa, região canavieira da Nicarágua, onde está situada a empresa Nicarágua Sugar State y Compañía Licorera de Nicarágua, 1383 trabalhadores morreram nos últimos anos, vítimas de insuficiência renal crônica (IRC), enfermidade provocada pela creatinina, em razão dos agrotóxicos maturadores da cana, que causam coceiras e sérios danos à saúde, como a IRC. (CCOO/CONFIA/Nicarágua, 2006)

destas residências (ver figura a seguir). A média de trabalhadores maranhenses residentes nelas, era de 8 pessoas.

Figura 5 – Residência alugada por cortadores de cana de Coroatá em Guariba



Fonte: Acervo pessoal de José Ivan de Santana, 2014

As residências eram de duas formas: a primeira com pequenos quartos no fundo, os quais normalmente eram ocupados por dois migrantes, juntamente com suas ferramentas de trabalho e outros pertences (ver figura abaixo). A segunda forma de habitação consistia em alojamentos, em forma de galpões, que costumavam abrigar mais de 20 pessoas, circunstância que agravava as condições de higiene e possibilitava a insalubre convivência entre pessoas e roedores.

Essas constatações ajudam a entender que

[...] a nossa casa veio deixando de ser um lar, no sentido de constituir uma extensão de nossas emoções e sentimentos, veio deixando de ser um lugar expressivo da vida de seus moradores e da cultura onde se localiza. Foi se transformando, nesta expressão difundida, numa ‘máquina de morar’, fria e estritamente utilitária, sem o aconchego e o afeto de uma verdadeira morada. Basta uma olhada sobre os conhecidos ‘conjuntos habitacionais’ populares

que se multiplicam no Brasil para se constatar essa desumanização da casa, conduzida aí ao seu grau mais extremo. (DUARTE JÚNIOR, 2000, p. 81)

Nessa perspectiva, o funcional se torna prioridade em detrimento dos arranjos repletos de simbologia e de calor humano. A concepção instrumental tenta inculcar na cabeça das pessoas que a casa deve ser apenas um ambiente prático e utilitário.

Figura 6 – Quartinho alugado por cortadores de cana em Guariba



Fonte: Acervo pessoal de José Ivan de Santana, 2014

Esses trabalhadores também não se identificam com a rua onde alugaram esses dormitórios, e, como se sabe, seguindo a mesma linha reflexiva de Duarte Júnior (2000), o caminhar por ruas, jardins, praças, roças e sítios do lugar onde mora, funciona, basicamente, como um processo de identificação entre o homem e o seu ambiente vital. Paralelamente, o conversar, “prosear”, que “[...] além de ajudar a manter viva a sabedoria popular, consiste também num fator de identidade e de integração cultural.” (DUARTE JÚNIOR, 2000, p. 90) Contudo os migrantes residentes na rua São João não cultivam tais hábitos, mantendo-se, na

maior parte do tempo, isolados em pequenos grupos. Isto é, não existe uma abertura que favoreça a ampliação de relações afetivas entre as pessoas.

Foi nos canaviais que esses migrantes encontraram emprego e sustento para as suas famílias. Porém, estes camponeses não se sentem realizados longe de seus espaços de origem e de suas verdadeiras casas.

— Ter vindo pra cá compensou por uma parte, mas por outra não, né?! Tem a saudade, o modo de vida daqui é diferente. (José Raimundo dos Reis, 26 anos, 2014)

— Penso em ir simhora e botá um bazonho, uma budegá pra eu trabaiaí. Penso em montar um negocinho lá no Maranhão. (Raimundo Geraldo, 28 anos, 2014)

— A gente prefere tá na roça trabaiaando. (Eduardo da Silva, 28 anos, 2014)

— Desejo morar na minha terra, conseguir umas coisinhas aqui e morar lá de novo. Sempre trabalhei na roça. Essa é a história da minha vida. (Raimundo Nonato, 29 anos, 2014)

Essas falas mostram o descontentamento deles com o fato de estarem vivendo em Guariba como cortadores de cana. Chama muito a atenção o sentido que imprimem ao termo “roça”. Não obstante, na avaliação deles, trabalhar no canavial é uma atividade que lhes traz mais segurança do que trabalhar na cidade, já que colhendo utilizam ferramentas típicas do campo e devido ao fato de estarem trabalhando na terra, o termo “roça” para eles tem um sentido cultural mais profundo, pois exprime uma espécie de ancoragem emocional.

A questão é que “botá roça” implica em liberdade individual e inserção simbólica nos moldes culturais da população rural desses lugares. Ou seja, constitui uma maneira particular de viver o trabalho como forma de adquirir o sustento da família camponesa. Neste sentido, é válido considerar as seguintes palavras: “O modo nosso lá é um. Lá é diferente. Se nós não botá roça lá nós não vévi. Nós lá bota roça ou não vévi.” (Leandro da Silva, 26 anos, 2014)

Para ele, “botá roça é roçar um mato, tocá fogo, aí nós vai plantar.” Ora, desta fala pode-se depreender que “botá roça” possui uma função importante para a coesão social dos maranhenses de Coroatá, pois, não se “bota roça” sozinho, só com a ajuda dos outros. E, geralmente, é toda a família quem “bota roça”, cabendo aos homens realizar as atividades mais pesadas.

No Maranhão, “botá roça” é uma prática comum entre os camponeses. A lavoura consiste basicamente na plantação de milho, feijão e arroz. Segundo Leandro (2014), estes cultivos constituem a única alternativa de sobrevivência para os homens, pois as mulheres

ajudam na economia doméstica com a quebra do coco babaçu. Mas, em virtude do avanço do latifúndio e da expropriação territorial dos camponeses, “botá roça” já não é mais suficiente para garantir o sustento da família, e, com a insuficiência deste recurso, Leandro (2014), cabisbaixo, disse: “agora eu tenho de cortar cana!”

A frase acima expressa um sentimento misto de fatalismo e resiliência diante de uma condição social que se impõe. Já no diálogo abaixo, manifesta-se um sentimento de identidade transitória, que plasma as contradições das práticas realizadas nos territórios de origem e de destino.

João Carlos, 26 anos (2014), disse algo muito interessante se referindo ao seu lugar de origem: “Lá [no Maranhão] eu não me sinto um cortador de cana. Sou lavrador. Lá eu boto roça. Aqui eu sou rural cortador de cana.” Esta fala tem grande relevância porquanto deixa claro que ser “rural cortador de cana” constitui uma limitação arbitrária do sentimento de identidade social do migrante trabalhador de eito nos canaviais de Guariba, e, quanto ao fato de “Lá [no Maranhão, ele não se sentir] [...] um cortador de cana [, mas, sim, um] lavrador”, evidencia o oposto, isto é, a percepção da identidade individual como decorrente da variedade de elementos que formam a sua cultura. Ser lavrador envolve uma gama de atividades cheias de significados para a comunidade rural de Coroatá, e, por isso mesmo, integradora do sujeito que a realiza.

[...] Para Marc Augé, o lugar é definido como um território que delimita as raízes relacionais e históricas de uma comunidade, conferindo-lhe, assim, uma identidade. Esse espaço marca um lugar interior - identitário - por remissão ao qual se produzem efeitos de reconhecimento [...]. (AUGÉ, 1992, 46-47 apud CARDEL, 2003, p. 100)

Além de “botá roça” para o sustento da família, é muito comum ocorrer entre os camponeses a prática do *mutirão*²⁸. Nesta se vê, nitidamente, uma incorporação do espírito solidário que canaliza uma sinergia para auxiliar um vizinho, um amigo ou outra pessoa que esteja necessitando de uma força para realizar um trabalho urgente.

Essa é uma perspectiva totalmente diferente da capitalista, pois, nesta, prioriza-se o sujeito e não o objeto, mais a pessoa do que o resultado concretizado da ação humana. Assim, o espaço das relações sociais camponesas tem como pano de fundo – em essência – o rico calor humano, companheiro, confortável, dialógico, enfim, uma rede interior que perpassa o corpo coletivo, ligando os sujeitos à malha social.

²⁸ “**Mutirão** é o nome dado no Brasil a mobilizações coletivas para lograr um fim, baseando-se na ajuda mútua prestada gratuitamente. É uma expressão usada originalmente para o trabalho no campo ou na construção civil de casas populares, em que todos são beneficiários e, concomitantemente, prestam auxílio, num sistema de rodízio e sem hierarquia.” (MUTIRÃO, s.d., grifo do dicionário)

É evidente que essa leitura das relações campesinas não exclui a dimensão do conflito, presente em todos os arranjos sociais, e, muito menos, as lutas dos camponeses dentro da sociedade capitalista, como as dos migrantes em análise. Porém o pensamento e a ação dos sujeitos são norteados por valores outros, diferentes do lucro pelo lucro.

O quadro acima difere totalmente das situações vivenciadas pelos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar em Guariba. A começar pelo fato de todos ali terem que desempenhar seu trabalho individualmente. Reféns da realidade crua do “cada um por si”, os trabalhadores são estimulados pelos “fiscais de turma” que buscam, mediante o uso da seguinte frase: “vamos ver quem corta mais!”, incutir nos cortadores de cana o espírito competitivo. E, para isso, o “terreno” é bem fértil, diga-se de passagem, pois o nordestino ainda conserva o machismo como uma de suas características culturais, como se pode perceber pela seguinte frase proferida por um trabalhador de eito: “Cortar cana é um esporte. Pra mim é uma diversão, a disputa, saber quem corta mais.”

Na verdade, a fala animada, dita acima por Raimundo Donato (2014), aponta para uma forma de escapismo da “violência” do corte manual de cana-de-açúcar. Isto fica bem claro quando ele considera, bastante emocionado, que “trabalha pra esquecer as coisas runhe da vida.” O contraditório nesta fala é que o trabalho, neste molde exploratório, também constitui uma “coisa runhe” da vida e que submeter o corpo ao cansaço quase extremo se torna uma forma de anular-se.

O trabalho no corte manual da cana é tão extenuante que o uso de drogas ilícitas é muito presente nos canaviais. Segundo Silva (2008a), a frase “Não dá para acompanhar o campo de cara limpa”, proferida por um cortador de cana, evidencia a brutalidade das relações de trabalho. Neste contexto, o uso de *crack* como estímulo para enfrentar o trabalho e, conseqüentemente, aumentar a produção e a renda é bastante comum, principalmente entre os jovens. Já a maconha é utilizada, segundo depoimentos de trabalhadores, para aliviar as dores nos braços.

Todavia essa prática não é bem-vista por todos, como fica claro no diálogo abaixo:

Ribamar: — O que esse povo usa eu não uso.

P: — O que eles usam?

Ribamar: — Drogas. Lá tem tanta droga que a gente nem sabe dizer o que é.

P: — Então é comum o uso de drogas nos canaviais?

Ribamar: — É sim, mas... [uma pausa] Aí fica difíce a gente que não usa se misturar com esses bicho. (José Ribamar, 40 anos, 2014)

Nesse diálogo, sobressai mais um aspecto da tensão identitária entre os maranhenses migrantes cortadores de cana-de-açúcar na indústria sucroalcooleira paulista. Este fato chama a atenção para as contradições entre os valores tradicionais assimilados na zona rural e as exigências do trabalho extenuante realizado longe do conforto da família e da sua comunidade, pois, na continuação dessa conversa, Ribamar (2014) disse que sentia vergonha de ter que conviver com pessoas que se entregam ao uso irrestrito de drogas ilícitas. E, como se pode observar, o conteúdo das falas de outros depoentes converge para as mesmas inquietações.

— Dá vergonha se misturar com eles, os drogado. (José Augusto, 29 anos, 2014)

— Eu fecho meus zóio e trabaio de vista baixa. A droga hoje é a misera do mundo, desgraça muito jove, mais aqui eu num quero saber, só penso no meu facão [ergue o podão] e nas cana que vou derrubando. [Risos] (Everaldo de Jesus, 29 anos, 2014)

Aqui o trabalho é descrito como uma fuga aos processos de violência a que estão submetidos os migrantes cortadores de cana. Contudo este sentimento para com o trabalho nos canaviais e a aversão às drogas ilícitas não anulam o fenômeno da alienação, pois um dos elementos que a constituem “[...] é o fato de o trabalho ser externo ao trabalhador, não fazer parte da sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho, mas negar a si mesmo, [...] não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas, mas ficar exausto fisicamente e mentalmente deprimido.” (MARX, 1985, p. 90)

Assim, ocorre a separação dos sujeitos e suas objetivações, que passam a dominá-los, e, com isso, elas deixam de promover humanização e passam a gerar regressão do ser social.

Nas palavras de Druck (2014):

[...] o trabalho alienado e o fetiche da mercadoria ocupam um lugar central para se compreender a essência do capital como relação social em contraposição a sua aparência coisificada ou corporificada na riqueza material. E se a força de trabalho se tornou uma mercadoria fundamental e indispensável para a existência do capital, ela mesma também é fetichizada, ou seja, aparece com vida própria independente do seu produtor, isto é, dos homens que a disponibilizam e a vendem no mercado de trabalho. E essa é uma condição social que está no cerne da alienação do trabalho: a separação do homem de sua própria atividade vital, à medida que esta é apropriada por outros homens, estabelecendo uma divisão social do trabalho que divide os próprios homens que se constituem em classes sociais diferentes [...]. (DRUCK, 2014, p. 4)

A cana-de-açúcar é uma mercadoria como outra qualquer, e este fato se torna evidente na frase de Zé Maria, 28 anos (2014): “Lá num existe preto nem branco, nem cana feia nem bunita, o que interessa divera é as tunelada de cana que seu braço pode derrubar.”

A frase desse camponês revela que a preocupação do trabalhador e do usineiro é com a quantidade de cana cortada, ou seja, o seu peso e o pagamento correspondente. A desumanização decorrente da alienação é evidente, pois dizer que “não existe preto nem branco” não significa ausência de preconceito racial, mas que a identidade social do ser humano importa pouco nas relações entre patrão e empregado. Pelo mesmo motivo, a cana não é submetida a uma apreciação afetiva por ambas as partes, importando somente a sua capacidade de dar lucro.

Por conseguinte, a realidade objetiva e subjetiva que elencamos neste capítulo constitui algumas formas de agressão à identidade sociocultural dos trabalhadores entrevistados.

A objetividade e a subjetividade estarão sempre abertas, pois são dois “mundos” justapostos que estão em estreita relação individual e coletiva com o modo de se sentir e se autoperceber de cada sujeito em sociedade. Decorrente disto, o pesquisador está consciente do fato de que outros aspectos objetivos e subjetivos ficaram de fora desta análise. De todo modo, jogou-se um pouco de luz sobre as desigualdades e sofrimentos deste contingente de homens (e mulheres) que, na luta pela sobrevivência, com poucos ganhos financeiros, deixaram e deixam seus lugares de origem para produzir riqueza para o seu país e para os grandes grupos internacionais da indústria canavieira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da migração para o setor sucroalcooleiro de Guariba é apenas uma das muitas estratégias de sobrevivência de milhares de nordestinos, que deixam seu lugar de origem e passam a viver em uma realidade cultural extremamente diversa da sua.

Esses segmentos sociais que migram para São Paulo, com o “sonho” de “melhorarem de vida”, acabam trabalhando na construção civil, nas fábricas e, muitos, no mercado informal. Há ainda aqueles que se marginalizam; tudo isso constitui situações específicas de sofrimento individual e coletivo, que só podem ser compreendidas em detalhes mediante um trabalho analítico voltado para cada forma de exploração/exclusão em particular.

Mesmo analisando uma dessas realidades, como é o caso deste trabalho acadêmico sobre camponeses maranhenses que se deslocavam de Coroatá para cortar cana-de-açúcar em Guariba (até o ano de 2014), não se pode perder de vista que qualquer abordagem é somente um recorte da realidade. O estudo em foco não tem a pretensão vaidosa de explicar totalmente a complexidade e amplitude desta temática.

É evidente que as formas de exploração do setor sucroalcooleiro derivam da estrutura de acumulação e da lógica mercantil do capitalismo. No bojo desta afirmação, encontra-se um legado histórico do qual se origina o latifúndio, ancorado pelo estabelecimento “institucional” de relações assimétricas de poder político, social e econômico. Decorre daí as narrativas que “naturalizam” e perpetuam o lugar de cada classe social.

Esses discursos, que adentram o imaginário coletivo, têm o potencial de infundir um sentimento de conformismo social nos migrantes e em muitos dos socialmente excluídos.

A inexistência de políticas públicas, com a finalidade de realocar o contingente de 800 mil cortadores de cana, que ficaram desempregados com o fim do corte manual, e a consequente substituição desta forma de colheita pela mecanizada, com datas e condições predefinidas pela Lei 11.241/02, vincula o Estado a núcleos econômicos de poder que dialogam sobre interesses convergentes.

No campo da “dominação ideológica”, os interesses econômicos são disfarçados, a exemplo do discurso do desenvolvimento sustentável, pois este visa a alcançar legitimidade junto à opinião pública. No campo da “dominação física”, milhares de “boias-frias” ainda continuam trabalhando nos canaviais de outros estados, mas, em breve, deixarão de ser úteis ao capital nesta modalidade de exploração, porquanto todos os estados produtores de cana-de-açúcar estão tentando se adequar ao *time* do mercado, para se manter competitivamente nele.

A nível do discurso proferido pelo agronegócio, existe outro ponto em que esses trabalhadores de eito continuam sendo úteis ao capital, isto é, como símbolos da obsolescência da colheita manual da cana que se contrapõe, “naturalmente”, à moderna forma de ceifá-la. Por isso, não constitui equívoco afirmar que a dimensão ambiental está dentro da lógica moderna de acumulação capitalista. Foi o que se percebeu com a análise sobre o desenvolvimento sustentável.

Apesar de a Lei 11.241/02 (proibitiva do uso de queimadas) ser potencialmente vantajosa à saúde da população de Guariba e dos municípios circunvizinhos (inclusive dos próprios cortadores), e também beneficiar o meio ambiente, inegavelmente, os interesses de ordem econômica, por trás desta lei, são prioritários, como a geração de combustível destinada ao consumo da imensa frota de carros *flex* no Brasil e a negociação dos créditos de carbono pelas usinas credenciadas, que são convertidos em milhões de euros.

No Brasil, desde o início da colonização, as queimadas foram utilizadas para a preparação de áreas destinadas ao plantio da cana-de-açúcar, sendo o fogo ateado para a destruição de campos e florestas. “O canavial desvirginou todo esse mato grosso do modo mais cru: pela queimada. A fogo é que foram se abrindo no mato virgem os claros por onde se estendeu o canavial civilizador, mas ao mesmo tempo devastador.” (FREYRE, 2013, p. 72)

Então, as queimadas e as tecnologias constituem expedientes diferentes de lidar com a terra. Contudo, tanto em um caso como no outro, o lucro, decorrente destes meios, constitui a prerrogativa essencial para os donos dos meios de produção. Neste contexto, a diferença crucial é que, com o desenvolvimento técnico no cultivo e na colheita da lavoura da cana-de-açúcar, a mão de obra barata tornou-se descartável.

Esse fato gera um sentimento de baixa autoestima nos trabalhadores que deixam seus lares e, às vezes, suas famílias, para cortar cana em Guariba. Nesta conjuntura, o trabalho caracteriza-se pela instabilidade contratual e por mudanças na forma de produção, expedientes que pressionam os trabalhadores a se adequarem às novas exigências empregatícias.

Nesse cenário – para além das migrações e das rupturas que delas decorrem – o tema da qualificação profissional é propalado entre os trabalhadores como uma forma de eles continuarem empregados em um serviço mais qualificado e com melhor remuneração. Mas a baixa escolaridade aparece para eles como uma barreira intransponível, pois, conforme depoimentos em campo, a “leitura é pouca” e “tem gente que sabe mais.”

Entre eles, ninguém mencionou que os cursos de capacitação, oferecidos pela usina Bonfim, constituíam uma resposta política ao fim do corte de cana e o quanto os migrantes (de modo geral) já tinham contribuído com o setor e com a economia brasileira. Durante o diálogo,

em que foram proferidas as frases mencionadas acima, foi possível perceber um sentimento de culpa pela (suposta) incapacidade de aprender a dirigir um trator ou aprender outro ofício. Nesta situação, esses trabalhadores braçais são colocados dentro do discurso meritocrático, infundindo-lhes um sentimento de culpa pelo seu próprio desemprego.

A fala da maioria deles revela um sentimento de admiração pelo progresso tecnológico, materializado nas colheitadeiras e em seu poder de colheita, podendo, uma delas, substituir 80 cortadores. Por outro lado, a percepção desta realidade por essas pessoas produz o sentimento de autoidentificação com o atraso e com o fracasso. Neste sentido, é que “ter estudo”, para eles, adquire grande importância, principalmente por acreditarem que somente por meio desta forma de saber é que se pode conseguir emprego.

Apesar do sentimento de mágoa, manifestado algumas vezes quanto ao fato de estarem sendo dispensados pela usina, é nítido que suas falas fazem associação entre corte manual e obsolescência desta forma de colheita, e, em contrapartida, associam, positivamente, colheita mecanizada e progresso do setor sucroalcooleiro. Todavia não avaliam criticamente os problemas ambientais e sociais que esse “progresso” traz.

Dito dessa maneira, o legado cultural desses trabalhadores é desvalorizado no mundo em que vieram trabalhar. Percebendo este fato e a “inutilidade” dos seus conhecimentos nesse universo simbólico, totalmente estranho à sua maneira de viver, acham-se, por vezes, ultrapassados. Assim, agindo de acordo com seus interesses empresariais, o setor sucroalcooleiro mais do que descarta o “boia-fria”, quase tira-lhe a fê em si mesmo.

Após este longo percurso, constata-se que os aspectos objetivos (presentes na estrutura da indústria sucroalcooleira) pressionam, fortemente, os aspectos subjetivos (existentes na identidade dos trabalhadores), no sentido de desarticularem estes sujeitos. Contudo, mesmo com o fim do trabalho no corte de cana já anunciado e, também, devido ao fato de a maioria não possuir muitos anos de estudos, ainda assim vários trabalhadores acreditam e afirmam que irão vencer, porque “coragem pra trabaia num falta.”

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO da safra brasileira de cana-de-açúcar. **Conab**, Brasília, v.11 – safra 2023/24, n.3 – Terceiro levantamento, p.1-56, nov. 2023.

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Orgs.). In: **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro** (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, p. 21-54, 2008a.

_____. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In: M. A. M. Silva; F. Alves; J. C. A. Pereira (Orgs.). **Agrocombustíveis solução?: a vida por um fio no eito dos canaviais**. São Paulo: CCJ-Centro de Capacitação da Juventude, p. 22-48, 2008b.

_____. Por que morrem os cortadores de cana? São Paulo, **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 90-98, set-dez 2006. Disponível em: <[http:// www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2013.

AMARAL NETO, R. “Lei Sarney de Terras”: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. In: **ANPUH-Brasil – Anais do 30º Simpósio Nacional de História – 2019**, Recife. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564957352_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1994.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. A atualidade de Marx para o debate sobre tecnologia e meio ambiente. **Revista Crítica Marxista**, n.27, p.11-25, 2008.

A PRODUÇÃO e a reprodução. In: **Manual de Economia Política da Academia de Ciências da URSS – Instituto de Economia, 1959**. Cap. VII – A Acumulação do Capital e o Empobrecimento do Proletariado. Editorial Vitória Ltda, GORENDER, Jacob; ALMEIDA, Josué de (Trad.). Rio de Janeiro, mai.- nov. 1961. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/07.htm#i1c7>>. Acesso em: 18 abr. 2025.

AQUÍFERO Guarani: Justiça determina que SP crie Área de Proteção Ambiental do aquífero Guarani. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, RS, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/565108-justica-determina-que-sp-crie-area-de-protecao-ambiental-do-aquifero-guarani>>. Acesso em: 21 mai. 2025.

ATLAS Geográfico Escolar. **Mapa detalhado do estado do Maranhão**. [s.l.]: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <<https://atlasescolar.ibge.gov.br/mapas-das-unidades-da-federacao/21704-maranhao-ma>>. Acesso em: 05 out. 2024.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1ª edição francesa. Lisboa, 90 Graus, 1992. 2005.

BAGAÇO de cana-de-açúcar: 5 usos ecológicos do maior resíduo agroindustrial do país. 16 jan. 2024. In: **Udop**, Araçatuba, São Paulo, 2024, cana-de-açúcar. Disponível em: <<https://www.udop.com.br/noticia/2024/01/16/bagaco-de-cana-de-acucar-5-usos-ecologicos-do-maior-residuo-agroindustrial-do-pais.html>>. Acesso em: 14 set. 2024.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. **Nas terras do "Deus-dará"**: nordestinos e suas redes sociais em São Paulo. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

BAUDRILLARD, J. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa. Edições 70. 1981.

BCCOM Comunicação. Colheita mecanizada da cana avança em AL. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 14 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.jornaldealagoas.com.br/agro/2023/08/14/4023-colheita-mecanizada-da-cana-avanca-em-al>>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BERNARDI, Frei Luciano. **A primeira missão da terra em Bom Jesus da Lapa – BA** – por parte de lavradores/as de Andaraí, Nova Redenção e Itaetê, jul., 1977. [Bom Jesus da Lapa], 1990a. 3 p.

BIOMASSA: resíduos que são transformados em energia. **Ministério de Minas e Energia**, Brasília, 23 out. 2023, Série Renováveis. Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/biomassa-residuos-que-sao-transformados-em-energia>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BOIAS-FRIAS E O ACORDO DE GUARIBA APÓS A GREVE DE 1984. Reportagem: Ernesto Paglia; Imagens: Aloísio Araujo. 1984. (18m47s), Apoio TV Ribeirão. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9ZiZbF6WYUk&t=8s>>. Acesso em: mar. 2025.

BOLSA FAMÍLIA chega a 20,77 milhões de famílias a partir desta quinta (14). **Secretaria de Comunicação Social**. Brasília, 14 nov. 2024, transferência de renda. Disponível em <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/bolsa-familia-chega-a-20-77-milhoes-de-familias-em-novembro-com-42-mil-novos-beneficiarios>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BORLINA FILHO, Venceslau. Por vaga, boias-frias antecipam migração e "inflam" cidades. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2011, cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2002201113.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

BOURDIEU, P. Notas provisórias sobre a percepção social do corpo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 1 (73), p. 247-256, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/B5WBGP7wWrwJvRwbDCRT5My/?format=pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius Editora, 1996.

BRANDÃO, L. ; VARGAS, F. Só a Europa só? E “nós”? Belo Horizonte: **Chão da Feira**, set. 2018, caderno de leituras, n. 81. (Artigo/comentário crítico).

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Projeções do Agronegócio: Brasil 2017/18 a 2027/28 projeções de longo prazo** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: MAPA/ACE, 2018. 112 p.

_____. **Projeto de Lei n.º 3959, de 2019 (Da Sra. Eliziane Gama)**. Proíbe a derrubada da palmeira babaçu (*Orbignya phalerata* Mart.) nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências. Brasília
<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137653>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

_____. **Projeto de Lei n.º 4.690, 09 de março de 2016 (Da Sra. Eliziane Gama)**. Proíbe a derrubada da palmeira babaçu (*Orbignya phalerata* Mart.) nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1446000&filenome=Avulso+-PL+4690/2016>. Acesso em: 17 mar. 2025.

_____. **Projeto de Lei nº 231, de 27 de fevereiro de 2007 (do Sr. Domingos Dutra)**. Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=437471&filenome=Tramitacao-PL%20231/2007>. Acesso em: 17 mar. 2025.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 234-B, de 2007 (Do Sr. João Dado)**, Acrescenta Art. 13-A na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para dispor sobre a atividade dos trabalhadores no corte de cana. Brasília, Câmara dos deputados, 2007. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=939061&filenome=Avulso%20PL%20234/2007>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 out. 2012.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura – Trigo e Soja**, Petrópolis: Vozes, 1988.

CanaOnline. **A IMPORTÂNCIA DO FORNECEDOR DE CANA**. 04 jan. 2018, Ribeirão Preto, SP. Disponível em: <<https://www.canaonline.com.br/conteudo/a-importancia-do-fornecedor-de-cana.html>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

CARDEL. L.M.P.S. A concepção do trabalho no universo camponês: um processo ético de socialização. **Bahia Análise e dados**, Salvador: SEI, v. 6, n.1, jun., 1996. p. 46-51.

_____. **Migração, liminaridade e memória:** um estudo sobre o choque entre imaginários e (re)construção de identidades. 2003. Tese (Departamento de antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. **Territorialidade, Liminaridade e Memória:** um estudo de caso sobre o choque entre imaginários e (re)construção de identidades. Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Ano 2, Volume 3, Mai. 2008.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. **O meio ambiente:** discurso consistente ou prática vazia? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. **RAP**, Rio de Janeiro, 37(6), Nov./Dez., p. 1209-1231, 2003.

CEPEA. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada.** 2009. Disponível em <www.cepea.esalq.usp.br/>. Acesso em: 08 de abr. 2013.

COHN, A.; MARSIGLIA, R.G. **Processo e organização do trabalho.** In: Rocha, L.R. et al. (Orgs.). *Isto é trabalho de gente?: vida, doença e trabalho no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1993, vol. 1, p. 58-71.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CRUZ, Ana Paula Fernandes Nogueira da. **A tutela penal das queimadas:** o problema da cana-de-açúcar no nordeste paulista. *Justitia*, São Paulo, v. 189/192, p. 43-56, jan./dez., 2000.

DER. **Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo.** São Paulo, 2002. Escala 1: 1000 000. IGC. Divisão Municipal do Estado de São Paulo. São Paulo, 1998. Escala 1: 1000 000.

DIERKES, Hermann. **Ökologischer Marxismus** – marxistische Ökologie. Köln: VSP-Verlag, 1998.

DRUCK, Graça. **Classes Sociais Ontem e Hoje:** Algumas Reflexões. Salvador: 1ª edição, 2014 (no prelo).

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **O sentido dos sentidos:** a educação (do) sensível. 2000. 233p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1588912>. Acesso em: 13 fev. 2014.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders:** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Ribeiro Vera (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224p.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Preservação do Meio Ambiente é a Prioridade na Produção de Etanol no Brasil.** 2009. Disponível em: <http://www.cnps.embrapa.br/noticias/banco_noticias/20090917.html>. Acesso em: 05 abr. 2013.

ENGELS, Friedrich. Sobre a autoridade. MATOS, Almir (Trad.). In: **Obras Escolhidas de Marx e Engels**, v. 2, p. 185-189, Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1961. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm>>. Acesso em 15 abr. 2025.

EQUIPE AEB. Há três décadas na liderança, Brasil pode ser fornecedor mundial de açúcar de cana. Rio de Janeiro, 3 out. 2024. Disponível em: <<https://www.aeb.org.br/assuntos-de-interesse/2024/10/ha-tres-decadas-na-lideranca-brasil-pode-ser-fornecedor-mundial-de-acucar-de-cana/>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tércia de Tasso Moreira. O conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista Terceiro Setor**, v.2, n.1, 2008. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/viewFile/399/484>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

FANTÁSTICO. **AMACRO**: Região entre três estados do Norte é conhecida como ‘fronteira do desmatamento’, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/06/05/amacro-regiao-entre-tres-estados-do-norte-e-conhecida-como-fronteira-do-desmatamento.ghtml>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio Júnior**: dicionário escolar da língua portuguesa. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 79 p.

FREYRE, G. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

GLOBOPLAY. **Entenda a expansão do Matopiba, fronteira agrícola que une 4 estados brasileiros**. Globo Rural, 2024. (16 m 19 s). Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/12554276/>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

GOMES, Daniel Miranda; GUERRA, Arnaldo Donizete. **Da (i)legalidade da queima da palha na colheita da cana-de-açúcar**, 2008. Disponível em: <C:\Users\Ivan\Desktop\Artigo_ Da (i)legalidade da queima da palha na colheita da cana-de-açúcar – Revista Jus Vigilantibus.mht>. Acesso em: 10 out. 2013.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. Rio Grande do Sul: [s.n.]. 2004. 87 p.

GUARIBA (SÃO PAULO). 2024. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Guariba_\(S%C3%A3o_Paulo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guariba_(S%C3%A3o_Paulo))>. Acesso em: 06 out. 2024.

HAGINO, C Ra Hisa e Monteiro da Silva. Quebradeiras De Coco Babaçu: Identidade, Conflito Socio-Ambiental E Subsistência. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu - Mg. Anais... Caxambu - Mg: [s.n], 2007. p. 1 - 22.

HAGUETTE, Teresa M. F. A entrevista. In: **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

IBGE Cidades e Estados. 2021. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/coroata.html>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

_____. **Cidades**. Panorama de Coroatá, 2022. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/coroata/panorama>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

_____. **Cidades e Estados**, 2022. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/guariba.html>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

_____. **Divisão Regional do Brasil**, 2017. Disponível em:
<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

IEA. **Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo**. Disponível em:
<www.iea.sp.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2013.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Proposta editorial. São Paulo, 1980.

KOKOL, A. F.; MISAILIDIS, M. L. A agricultura canavieira e os direitos fundamentais dos cortadores de cana-de-açúcar inseridos no contexto do desenvolvimento sustentável: políticas públicas e controvérsias. **Revista do Direito UNISC**, Santa Cruz do Sul, n. 36, p. 58-79, jul/dez. 2011.

LATOUR, B. ; BRANDAO, L. ; VARGAS, F. A Europa só, só a Europa. Belo Horizonte: **Chão da Feira**, set. 2018, caderno de leituras, n. 81. (Tradução/Artigo).

LEMO, Denise. **Trabalho humano, subjetividade e alienação**: um enfoque interdisciplinar. Artigo apresentado na V Jornada Latino Americana de Psicologia Social, de 28 a 31/10/2004, Buenos Aires.

LEROY, Jean Pierre. **Contextualização e problematização dos agrocombustíveis no Brasil**. IN REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS. Agrocombustíveis e agricultura familiar e camponesa: subsídios ao debate. Rio de Janeiro-RJ, Redrip/Fase, p. 14-21, 2008.

LEVANTAMENTO Sistemático da Produção Agrícola: pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas no ano civil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, n. 04. p.1-88, abr. 2012. Disponível em:
<https://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_%5Bmensal%5D/Fasciculo/2012/lspa_201204.pdf>. Acesso em: 05 out. 2013.

LIMA, Gustavo da Costa. O Discurso da Sustentabilidade e suas Implicações para a Educação. **Ambiente e Sociedade** (Campinas), Campinas - SP, v. 6, n.2, p. 99-119, 2003.

LOPES, Ignez Vidigal (Coord.). **O mecanismo de desenvolvimento limpo**: guia de orientação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

MANCINI, Paulo. Guariba – 30 anos da greve que mudou a vida dos ‘bóias-fria’ no Brasil. **EcoDebate**, São Carlos 21 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2014/08/21/guariba-30-anos-da-greve-que-mudou-a-vida-dos-boias-fria-no-brasil-por-paulo-mancini/#:~:text=Foi%20uma%20greve%20cujo%20estopim,carregamento%20e%20transporte%20da%20cana.>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MARANHÃO (Estado). Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969. Dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências. In: GONÇALVES, M. de F. da C. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA, PROIN, 2000.

_____. **Lei nº 4.734, de 18 de junho de 1986**. Proíbe a derrubada de palmeira de babaçu e dá outras providências. Maranhão, MA, 18 de jun. 1986. Disponível em: <<https://www.rcambiental.com.br/ver-ato/LEI-MA-4734-1986/01937d9a-a093-7ad1-85f6-5f8c401c0026>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MARINHO, Edith Vasconcellos de Andrade; KIRCHHOFF, Volker Walter Johann Heinrich. **Projeto fogo**: um experimento para avaliar os efeitos da queimada da cana-de-açúcar na baixa atmosfera. Revista brasileira de Geografia. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 107-119, 1991.

MARTINS, J. S. O Vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1986 p. 49-50.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista. Editora civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo do capital, volume I e II. Ed. 27. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2010.

_____. **O manifesto do partido comunista**. Ed. Rock, São Paulo, 1999.

_____. **O pensamento vivo de Marx**, s.l.p. São Paulo, SP: Martin Claret, 1985.

MEIO AMBIENTE e babaçuais ameaçados pela Assembleia Legislativa do Tocantins. **MIQCB**, São Luís, MA, 13 dez. 2022. Disponível em: <<https://miqcb.org.br/arquivos/1810>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MELLO, Daniel. Impactos ambientais das queimadas de cana de açúcar. In: **Revista Cultivar**, [s.l.], 2012. Disponível em: <<https://revistacultivar.com.br/noticias/artigo-impactos-ambientais-das-queimadas-de-cana-de-acucar>>. Acesso em: 21 de out. 2024

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina e outros poemas**. Editora Objetiva. Rio de Janeiro, 2007.

MIGRANTES/DOCUMENTÁRIO. Direção: Beto Novaes, Francisco Alves e Cleisson Vidal. 2007. (46m15s), realização UFSCar/UFRJ/UFPI/UFMA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gbGGY4J8RFU&t=1s>>. Acesso em: mai. 2012.

MILLS, C WRIGHT. “Do artesanato intelectual” in **A Imaginação Sociológica**. Zahar Editores Petrópolis, 1975. (207 – 243 pp.).

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. **Disputa territorial no Mato Grosso do Sul: o tempo do direito dos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéva e as estratégias e táticas do agronegócio**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

MOSQUEIRA, Víctor Báez. Sindicalismo das Américas: a «terceiratransição». **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, Argentina, 2012. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/3856_1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MUTIRÃO. In: **Educalingo**, dicionário online de Português. [s.l], [s.d.]. disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-pt/mutirao>>. Acesso em: 10 out. 2024.

O GLOBO com agências internacionais. Brasil se consolida como maior produtor mundial de açúcar após safra histórica. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 18 abr. 2024, economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/04/18/brasil-se-consolida-como-maior-produtor-mundial-de-acucar-apos-safra-historica.ghtml>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

OIT BRASIL. **A OIT no Brasil: trabalho decente para uma vida digna**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://migre.me/bOooW>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

OLIVEIRA FILHO, Altair Aparecido de; CONSONI, Flávia Luciane. Reestruturação do Setor Sucroalcooleiro Brasileiro na Transição para o Etanol de Segunda Geração. In: **XVI Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão da Tecnologia**, 2015, Porto Alegre, ALTEC.

OLIVEIRA, F. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PASSOS, Cristiane. Do coco babaçu à emancipação: o poder das quebradeiras do Maranhão. In: **Comissão Pastoral da Terra: massacres no campo**. Goiânia, GO, 08 ago. 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4439-do-coco-babacu-a-emancipacao-o-poder-das-quebradeiras-do-maranhao#_ftnref1>. Acesso em: 18 mar. 2025.

PBF. Programa Bolsa Família. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em <www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 20 mai. 2013.

PENICHE, Thais. Agora é lei! Saberes das quebradeiras de coco babaçu são reconhecidos como Patrimônio Imaterial do Pará. In: **Notícia do deputado Carlos Bordalo**. Assembleia Legislativa do estado do Pará. Belém, PA, 14 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/10869/agora-e-lei-saberes-das>>.

quebradeiras-de-coco-babacu-sao-reconhecidos-como-patrimonio-imaterial-do-para>. Acesso em: 14 abr. 2025.

PEREIRA, José Carlos Alves. **O lugar é bom para viver, mas a condição não dá**. Editora: Centro de Capacitação da Juventude. São Paulo, 2008.

PESQUISADORES brasileiros desenvolvem tecnologia que pode aumentar produção de biocombustíveis. In: **Jornal Nacional**. Campinas, SP, 3 mai. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/05/03/pesquisadores-brasileiros-desenvolvem-tecnologia-que-pode-aumentar-producao-de-biocombustiveis.ghtml>>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PIAUI (Estado). **Lei nº 7.888, de 09 de dezembro de 2022**. Reconhece como patrimônio cultural do Estado do Piauí, as atividades tradicionais de coleta e quebra de coco babaçu, bem como os produtos delas decorrentes e seu modo tradicional de produzir. Teresina, PI, 09 dez. 2022. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pi/lei-ordinaria-n-7888-2022-piaui-reconhece-como-patrimonio-cultural-do-estado-do-piaui-as-atividades-tradicionais-de-coleta-e-quebra-de-coco-babacu-bem-como-os-produtos-delas-decorrentes-e-seu-modo-tradicional-de-produzir>>. Acesso em 15 fev. 2025.

PIVETTA, Marcos. Enzima de bactéria do solo pode aumentar produtividade do etanol de segunda geração: proteína de microrganismo quebra a celulose do bagaço de cana em açúcar menor, que fermenta facilmente. In: **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, edição 349, mar. 2025, Bioenergia. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/enzima-de-bacteria-do-solo-pode-aumentar-produtividade-do-etanol-de-segunda-geracao/>>. Acesso em: 13 mai. 2025.

PLANO SAFRA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mda/pt-br>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

PLEC, Otmar; ANDRADE, Fabiola Juliana Rubim de; FAVARIM, Eliane Aparecida; PIACENTI, Carlos Alberto. Mecanização do corte da cana-de-açúcar como fator de sustentabilidade ambiental no Paraná: uma análise de cenário. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 8, n. 1 e 2, p. 53-72, jan/dez. 2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2ª edição. Editora Campus LTDA. Rio de Janeiro 2000.

PRODUÇÃO de cana chega a 610,1 milhões de toneladas na safra 2022/23 com melhora na produtividade nas lavouras. **Conab**, Brasília, 20 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4977-producao-de-cana-chega-a-610-1-milhoes-de-toneladas-na-safra-2022-23-com-melhora-na-produtividade-nas-lavouras>>. Acesso em 20 mai. 2024.

PRODUÇÃO de cana-de-açúcar na safra 2023/24 chega a 713,2 milhões de toneladas, a maior da série histórica. **Conab**, Brasília, 18 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5489-producao-de-cana-de-acucar-na-safra-2023-24-chega-a-713-2-milhoes-de-toneladas-a-maior-da-serie-historica>>. Acesso em: 19 mai. 2024.

PROTOCOLO de Quioto à Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. In: **Econologie.com**. 22 ago. 2005. Disponível em: <<https://www.ecologia.cc/Protocolo-de-Kyoto-text-complete-integral/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

REIS, Alessandro. Quanta cana de fornecedores as usinas estão usando atualmente. E o que fazem para tornar a parceria competitiva e sustentável. **JornalCana**, Recife, PE, 17 set. 2020, mercado. Disponível em: <<https://jornalcana.com.br/mercado/quanta-cana-de-fornecedores-as-usinas-estao-usando-atualmente/>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

REMUNERAÇÃO dos ocupados na agropecuária cresce novamente em 2023 e acumula uma alta real de 11,3% desde o período pré-pandemia. **FGV – Centro de Estudos do Agronegócio**. Disponível em: <https://agro.fgv.br/sites/default/files/fgv_agro/Relat%C3%B3rio%20Mercado%20de%20Trabalho%20-%202023.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2025.

RIBEIRO, Jadir. **Escravidão Sutil**. São Paulo, 2004. Disponível em: <www.geografia.ufflch.usp.br/.../revistas/.../silva_mam.p...>. Acesso em: 06 set. 2013.

ROSA, Leandro Amorim. **Trabalho e trabalhadores dos canaviais**: perfil dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto (SP). Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.com.br/images/stories/noticias/fevereiro2010/Monografia_15-11-09.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2011.

SADER, R. **Migração e violência**: o caso da pré-amazônia Maranhense. Terra Livre, n. 6, p. 65-76, 1991.

SALOMÃO, Alexa. O novo ciclo da cana-de-açúcar: Nem senhor-de-engenho, nem coronel. O mercado de açúcar e álcool é hoje um negócio só para grandes empresas. **Revista Exame**, Ed. 845 / 2005.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SÃO PAULO – Estado atinge 2º maior estimativa de produção de açúcar da série histórica, informa Conab. **Conab**, Brasília, 21 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5128-sao-paulo-estado-atinge-2-maior-estimativa-de-producao-de-acucar-da-serie-historica-informa-conab>>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 28.895, de 20 de setembro de 1988. Acrescenta dispositivo ao decreto nº 28.848, de 30 de agosto de 1988. São Paulo, SP, 20 set. 1988. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1988/decreto-28895-20.09.1988.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. Decreto nº 42.056, de 06 de agosto de 1997. Altera a redação do artigo 5º do Decreto 41.719, de 16/04/1997 que regulamentou a Lei 6.171/1988, alterada pela Lei 8.421/1993, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola. São Paulo, SP, 06 ago. 1997. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1997/decreto-42056-06.08.1997.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. Decreto nº 41.719, de 16 de abril de 1997. Regulamenta a Lei 6.171, de 04/07/1988, alterada pela Lei 8.421, de 23/11/1993, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola. São Paulo, SP, 16 abr. 1997. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1997/decreto-41719-16.04.1997.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. Decreto nº 28.848, de 30 de agosto de 1988. Dispõe sobre a proibição de queimadas na forma que especifica. São Paulo, SP, 30 ago. 1988. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1988/decreto-28848-30.08.1988.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. **Lei nº 11.241**, de 19 de setembro de 2002. Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. São Paulo, SP, 19 set. 2002. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei-11241-19.09.2002.html>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

_____. **Lei nº 8.421**, de 23 de novembro de 1993 (atualizada até a Lei nº 11.970, de 30 de junho de 2005). Altera a redação de dispositivos da Lei n. 6.171, de 04/07/1988, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola e dá outras providências. São Paulo, SP, 23 nov. 1993. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1993/lei-8421-23.11.1993.html>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

_____. **Lei nº 6.171**, de 04 de julho de 1988 (atualizada até a Lei nº 8421, de 23 nov. 1993). (Projeto de Lei nº 666, de 1987, do Deputado Jairo Mattos). Dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola. São Paulo, SP, 04 jul. 1988. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei-11241-19.09.2002.html>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SCHARF, Regina. **Manual de Negócios Sustentáveis**. São Paulo, Amigos da Terra, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Ana Cláudia Batista da; CARVALHO, Gleiciane Brandão. Quebradeiras de coco e movimentos sociais: luta, resistência e construção identitária. **VI Congresso Nacional Educação, Conedu**, [s.l.], [s.d.], p. 1-11. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA5_ID5395_15082019190208.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SILVA, Ariana Gomes da. Lei Babaçu Livre no município de Lago do Junco, Maranhão. In: **Municípios agroecológicos e políticas de futuro – democracia. Articulação Nacional de Agroecologia**. Maranhão, out. 2020. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/wp-content/uploads/2022/12/frm_experiencia-m8-eyes-pdtng-19e0cf0b-432a-4cc6-80b9-c6e033afe2ad.pdf>. Acesso em 15 abr. 2025.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A barbárie do i-mundo eito dos canaviais paulistas. **Vozes do Eito**. São Paulo: eco.das.letras, 2009.

_____. **Agronegócio: a reinvenção da colônia**. São Paulo: Editora Centro de Capacitação da Juventude, 2008a.

_____. Destinos e trajetória de camponeses migrantes. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Vol. 3. 1992.

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação editora da Unesp, 1999.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cad. CERU**, São Paulo, Série 2, v.19, n.1, p. 165-180, jun. 2008b.

_____. Mortes e acidentes nas profundezas do ‘mar de cana’ e dos laranjais paulistas. **INTERFACEHS**, São Paulo, v. 3, n. 2, art. 1, p. 1-31, abr/ago 2008b. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art1-2008-2.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio do álcool”. NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco (Orgs.). In: **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, p. 55-86, 2008c.

SINGER, P. Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense e CEBRAP, p. 29-60, 1987.

SOUZA, José Fernando Vidal. **Os Direitos Difusos e Coletivos: O Meio Ambiente**, p. 309-332. IN: LEMOS FILHO, Arnaldo; BARSALINI, Glauco; VEDOVATO, Luís Renato & MELLIM FILHO, Oscar. **Sociologia do Direito**, 3ª ed. Campinas: Alínea, 2008.

TARRIUS, Alain. Le lien social fort comme préalable à la réussite économique – initiatives des migrants entrepreneurs des économies souterraines internationales : parcours, étapes, transactions commerciales. In: MULLER, L. et TAPIA, S. de. **Un dynamisme venu d’ailleurs: la création d’entreprises par les immigrés**. Paris : L’Harmattan, 2005, p. 21-51.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: FAPESP, 2002.

TOCANTINS (Estado). **Lei nº 1.959, de 14 de agosto de 2008**. Dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências. Palmas, TO, 14 ago. 2008. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/345116/>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

UDOP. **União dos Produtores de Bioenergia**. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=GRLw6XcNEG8>. Acesso em: 10 mar. 2014.

UNICA. Safra 2023/2024 termina como a maior da história. **UNICA**, São Paulo, 12 abr. 2024. Disponível em: <https://unica.com.br/noticias/safra-2023-2024-termina-como-a-maior-da-historia/>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**. Notas Para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea, Ed. Zahar, R.J., 1987.

VELOSO, Cristiano. Encontro com Gigantes – Impactos da remoção da palha em lavouras de cana para produção de bioetanol. **Blog Verde Agritech**, Belo Horizonte, MG, 2 jun. 2022.

Disponível em: <<https://blog.verde.ag/pt/encontro-com-gigantes/impactos-da-remocao-da-palha-em-lavouras-de-cana-para-producao-de-bioetanol/>>. Acesso em 20 mai. 2025.

VERGILIUS MARO, Publius. **V497a Eneida**. Carlos Alberto Nunes (Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: A Montanha, 1983. 280 p.

WATAK, Tabasoom. **Estatísticas de açúcar**: produção global de açúcar em 2024/25 cairá em relação 2023/24. 8 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.czapp.com/pt/analyst-insights/estatisticas-de-acucar-producao-global-de-acucar-em-2024-25-caira-em-relacao-2023-24/>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

WEBER, M. A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba - 1892. In Silva, J. G. da; Stolke, V. **A questão agrária**, São Paulo, Brasiliense, 1981.

WINNER, Langdon. “Do Artifacts have Politics?” In: WINNER, L. **“The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology”**. Chicago: The University of Chicago Press, 1986, p. 19-39. Artefatos têm política? FERREIRA, Debora Pazetto; ABRAHÃO, Luiz Henrique de Lacerda (Trad.). ANALYTICA, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 195-218, 2017.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150 p.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: UNB, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-71.

ZAFALON, Mauro. Cortadores de cana têm vida útil de escravo em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 abr. 2007, mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2904200702.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

ZONEAMENTO Agroecológico Nacional da Cana-de-açúcar irá orientar a expansão do cultivo. **Embrapa**, Brasília, 15 set. 2009. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18055980/zoneamento-agroecologico-nacional-da-cana-de-acucar-ira-orientar-a-expansao-do-cultivo>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

**APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM OS MIGRANTES
MARANHENSES EM GUARIBA**

Nome.....Idade.....
Grau de Escolaridade.....Local/cidade/estado onde
reside.....Profissão.....

- 1) Você veio de que cidade?
- 2) Você é a primeira pessoa da família a migrar para trabalhar no corte da cana?
- 3) Você já fez quantas viagens para cortar cana em Guariba?
- 4) Você se considera outra pessoa depois de ter trabalhado no corte de cana?
- 5) O que é ser migrante para você?
- 6) Você se considera um “boia-fria”?
- 7) Você acha que compensa todo o esforço?
- 8) Fale sobre sua trajetória de vida?
- 9) Quais os vínculos que você mantém com sua cidade de origem?
- 10) Você tem filhos?
- 11) Como você se definiria, como cortador de cana ou como lavrador?
- 12) Cortar cana dá lucro?
- 14) Você acha que com o que você ganha cortando cana dará para realizar seus projetos?
- 15) Quanto a usina está pagando hoje pela cana cortada?
- 16) Paga por produção e peso?
- 17) Quantas toneladas de cana você corta por dia? E por mês? Em média, quantas toneladas de cana seus colegas cortam diariamente e mensalmente? E o chamado bom cortador, corta quantas toneladas?
- 18) Há premiações promovidas pela usina para estimular a produção? O termo “facão de ouro” é conhecido entre vocês?
- 19) O que você sente quando pensa que o corte de cana vai acabar? Como você imagina que vai ser sem esse trabalho?
- 20) Pretende solucionar esse problema de que jeito?
- 21) Com o fim das queimadas e do corte manual aqui em São Paulo, você pretende migrar para onde ainda está sendo realizado o corte utilizando as queimadas? Se sim, qual o nome do lugar?
- 22) Deseja permanecer (se fixar) em São Paulo ou pretende voltar para o interior do Maranhão?

- 23) O que você e outros trabalhadores sentem ao saber que serão substituídos pelas colheitadeiras (por máquinas)?
- 24) O que você sente quando trabalha lado a lado com uma máquina dessas?
- 25) Você já fez algum curso de capacitação oferecido pela usina ou tem vontade de fazer? Acha que vai dar para arrumar uma colocação na usina?
- 26) Já pensou em continuar trabalhando na usina operando uma dessas máquinas?
- 27) Você acha que vai ser como quando chegar em Coroa?
- 28) Pretende voltar a trabalhar como cortador no ano que vem?